



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**CONSUMO DE *CANNABIS* E INDICADORES SOCIAIS DA
DIFERENÇA**

RICARDO BANDEIRA DE MELO

JOÃO PESSOA-PB

2020

RICARDO BANDEIRA DE MELO

**CONSUMO DE CANNABIS E INDICADORES SOCIAIS DA
DIFERENÇA**

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em Sociologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia. Linha de pesquisa: Culturas e Sociabilidades.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marcela Zamboni Lucena.

JOÃO PESSOA-PB

2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M528c Melo, Ricardo Bandeira de.

Consumo de cannabis e indicadores sociais da
diferença / Ricardo Bandeira de Melo. - João Pessoa,
2020.

129 f. : il.

Orientação: Marcela Zamboni Lucena.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Desigualdade social - Consumo de maconha. 2.
Sociabilidades. 3. Violência policial. I. Lucena,
Marcela Zamboni. II. Título.

UFPB/BC

CDU 177.5:582.635.38(043)

RICARDO BANDEIRA DE MELO

CONSUMO DE CANNABIS E INDICADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA

A dissertação intitulada CONSUMO DE CANNABIS E INDICADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA, de autoria de Ricardo Bandeira de Melo, sob orientação da Professora Doutora Marcela Zamboni Lucena, apresentada em sessão pública ao Programa de Pós- Graduação em Sociologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia, foi aprovada em 31/08/2020 pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:


Profª Dr.ª Marcela Zamboni Lucena
Orientadora (PPGS-UEPB)


Profª Dr.ª Simone Magalhães Brito
Examinadora Interna (PPGS-UEPB)


Profª Dr.ª Marcia Reis Longhi
Examinadora Externa (PPGA-UEPB)

Agradecimentos

As primeiras páginas dessa dissertação foram redigidas sob a supervisão de minha gatinha, a Bovary. Acho que ela percebia antes de mim quando as palavras estavam ficando borradas e, com autoridade e doçura, subia em meu colo e miava, exigindo que fôssemos dormir. Agradeço a ela por ter me livrado da solidão em tantas noites de trabalho.

Aos que leem esses agradecimentos, pode parecer no mínimo esquisito que se inicie – ou até mesmo cite – um animal; mas justifico: toda a produção, seja intelectual ou manual, é um diálogo com o mundo e a infinidade de elementos de que ele é composto. Pensamos e agimos através de um lugar específico no espaço social: temos nossos corpos, classes, raças, gêneros; vivemos em diferentes meios urbanos; temos diferentes redes profissionais e de amizades. Esses elementos notórios quase nunca passam despercebidos, mas por vezes não atribuímos o valor merecido às miudezas da vida, como à natureza, acontecimentos fortuitos, músicas ou tudo aquilo que desperta a nossa leveza. Em um Brasil cada dia mais brutalizado, reforço em meus agradecimentos a sensibilidade.

Nos meses finais de 2017, o meu tio, Mardônio Bandeira de Melo, recebeu o diagnóstico de câncer. Em nossa última conversa, junto ao meu irmão – apesar da tristeza com a forte suspeita da doença –, fez brincadeiras, prometemos fazer um dueto: ele no *acordeon*, eu no violão. Colheu algumas pimentas em um jarro – disse que sua esposa as adora. Fumamos um cigarro e logo nos despedimos com um abraço carinhoso. Poucos dias antes da prova que decidiria se eu faria parte desse corpo discente, recebi a dolorosa notícia de sua morte. Queria tê-lo ao meu lado. Poucas pessoas lidam com o trabalho com tanto esmero quanto ele lidou; por isso, agradeço pelas lições sobre o rigor no ofício. Mais do que isso, agradeço por todo o carinho deixado.

Expresso a minha gratidão à minha tia Cleide, a seu marido, Jurandir, e a seu filho, Gabriel. Graças a eles, pude me sentir em casa estando em João Pessoa. Durante as visitas que fiz, ou das vezes em que fui acomodado para resolver compromissos na cidade, fui recebido todas as vezes com muita alegria, conversas e risadas. Irei me recordar sempre com o coração cheio de amor.

Meu querido irmão, Rafael Bandeira de Melo, e sua esposa, Conceição Natália Viana, me presentearam de todas as formas possíveis. A inestimável ajuda em apoiar diariamente, em auxiliar na indicação de pessoas que poderiam ser entrevistadas, nas diversas sugestões na redação do texto e tantas outras coisas já bastariam; mas, mais do que isso, eu os tive ao meu

lado naqueles terríveis dias em que despertei *metamorfoseado em um inseto monstruoso*, sem que os mais de trezentos e quarenta quilômetros que dividem Garanhuns e João Pessoa importassem. Agradeço pelas visitas, pelas ligações constantes e por todos os mimos.

Em 2014, bandeiras vermelhas tremulavam nas ruas recifenses; reivindicava-se o direito à cidade. Em um dia de luta no *Ocupe Estelita*, entre gritos de resistência, gestos sutis revelavam o andar paralelo da bravura e da ternura. Durante a conferência de David Harvey na capital pernambucana, um dia após termos estado na ocupação, demos início à nossa união. O batom vermelho de Ana Katarina de Brito lança-me nesse universo de utopias, de pensamentos refinados, de batalhas, de força. Agradeço pelo amparo incessante nessa pesquisa, não apenas pelo apoio técnico, mas principalmente pela sensibilidade de seu olhar antropológico. Agradeço, sobretudo, por ser uma pessoa que me inspira. Estendo meus agradecimentos aos meus sogros, Ademir e Penha Brito, e aos meus cunhados, Tasso e Camila Brito.

As linhas precedentes foram redigidas em dezembro de 2019; momento em que eu tinha a esperança de, sem a necessidade de um prolongamento do prazo, entregar esta dissertação. Ao invés de recomeçar a escrita, decidi deixar essas cicatrizes no texto.

Naquelas palavras já havia a atmosfera do descontentamento de quem assistia atônito ao incêndio do Museu Nacional, do rompimento de barragens em decorrência da ganância; da destruição da natureza, das pessoas e das tentativas vorazes de aniquilar até os últimos resquícios da crítica.

Se tantas coisas terríveis ocorriam – e se avolumaram ainda mais –, me alegra perceber que quem comprou briga contra tudo isso, não pretende desistir. Agradeço aos cientistas, artistas, profissionais da comunicação e todas as pessoas que, em contribuições grandes ou pequenas, ajudam a manter a esperança. No entanto, esse espírito esperançoso não deve ser tomado como ato de inocência. Nada aponta para uma saída simples. Encontramos hoje uns lançados em vergonha ignominiosa, outros em indignação profunda. Milhões de pessoas em lamúria diante da peste, das queimadas, do desemprego. De suas lágrimas, voragem antes nunca vista ganha corpo: a nação sucumbe em berço lacustre. Nesse redemoinho de choro, lama e sangue, todos são tragados, até mesmo aqueles que o fazem de peito estufado, esbravejantes.

Adoraria agradecer aos meus entrevistados, um por um. Mas é uma pena que pessoas tão adoráveis tenham que ter suas identidades escondidas, como se fossem monstruosidades. De qualquer forma, deixo, de forma genérica, meus agradecimentos a todos pela confiança e apoio.

A pesquisa me forneceu descobertas doces, e outras que, por ora, prefiro deixar de lado. Entre esses encantos do campo, destaco o prazer que tive ao pôr em meus braços pela primeira vez uma criança; que para muitos, é o filho de um casal de criminosos degenerados. As pessoas precisam aprender a dialogar, a verem-se mutuamente feito gente.

Aqueles que se furtam à tarefa de agradecer deveriam responder criminalmente por canalhice, tendo como pena o descrédito de suas realizações e anulações dos ganhos. Deixando as hipérboles de lado, reconheço que nem sempre essa é uma tarefa simples. De nosso primeiro suspiro a qualquer momento considerado, tudo o que fizemos teve, de forma mais ou menos visível, a atuação de incontáveis pessoas; umas próximas, outras com as quais nunca cruzamos. Assim, algum critério deve ser adotado. Tenho a sorte de ser amado por muitas pessoas; mas se por sua torcida e carinho eu mencionasse todas, isso se converteria em um terror para o leitor. Dessa forma, retomo os agradecimentos mencionando aquelas que, no meu entendimento, colaboraram diretamente com a realização dessa pesquisa – incluindo as que me amam, as que se tornaram indiferentes, as que me odeiam.

À minha mãe, Maria do Carmo Pereira de Melo, e meu pai, Maciel Bandeira de Melo, pela confiança, preocupação, apoio e incentivo. Me enche de alegria compartilhar essa conquista.

À Rebecca Botelho Portela de Melo, Anita Pequeno, Claudia Brito, Raoni Neri da Silva, Elãine Dias, Ozeas Ferreira, Cynthia Campelo, Walter Andrade, Raphael Bernardo, Roberto Lemos, Illyanna Costa, Lunara Nascimento, Patrícia Roberta Araújo e demais amigos e amigas da graduação, agradeço por, além de terem me ensinado tanto, não me concederem passagem para que eu perdesse a crença em minhas possibilidades. Durante esses anos de mestrado, contei com a presença marcante de Thiago Santos, antropólogo talentosíssimo e atipicamente gentil; e Júlia de Araújo Bernardes, umas das pessoas mais adoráveis que tive o prazer de conhecer; com quem compartilhei as agruras de escrever uma dissertação enquanto o mundo se acaba, com a qual não vejo a hora de poder comemorar.

Duas pessoas com as quais me graduei merecem um parágrafo exclusivo, afinal de contas, em minha vida já figuram em diversos capítulos. José Augusto da Silva é, sem a menor dúvida, a pessoa mais alegre que já conheci. Nos tornamos amigos assim que nos conhecemos, em 2011. Tive o prazer de vê-lo crescer no mundo acadêmico e demonstrar habilidades invejáveis. Eventualmente desaparece, mas sem nunca ter largado a minha mão. Julia Baerlocher Carvalho, malgrado seu jeito sisudo, é afável e companheira. Uma mulher decidida

e inspiradora. Senti muita saudade nesses anos em que viveu em Londres. Suas visitas ao Brasil, nas quais nós três nos reuníamos novamente, eram momentos mágicos. Desejo sorte em suas novas jornadas.

Agradeço a Aloizio Lima Barbosa, querido amigo e excepcional sociólogo, por ter, há alguns anos, tirado um pouco de seu tempo para fazer sugestões em meu plano de pesquisa. Essa ajuda foi fundamental. Também agradeço pelo apoio e companheirismo de Clayton Rodrigues e Gabriel Góes, pessoas que se tornaram próximas durante nosso esforço para ingressar na pós-graduação.

Em nome de Maria Conceição Lafayette Almeida, professora que me ensinou a olhar para as pessoas com grande atenção e sensibilidade, agradeço ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

Por meio de Claudinete Bezerra, aos técnicos administrativos e funcionários da referida instituição.

Através de Jonas Ferreira, sociólogo de qualidades surpreendentes e inspiradoras, ao Departamento de Sociologia da UFPE; por acreditar que ele é um excelente representante de seus pares.

Lady Selma Ferreira Albernaz foi minha professora e por duas vezes orientadora: em minha monografia e quando fui seu monitor. Sem dúvidas, devo a ela como a poucos. Sinto saudade do seu humor e de sua seriedade como antropóloga. Estendo ao Departamento de Antropologia e Museologia da UFPE os meus agradecimentos.

Fui aluno de Fernando Magalhães em 2011, na disciplina: Introdução à Filosofia. Sua última turma de graduação. Além de ter ensinado a crítica severa a essa elite cruel e cafona brasileira; recebi gestos nobres durante esses quase dez anos: em cada aniversário recebi uma mensagem carinhosa sua, como também em minha aprovação no mestrado. Uma aula de delicadeza.

Titubeante com as pauladas que andava tomando da vida, estava decidido em determinado momento a desistir da graduação em Ciências Sociais. José Luiz Ratton me parou no corredor do CFCH e disse que eu estava sendo mais duro comigo mesmo do que ele seria, e que eu não deveria tomar nenhuma decisão de cabeça quente. Certamente ele não é uma pessoa exatamente paciente, e quando eu fazia as minhas bobagens, sentia isso na pele. Mas aquele ato me fez ver nele um homem gentil e preocupado. Agradeço pelo conselho valoroso; por ter me

aceitado no NEPS e, não apenas como estudante de sociologia, mas como cidadão, agradeço pelos serviços prestados a Pernambuco e, de modo mais amplo, ao país.

Agradeço também ao Jesus Marmanillo Pereira. Assim como eu, viveu em São Lourenço da Mata e também estudou na Universidade Federal da Paraíba. Nos conhecemos por nosso interesse compartilhado por essa cidadezinha. Construimos nesses anos uma amizade enriquecedora. Desejo muito sucesso em sua carreira docente na UFMA e nas pesquisas do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Cidades e Imagens (LAEPCI).

Essa caminhada não teria sido possível sem a ajuda de Larissa Santos e Élide Silva, que me deram apoio além do merecido; fazendo com que eu me sentisse sempre acompanhado. Admiro e amo profundamente ambas.

Agradeço a Lucas Alves e Rafaela Marinho por terem me recebido em sua casa para que eu pudesse fazer a temida prova teórica da seleção de mestrado; mais do que isso, agradeço pelo amor recebido desde a adolescência. Agradeço também aos meus queridos amigos Emerson Lima e João Felipe da Silva. É uma pena não podermos, em decorrência da pandemia, nos reunir para nos despedirmos de Emerson em sua partida ao Sul. Mas não tenho dúvidas de que muitíssimas oportunidades de nos encontrarmos irão surgir.

Agradeço ao amigo com quem dividi apartamento enquanto estive em João Pessoa, Filipe Ruan Ferreira; e também a sua simpática mãe, dona Nisse, com quem tive o prazer de ter tantas conversas despreocupadas com o tempo. Sinto saudade de quando Filipe, Márcio e eu nos reuníamos para, em uma noite, tomar trinta e seis latas de cerveja – sempre trinta e seis. Ou de quando saíamos até a orla com Ênio para beber uísque (em quantidades certamente não recomendadas). Adoraria sentar em algum lugar com sombra no Edifício Grumari para fumar uns cigarros e jogar conversa fora com Brenda e Lucas, seu marido. Sinto falta das conversas gentis com a síndica, Índia, e seu filho, Fernando. Tenho saudade do prédio; da Rua Rosa Lima dos Santos; da “Principal dos Bancários”; da Praça da Paz; de seus bares animados e, não apenas do bairro em que morei, mas da cidade, como um todo. Eu, que sou filho de uma paraibana, sempre vi esse lugar como parte de mim. Morar na Paraíba era uma necessidade de me encontrar. Foi uma experiência idílica.

Agradeço imensamente à minha turma de mestrado. Nunca competimos, sempre buscamos nos ajudar, do mês em que ingressamos no programa até o momento em que escrevo esses agradecimentos. Saudade de viver para cima e para baixo com Bruno Maciel Leal Cruz e Gleicy Schommer dos Santos – pessoas divertidíssimas. Agradeço ao querido amigo Diego

Brito da Cunha Leite, que sempre buscou ajudar de todas as formas: suas caronas, a discussão sobre sociologia, seus lembretes de prazos, requerimentos, normas, etc. Agradeço às amigas Luciana Carmélio e Bruna Pimental, pelo companheirismo e por terem me ajudado na entrega de documentos quando eu já havia me despedido da Paraíba. Agradeço também às amigas Elma Barbosa, Sueli Alves e Andréa Campos. Por fim, deixo meus agradecimentos à querida amiga Alcelia Almeida Cavalcante Amorin, com quem tive tantas conversas, e nas quais, tantas vezes, buscamos um aplacar as angústias do outro. Estendo à sua filha, Morgana, seu filho, Fabinho, e seu Marido, Fábio.

Também deixo meus agradecimentos aos colegas do doutorado. Em especial à Luciana Pionório e Marina Blank, duas pessoas muito gentis, com quem tive o prazer de aprender muito. Ícaro Yure Freire de Andrade e Márcio Silva de Melo, amigos que me acolheram após terem visto minha expressão facial (involuntária) de desaprovação diante da fala de uma médica, que despejava preconceitos contra o método sociológico. Desde então foram muitas as conversas sobre teoria sociológica, política, cinema e também muitas bobagens. Aos amigos Eduardo Donato e Rodrigo Lima, companheiros no tabagismo. Os tragos ficavam ainda mais deliciosos quando Rodrigo, com seu exuberante talento, tocava sambas lindos. Agradeço a Alyson Freire por sua amizade e por ter me acolhido no Rio Grande do Norte quando precisei cumprir algumas obrigações na UFRN. Por fim, agradeço à divertida e inteligente Mari Cristina de Freitas Fagundes.

Por meio de Frederico Acioly – pessoa tão atenciosa e gentil, que sem dúvidas representa o espírito da instituição – agradeço aos servidores e funcionários da UFPB.

Agradeço à Flávia Ferreira Pires por ter me aceitado, mesmo sendo estudante da sociologia, para estagiar em sua disciplina sobre etnografia. Foi uma experiência enriquecedora. Me alegrou poder manter essa proximidade com a Antropologia, Ciência Social que tanto admiro. Através dela, estendo meus agradecimentos ao Departamento de Antropologia da UFPB.

Adriano Azevedo Gomes de Leon ensinou a necessidade de se ater aos detalhes, de descrever bem, entre tantas outras coisas comuns. Mas também deu aulas sobre como conferir descrédito a muitas coisas que são tratadas como sérias, mas não o são. Marcos Ayala, do auto de sua experiência, sempre encontrava uma forma elegante e sutil de nos corrigir; nos dando com calma aulas densas sobre teoria sociológica. Micheli Michetti fez com que eu me sentisse na graduação, com o mesmo entusiasmo – beirando a obsessão – em aprender mais

sobre sociologia. Suas aulas eram brilhantes e ricas. Um segundo de distração e centenas de referências teriam sido perdidas. Uma avaliadora severa, uma pessoa adorável. Estendo meus agradecimentos aos demais professores e professoras do Departamento de Sociologia da UFPB.

Simone Magalhães Brito, com quem tive o prazer de cursar Sociologia da Moral, é uma pessoa maravilhosa; nos momentos de descontração, tivemos conversas divertidas. Agradeço por tudo o que ensinou e, em especial, no desenvolvimento dessa dissertação – via de regra com apontamentos severos, mas que sempre foram recebidos com muito respeito.

A professora Márcia Reis Longhi colaborou de forma muito propositiva no desenvolvimento desse estudo. Acho uma pena que tenhamos nos encontrado tão poucas vezes. Adoraria ter aprendido ainda mais.

Marcela Zamboni Lucena é uma pessoa que admiro profundamente. Conduziu com muita seriedade a coordenação do programa. Sempre pontual em sala de aula, precisa como um metrônomo. As reuniões do GRAV eram conduzidas sempre com leveza; algumas vezes também com suco, refrigerante e bolo de rolo. Sempre buscou tranquilizar suas orientandas e orientandos, quando necessário. Suas correções são absurdamente rápidas, mas sem deixar, com isso, passar nenhum detalhe do texto. Agradeço por ser uma pessoa tão afável e uma socióloga tão competente.

Essa pesquisa não teria sido possível sem o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Nesse momento, a CAPES, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e outros órgãos ligados ao ensino e pesquisa no Brasil têm sofrido baixas orçamentárias. O que é uma pena. Diversos estudos não serão levados adiante, o que representa um dano grave ao país. Desse modo, reforço a necessidade de protegê-los.

Todavia, não posso evitar a crítica. A CAPES não possui mecanismos simplificados de diálogo com as Universidades, tão pouco de resolução de problemas. Das vinte e quatro bolsas previstas, recebi apenas vinte e três. No aplicativo, há várias datas confusas, como se eu tivesse tido vários vínculos. Não culpo nenhuma pessoa, seja da UFPB, seja da CAPES, pelo ocorrido. No entanto, deixo esse registro, no intuito de alertar sobre a necessidade da criação de mecanismos de resolução de falhas. Além disso, de maneira mais ampla, aponto minhas críticas à forma como a ciência tem sido conduzida no Brasil: com pilhas maçantes de relatórios; exigências de produtividade incompatíveis com a possibilidade de desenvolvimento de

trabalhos de impacto e tantas outras deficiências que só geram quadros de ansiedade, depressão e evasão da vida acadêmica.

Resumo

Na literatura especializada sobre crime e desvio encontramos uma miríade de estudos empíricos que mostram a existência de uma propensão do sistema de justiça e das polícias em atuar de forma mais incisiva sobre determinados grupos sociais. Via de regra, são tomadas diferenças estruturais de larga escala, como as raciais ou de classe. Essa pesquisa busca, de forma semelhante, compreender a imposição diferencial de regras para uma mesma prática realizada por indivíduos com perfis diferentes; mas em uma escala muito menor: desenvolvida em São Lourenço da Mata – pequena cidade que transita entre o mundo rural e a periferia urbana, situada na Região Metropolitana do Recife, Pernambuco – entre março e dezembro de 2019, contando com vinte entrevistas semiestruturadas, foram analisadas pessoas que apresentam baixa variação de renda, moradia, composição racial, faixa etária e outros marcadores sociais da diferença. A única variável que permitiu dividir as declarações em dois blocos – através dos padrões encontrados *a posteriori* – foi o nível de escolaridade. Os respondentes com ensino superior completo ou em andamento apresentaram grande empenho em manter o consumo de maconha oculto dos olhares da família, vizinhança e pessoas em geral, além de mostrarem-se preocupados em desenvolver estratégias para evitar a polícia. Já os entrevistados com ensino médio completo ou nível de escolaridade inferior a esse não apresentaram a mesma preocupação em ocultar sua prática ou em evitar a polícia. Os dois blocos de falas apresentam grandes diferenças quanto às rotinas de uso, significados atribuídos à maconha e outras drogas e motivações do consumo. No entanto, o dado que causa maior espanto é a maneira como aqueles com níveis mais baixos de escolaridade se sentem estigmatizados e a grande ocorrência de abordagens e violência policial.

Palavras-chave: consumo de maconha; sociabilidades; desigualdades sociais; violência policial.

Abstract

Through scientific literature about crime and deviance, we can find a myriad of empirical studies that shows the existence of a tendency from the justice system and from police of acting more incisively on certain social groups. As a rule, large-scale structural differences, such as racial or class differences, are taken. This research aims, similarly, to comprehend the differential imposition of rules for the same practice performed by individuals with different profiles; but on a much smaller scale: developed in São Lourenço da Mata – a small city that transits between the rural world and the urban periphery, located in the Metropolitan Region of Recife, Pernambuco – between March and December 2019, with twenty semi-structured interviews, a group of people which presented low variation in terms of income, housing, race, age and other social markers of difference were analyzed. The only variable that made it possible to divide the statements into two blocks – using the patterns found *a posteriori* – was the level of education. Respondents with a complete or ongoing higher education showed great effort to keep marijuana use hidden from the eyes of family, neighborhood, and people in general, in addition to showing concern with developing strategies to avoid the police. On the other hand, respondents with a high school education or below did not have the same concern to hide their practice or avoid the police. The two blocks of speech present great differences in terms of use routines, meanings attributed to marijuana, and other drugs and motivations for consumption. However, the data that causes greater astonishment is how those with lower levels of education feel stigmatized and the great occurrence of approaches and police violence.

Keywords: consumption of marijuana, sociableness, social inequality, police violence.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 SEM PONTO DE REVIRAVOLTA; REVIRANDO GENTE.....	21
2.2 A cidade.....	24
2.3 Os entrevistados	27
2.4 Análise dos dados.....	32
3 PERFIL DE CONSUMO, SOCIABILIDADE DESVIANTE E ESPACIALIDADE DA PRÁTICA.....	42
3.1 Os contatos iniciais com a maconha.....	44
3.2 Rotinas de consumo.....	48
4 SIGNIFICADOS DA MACONHA E OUTRAS DROGAS.....	65
5 CONTROLES SOCIAIS E SEUS EFEITOS.....	85
5.1 Raça e classe.....	113
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
7 REFERÊNCIAS	126

1. Introdução

Os aspectos da vida social que compõem o quadro dos interesses dessa pesquisa são familiares entre os brasileiros; seja pela participação na prática ou pelo conhecimento da mesma, dado que a maconha é – fora o tabaco e o álcool – a droga mais usada no Brasil, de acordo com dados do III Levantamento Nacional sobre uso de Drogas pela População Brasileira¹. Sua visibilidade também está ligada ao grande volume de notícias, marchas em busca de sua legalização, discussões políticas sobre o tema, produções científicas e artísticas, etc. Desse modo, temos então uma passagem histórica das antigas “rodas de fumo”, que se esquivavam dos olhares inquisidores, ao possível uso mais aberto em alguns contextos (em raras ocasiões encontrado entre os entrevistados desse estudo).

Como destacou Marcílio Dantas Brandão (2014), transformações nos interesses ligados à economia, ciência² – como as discussões médicas –, segurança pública e liberdades individuais são responsáveis, em larga medida, pela mobilização da atenção dada à maconha no país hoje. Positiva ou negativamente, direta ou indiretamente, as pessoas se sentem afetadas pela política de drogas em vigor.

O III Levantamento Nacional sobre uso de Drogas pela População Brasileira merece destaque especial nessa apresentação; não apenas por seus dados ricos, mas também por conta da polêmica que ele suscitou, e o quanto isso diz sobre como a questão das drogas tem sido conduzida no país nesse momento histórico. O ex-Ministro da Cidadania, Osmar Terra, tentou censurar a pesquisa realizada pela histórica e pioneira Fundação Oswaldo Cruz. Como justificativa, afirmou:

“A Fiocruz tem o viés de defender a liberação das drogas, a Fiocruz trabalha há muitos anos para provar que não é problema o consumo de drogas. A Fiocruz tem um papel extraordinário nas pesquisas sobre vacinas, sobre medicamentos, mas infelizmente na área de pesquisa sobre drogas é um grupo totalmente comprometido com a liberação, que quer mostrar que não tem epidemia” (Osmar Terra).³

¹ BASTOS, Francisco Inácio Pinkusfeld Monteiro et al. (Org.). III Levantamento Nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira. Rio de Janeiro. Documentação Complementar II: FIOCRUZ/ICICT, 2019.

² Uma apresentação sistemática sobre o crescimento do interesse científico no Brasil sobre essa erva ao longo da história pode ser encontrado em CARLINI, E. A. (2010).

³ Disponível em: << <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/05/29/governo-censura-pesquisa-da-fiocruz-sobre-uso-de-drogas-no-brasil.ghtml>>>. Acessado em 10/08/2020.

A acusação, não fundamentada, rapidamente sofreu uma infinidade de críticas. A Advocacia Geral da União, responsável por mediar conflitos entre instituições públicas, ficou incumbida de decidir se a pesquisa seria ou não divulgada, se o edital havia ou não sido cumprido, etc. Embora com atrasos, o estudo foi divulgado. Abaixo, por nos permitir uma visão panorâmica sobre o consumo de drogas no Brasil, e pelo compromisso firmado nesse texto em zelar pela produção científica séria e qualificada, seguem os dados (*ipsis litteris*) comparativos dos três levantamentos realizados até o momento, dos anos de 2001, 2005 e 2015:

I Levantamento Domiciliar Sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil:

Tabela 1. Prevalência do uso de substâncias na vida e dependência de tabaco, álcool e maconha, por pessoas de 12 a 65 anos, residentes nos municípios brasileiros com mais de 200.000 habitantes, 2001.

Substância	Na vida	Dependência
	% (IC95%)	% (IC95%)
Tabaco	41,1 (37,5-44,7)	9,0 (7,2-10,7)
Álcool	68,7 (63,8-73,6)	11,2 (9,1-13,3)
Maconha	6,9 (5,2-8,6)	1,0 (0,3-1,7)
Cocaína	2,3 (1,3-3,3)	*
Crack	0,4 (0,0-0,8)	*
Uso de qualquer droga, exceto álcool e tabaco	19,4 (16,6-22,1)	*

Fonte: CEBRID e UNIFESP. I Levantamento Domiciliar Sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil. 2001 Nota: Prevalências (%) e respectivos intervalos de confiança de 95% (IC95%) correspondem à população dos municípios brasileiros com mais de 200.000 habitantes no ano de 2001. (*) Informação não disponibilizada no documento fonte.

II Levantamento Domiciliar Sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil:

Tabela 2. Prevalência do uso de substâncias na vida, nos 12 meses anteriores a pesquisa, nos 30 dias anteriores a pesquisa e dependência de tabaco, álcool e maconha, por pessoas de 12 a 65 anos, residentes nos municípios brasileiros com mais de 200.000 habitantes, 2005.

Substância	Na vida	12 meses	30 dias	Dependência
	% (IC95%)	% (IC95%)	% (IC95%)	% (IC95%)
Tabaco	44,0 (39,1-49,0)	19,2	18,4	10,1 (7,1-13,1)
Álcool	74,6 (70,3-78,9)	49,8	38,3	12,3 (9,1-15,6)

Maconha	8,8 (6,0-11,6)	2,6	1,9	1,2
Cocaína	2,9 (1,2-4,5)	0,7	0,4	*
Crack	0,7*	0,1	0,1	*
Uso de qualquer droga, exceto álcool e tabaco	22,8*	10,3	4,5	*

Fonte: SENAD. II Levantamento Domiciliar Sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil. 2005. Nota: Prevalências (%) e respectivos intervalos de confiança de 95% (IC95%) correspondem à população dos municípios brasileiros com mais de 200.000 habitantes em 2005; (*) Informação não disponibilizada no documento fonte.

. III Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira:

Tabela 3. Prevalência do uso de substâncias na vida, nos 12 meses anteriores a pesquisa, nos 30 dias anteriores a pesquisa e dependência. Brasil, 2015.

Substância	Na vida	12 meses	30 dias	Dependência
	% (IC95%)	% (IC95%)	% (IC95%)	% (IC95%)
Tabaco	33,5 (32,4-34,6)	15,4 (14,6-16,1)	13,6 (12,9-14,3)	3,2 (2,8-3,6)
Álcool	66,4 (64,8-68,0)	43,1 (41,8-44,4)	30,1 (28,9-31,3)	1,5 (1,2-1,8)
Maconha	7,7 (7,1-8,3)	2,5 (2,1-2,9)	1,5 (1,1-1,8)	0,3 (0,1-0,5)
Cocaína	3,1 (2,7-3,4)	0,9 (0,7-1,1)	0,3 (0,2-0,4)	0,2 (0,1-0,3)
Crack	0,9 (0,7-1,1)	0,3 (0,2-0,4)	0,1 (0,0-0,2)	0,1 (0,0-0,2)
Uso de qualquer droga, exceto álcool e tabaco	9,9 (9,2-10,6)	3,2 (2,8-3,6)	1,7 (1,3-2,0)	0,8 (0,5-1,0)

Fonte: ICICT, Fiocruz. III Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira. Notas: Prevalências (%) e respectivos intervalos de confiança de 95% (IC95%) correspondem à população de pesquisa.

A pesquisa – cujos resultados não foram questionados por qualquer grupo de pesquisadores das áreas correlatas – aponta um dado desinteressante para um país que adotou como palavra de ordem “bandido bom é bandido morto!”; que faz gesto de armas de fogo com as mãos; em que se espalha o pânico moral de uma situação desgovernada de insegurança pública, em que as forças policiais devem ter passagem livre para, na tentativa de matar um fantasma, assassinar pessoas: não há uma epidemia de consumo de drogas ou dependência; que em linhas gerais, mostra-se estável, se comparados os dados aos dos outros dois levantamentos.

Aparentemente longe desse turbilhão de disputas políticas, a pesquisa foi realizada em São Lourenço da Mata, cidade da Região Metropolitana do Recife, Pernambuco, que encontra-se na fronteira entre o mundo rural e a periferia urbana. Foram feitas vinte entrevistas. A *posteriori* divididas em dois conjuntos; (cada um deles com dez entrevistados), tradados no

texto como *Conjunto A*, e *B*.⁴ Embora parecidos de um ponto de vista de renda, raça/etnia e outros marcadores sociais da diferença, o grupo com escolaridade mais elevada (ensino superior completo ou em andamento) se mostrou mais blindado à repressão policial. Os dois blocos de entrevistas também apresentaram diferenças gritantes em termos de significados, formas de sociabilidade, ocultação da prática e outras.

O desenvolvimento do presente estudo foi realizado levando-se em conta a atmosfera atual sobre o consumo de maconha no país; no qual, por um lado, há um crescimento do debate sobre o tema em diversos setores da sociedade, como também, um aumento – agora ameaçado – de sua aceitação. O ainda mantido rigor da lei pune com maior severidade indivíduos e grupos específicos.

Dessa forma, a pesquisa analisou os descompassos existentes nas formas de controles sociais sobre uma prática específica, exercida sobre consumidores com diferentes perfis; indo desde aquelas praticadas pela família, passando pela vizinhança e pessoas em geral, até o nível de controle exercido pelas instituições do Estado. Os relatos dos consumidores permitiram captar grande variedade nesses elementos.

Por seu caráter comparativo, a pesquisa permite elucidar com maior clareza questões de natureza estrutural, como a seletividade repressiva e sua manifestação relacionada às diferentes formas de desigualdade social. Como também, de que maneira os consumidores são, de acordo com seus perfis, tipificados, rotulados e estigmatizados. Com isso, a pesquisa apresentará uma compreensão – como toda ela, incapaz de esgotar todos os elementos empíricos – dos processos sociais de acusação/não acusação e suas configurações.

O consumo de maconha tem estado presente em nosso país há séculos, e em torno da prática, sempre houve grupos favoráveis e opositores. Essa questão, portanto, desperta interesse não apenas científico, como também, dos demais setores da sociedade. Sua legalidade ou ilegalidade são resultados do embate da ação de forças políticas.

O tema, embora estudado sistematicamente no país há décadas, por estar em constante transformação e por ser uma prática ilegal que é conduzida com algum nível de sigilo, apresenta em sua literatura alguns pontos que ainda carecem de aprofundamento. Essa pesquisa tem em vista trazer novos elementos ao debate. Desse modo, é levado em conta tanto a relevância para a bibliografia sobre o consumo de drogas quanto o retorno público do trabalho.

⁴ A opção em não utilizar termos ênicos para descrevê-los teve como objetivo evitar correr o risco de reforçar estigmas.

É proposto, aqui, responder: quais os significados do uso da maconha entre indivíduos de diferentes perfis localizados nessa pequena cidade brasileira nesse contexto ambíguo em que, por um lado, há uma progressiva aceitação do uso da erva em alguns setores da sociedade e maior abertura ao debate e, por outro, a rigidez da lei e avanço do conservadorismo?

Uma série de outras questões se coloca, como: quais as formas de sociabilidade e espacialidade do hábito nessas circunstâncias? Há grande preocupação em conduzir o consumo de forma secreta, ocupando, assim, ambientes públicos ou privados específicos? Como os usuários percebem a si próprios e quais os impactos em suas vidas? Quais os principais mecanismos de controle social e como, partindo de suas tipicidades, eles podem nos ajudar a compreender outros universos de análise?

Passamos agora a uma breve apresentação da estrutura do texto: o capítulo “Sem ponto de reviravolta; revirando gente...”, dedicado à metodologia, está subdividido em quatro seções. Na primeira delas será abordada a questão da subjetividade e do trabalho de campo, buscando traçar os seus possíveis impactos nos resultados de pesquisa. A segunda buscará apresentar ao leitor um panorama geral da cidade. A terceira apresentará os entrevistados e como se deu a coleta de dados. Na quarta e última seção serão discutidos os procedimentos de amostragem, análise de conteúdo e inferências empíricas e teóricas.

O segundo capítulo, “Perfil de consumo, sociabilidade desviante e espacialidade da prática”, subdividido em três seções, apresentará – após extensa discussão sobre o conceito de sociabilidade e suas transformações – em cada conjunto de entrevistados: como tiveram seus contatos iniciais com a substância (detalhando idade e através de quem); a frequência de uso quando iniciaram a prática comparada ao momento da pesquisa; descrever, de forma comparativa, as pessoas com as quais consumiam ao darem início ao uso e com as quais consumiam na ocasião do estudo; mudanças nos locais de consumo ao longo de suas trajetórias de uso; a motivação dos encontros, e, por fim, uma discussão sobre “juventude”.

O terceiro capítulo, “Significados da maconha e outras drogas”, apresentará as motivações do consumo; suas percepções da maconha em relação ao tabaco e o álcool, buscando identificar percepções de elementos transgressores/não transgressores; suas

atribuições de valor ao conjunto de drogas; por fim, atribuições de valor à cocaína, *crack* e outras drogas em relação à maconha.

O quarto capítulo, “Controles sociais e seus efeitos”, irá expor a necessidade/não necessidade de manter em segredo a prática pelos familiares consanguíneos (parentesco em linha reta e no parentesco na linha colateral); trabalho e moradia, tomados como potenciais elementos de controle; a percepção do estigma entre cada conjunto; suas avaliações sobre a necessidade/não necessidade de manter em segredo para a vizinhança e as pessoas em geral; estratégias adotadas para evitar a polícia; ocorrências de abordagens policiais e, nelas, os abusos legais praticados pelos agentes e, ao final, uma discussão sobre as características do racismo no Brasil.

Nas considerações finais, além de uma sumarização dos resultados de pesquisa, será feita uma discussão sobre a Lei de Drogas; o encarceramento em massa; a letalidade das prisões; violações legais praticadas por policiais; diferenciação entre mercados de drogas ilícitas com ou sem presença de violência e, por fim, breves notas sobre o desafio brasileiro, se alinhado à democracia, em corrigir esses e tantos outros abusos aos direitos humanos.

2. Sem ponto de reviravolta; revirando gente...

Em meus primeiros contatos com os clássicos das ciências sociais, fui encantado por sua poderosa magia. A sublime descrição realizada por Bronislaw Malinowski (1976) da partida da embarcação em sua expedição ao Pacífico Sul me confrontava emocionalmente com a solidão e, num só tempo, também com a euforia de uma jornada pelo desconhecido. Em minha ingenuidade adolescente, ler sua obra era como seguir as aventuras do romance britânico *O Mundo Perdido*, escrito por Arthur Conan Doyle.

Ainda navegando entre a escrita ficcional e a científica, no acontecimento de partida em *As Aventuras de Alice no País das Maravilhas* – célebre obra de Lewis Carroll (2010., p. 14) –, a impetuosa Alice notou que “[...] nunca tinha visto antes um coelho com bolso de colete, nem relógio para tirar de lá, e, ardendo de curiosidade, correu pela campina atrás dele, ainda em tempo de vê-lo se meter a toda a pressa numa grande toca de coelho debaixo da cerca”. Isso me remetia diretamente à entrada no campo apresentada por Gliford Geertz (2008) em sua pesquisa realizada em Bali. Estando junto à sua esposa em um período em que os moradores da pequena aldeia os ignoravam, resolveram assistir a uma briga de galos organizada para arrecadar fundos para a construção de uma escola. As rinhadas eram proibidas, e não demorou para que a polícia chegasse ao local. Ao invés de identificarem-se, correram, assim como os demais. No dia seguinte, de *não-pessoas* eles tinham passado a ser o centro das atenções. Sua “covardia” foi tida como “camaradagem”, e o autor chamou esse acontecimento de “ponto de reviravolta”. (*Ibid.*, p. 187.). Assim como Alice, entraram numa toca de coelho e descobriram um universo complexo e invisível, se olhado da superfície.

Alba Zaluar (1985) – uma das pioneiras nos estudos sobre crime e desvio no Brasil e autora de grande impacto – em *A Máquina e a Revolta: As Organizações Criminosas e o Significado da Pobreza*, iniciou sua escrita realizando um paralelo claro com *Argonautas do Pacífico Ocidental*: “Imagine-se estacionando seu carro particular na rua de um bairro de pobres cujo nome permanecia nas manchetes dos jornais como um dos focos da violência urbana, um antro de marginais e de bandidos.” (*Ibid.*, p. 9.). Sua descrição, que seguiu o antropólogo anglo-polonês, não me causou a mesma impressão: “[...] Você não conhece ninguém que lhe possa indicar os caminhos e prestar-lhe as informações de que necessita para mover-se sem riscos desnecessários.” (*Ibid.*, p. 9.). Ao invés do sentimento ambíguo de solidão e euforia referido há pouco, senti a presença estranha da antropóloga; como se ela estivesse desembarcando em minha porta enquanto eu virava a página.

Isso não deve ser tomado como uma crítica à autora; trata-se, na verdade, de salientar que esse estranhamento não é sem significado metodológico: ele também perpassou a antropóloga e os moradores da Cidade de Deus. Alba Zaluar (*op. cit.*, p. 9 *et seq.*), embora consciente de que não estudava uma “cultura harmoniosamente aceita por todos”, as representações midiáticas que apontavam a violência daquele lugar lhe causaram medo, mesmo ela sabendo que se tratava de um processo longo de criminalização da pobreza. Quanto aos moradores, em um primeiro momento, sua presença causou desconfiança. A câmera fotográfica e o gravador eram objetos típicos dos jornalistas, que se mostravam empenhados em representar unilateralmente o que havia de ruim ali, despertando aversão na localidade. Também foi vista como funcionária do Estado. E nisso as entrevistas ganhavam tons de apelo. Ao finalmente conseguir se diferenciar do jornalismo e da burocracia do Estado, buscaram nela uma ponte entre as classes; pedidos de uma grande variedade de favores; fizeram dela peça de destaque em reuniões importantes do bloco de samba e tantas outras coisas – elementos que retardaram sua inserção.

A pesquisa realizada por Edward MacRae e Júlio Assis Simões (2000) apresenta um cenário oposto aos citados anteriormente. Estudaram usuários de maconha que, segundo os próprios autores, são bastante comuns nos meios por eles frequentados, como o intelectual e o artístico. Esse fato facilitou o cumprimento da tradição antropológica, em que é desejável que se mantenha estreito contato com os informantes. E isso foi realizado anos antes e depois das dez entrevistas que foram realizadas, cinco delas em São Paulo, as cinco restantes em Salvador. Não existiu resistência por parte dos informantes; seja pela confiança alcançada através de relacionamentos anteriores, seja por terem sido indicados por amigos comuns. Além disso, também deve ser acrescentado que pertenciam a mesma classe, embora em frações de classe distintas.

Miriam Pillar Grossi (1992) pôs em relevo a relação entre pesquisador e aspectos da vida social investigados; destacando que os resultados obtidos em uma pesquisa podem variar de acordo com ela, e não só com as diferentes filiações às escolas de pensamento social, como se costuma apontar. Como um dos exemplos disso, destacou o estudo de Anette Weiner (1983), no qual foi analisada nas Ilhas Trobriandesas uma outra troca tão importante quanto o *kula*, estudado por Malinowski, o *Dala*, riqueza das mulheres.

Ao invés de uma grande expedição, voltei os meus olhos para a cidadezinha em que vivi a maior parte da minha vida. A minha presença não era vista com estranheza, pois eu conversava

com pessoas que conhecia há longos anos, ou com algumas que foram indicadas por meu ciclo de amizade; transferindo, na maioria das vezes, com isso, confiança. Não posso apresentar ao leitor uma boa anedota, pois não poderia haver a tão esperada “reviravolta” no campo, quando esse está, pelo convívio com essas pessoas e a cidade, tão imbricado com a minha própria vida. Isso não quer dizer que não há o que se descobrir, apenas que provavelmente não será algo tão divertido ao ser contado.

Entre as pesquisas supracitadas, esta se parece em muitos aspectos metodológicos com a realizada em meados da década de 1980 por MacRae e Simões (*op. cit.*). No entanto, com as marcas que unem a grande história e as vidas desses vinte informantes e a minha: em um processo iniciado ainda no início da primeira década do nosso milênio e interrompido alguns anos antes de 2020, o acesso ao ensino superior foi ampliado, houve capitalização crescente das camadas populares e um aumento substancial na qualidade de vida dos mais vulneráveis, de modo geral. Porém, se é verdadeiro, por um lado, que desigualdades foram diminuídas, por outro, é possível dizer que novas foram criadas. Entre os participantes da pesquisa, a variação de renda, embora existente, não permite dividi-los em classes; são todos pobres. Mas como veremos nos capítulos seguintes, o grupo com escolaridade mais elevada possui maior blindagem à violência policial e aos riscos ligados ao sistema de justiça.

Dos meus vinte e oito anos que tenho hoje, vivi aproximadamente vinte e seis em São Lourenço da Mata. Sou familiarizado com seu território por inteiro. Todos os informantes são amigos ou amigos de amigos. Essa proximidade com os aspectos da vida social investigados traz vantagens e desvantagens, como apontou Gilberto Velho (1980). Para ele, o mapa que construímos nos permite, *grosso modo*, identificar e fixar posições; mas isso não quer dizer que saibamos os princípios e mecanismos que as organizam. Esse mapa, cristalizado em nossas mentes, está severamente comprometido pela rotina, hábitos e estereótipos; o que exige grande rigor metodológico na análise. Por outro lado, no entanto, traz algumas vantagens, como a de ter a interpretação disponível a pesquisadores que podem realizar investigações no mesmo local, ou até mesmo – nesse caso apenas parcialmente – pelos interlocutores. O confronto com outras visões pode ser valioso no aprimoramento dos resultados atingidos.

Antes de finalizar esse tópico, indico ao leitor que, caso esteja ávido por uma aventura, talvez seja confortante imaginar-se na pele do caçador de recompensas Rick Deckard, da obra *Androides Sonham com Ovelhas Elétricas?*, de Philip K. Dick (2014). Na trama, em uma terra arrasada pela ação humana, poucos restaram nesse planeta; a maioria iniciou uma colonização

do espaço. Nessas colônias, andróides eram utilizados como escravos. Alguns deles fugiam para a terra para tentar viver como humanos. Nesse ponto entra o protagonista: com o objetivo de substituir sua ovelha elétrica (eletrônica, em acepção contemporânea) por um animal verdadeiro, aceitou a missão de “aposentar” seis *nexus-6*. Nesse universo, isso se explicava por uma versão *cyberpunk* do cristianismo, o *mercerismo*. Wilbur Mercer era capaz de curar e ressuscitar animais; agora quase inexistentes na terra. Ele foi apedrejado e seu corpo lançado em lugar desconhecido. As pessoas podiam se fundir à Mercer através de suas caixas de empatia; e ao segurar os manetes, sentiam o vento frio, a subida difícil, as pedradas – podiam sentir a sua dor. Para o *mercerismo*, apenas humanos poderiam ter empatia por animais e cuidar deles. Ao embarcar na busca pelos andróides, Deckard acabou por sentir empatia por eles. Afinal, não era fácil distinguir humanoides de pessoas comuns. A empatia é colocada em xeque o tempo inteiro: cuidar de um animal é uma forma de afirmar-se como humano, de encontrar satisfação pessoal. Além, claro, de servir de distinção, já que passaram a custar somas exorbitantes de dinheiro. A realidade e a ideia de empatia tornaram-se duvidosas ao *blade runner*.

Transpondo para o nosso universo pesquisado, poderíamos substituir aqueles que colonizam o espaço por moradores das Graças, Casa Forte⁵ e outros “planetas distantes”; as pessoas que cuidam de animais eletrônicos (ou reais) pelos jovens que presam pela boa aparência social; os andróides por aqueles que são marginalizados e, por fim, os caçadores de recompensas pelas polícias. Em nosso tempo, o Deus dinheiro compete espaço com o Deus dos cristãos. Ter acesso ao consumo – ou aparentar ter – costuma confundir-se com um medidor de quem é gente e quem merece ser “aposentado”.

2.2. A cidade

São Lourenço da Mata é uma cidade pouco desenvolvida e que não desperta interesse dos olhares externos. Situada na Região Metropolitana do Recife, em Pernambuco; conta, de acordo com o Censo de 2010, com 102.895 pessoas; e ainda de acordo com IBGE, em um dado estimado, possui atualmente cerca de 113.220 habitantes⁶.

Pobre em aparelhos urbanos, quase todas as suas praças estão deterioradas, a biblioteca municipal inoperante; não há teatros ou museus. Os espaços privados, de igual modo, são

⁵ Bairros de classe média situados na zona norte da capital pernambucana.

⁶ IBGE Cidades. **Panorama**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/sao-lourenco-da-mata/panorama>>. Acesso em 04/11/19.

irrisórios: somente um pequeno cinema, com apenas uma sala de exibição, e algumas redes varejistas. Não há *fastfoods* ou shoppings.

Ainda de acordo com dados do IBGE⁷, São Lourenço da Mata pode ser considerada umas das cidades mais antigas do Brasil. Durante o século XVI, os portugueses se instalaram em seu território com o objetivo de explorar o pau-brasil. Em 1540 foi construída nessas terras a segunda igreja mais antiga do país, A Igreja Nossa Senhora da Luz – situada em Matriz da Luz, área rural da cidade.

Sua formação administrativa se deu em três grandes etapas: a primeira delas com a criação do Distrito, já com a denominação de São Lourenço da Mata, em 1775, subordinado aos municípios de Recife e Paudalho; posteriormente, em 1890 a elevação à categoria de vila, desmembrando-se dos municípios aos quais pertencia e ficando dividido em São Lourenço da Mata e São Lourenço do Sul; e finalmente, em 1909 foi elevado à condição de cidade e sede municipal. Entre 1909 e os dias atuais alguns distritos foram anexados ou desanexados, como o caso de Camaragibe, que foi elevado à condição de cidade, primeiro em 1963 e posteriormente em 1982. (*ibid.*).

A cidade esteve desde o início fortemente ligada ao mundo rural. De acordo com dados da Fundação Joaquim Nabuco⁸, a Usina Tiúma, localizada no bairro Tiúma, foi fundada em 1881 por Jovino Bandeira de Melo, denominada nesse período de Engenho Central São Lourenço da Mata; tendo passado, em 1887, a pertencer à empresa inglesa *The North Brazilian Sugar Factories Company*, que lhe deu seu conhecido nome. Em 1929 possuía oito propriedades e sessenta e um quilômetros de ferrovias, sete locomotivas e 339 vagões. Foi uma das maiores usinas do Estado. Em 1979 deixou de fabricar açúcar, passando a ser apenas uma destilaria de álcool; tendo mudado de proprietários algumas vezes. As linhas férreas ainda permaneceram ativas por muitos anos, e pude ver os trens cruzarem a cidade durante a minha infância. Hoje elas estão abandonadas. O bairro que leva o nome da antiga usina possui hoje perímetro urbano razoável, mas ainda é essencialmente rural.

Anualmente, comemora-se no município o Festival Agosto Cultural, popularmente

⁷ IBGE Cidades. **Panorama**. Disponível em: <<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/sao-lourenco-da-mata/historico>>> acesso em 29/05/2020.

⁸ FUNDAJ. Disponível em <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=135&Itemid=1>> Acesso em 29/05/2020.

conhecido por seu antigo nome: Festa de Agosto. Nele é celebrado o Santo Padroeiro da cidade, São Lourenço Mártir. São dez dias de festa, com diversos *shows*, barraquinhas de comida e brinquedos para as crianças. Há, em paralelo a isso, as atividades religiosas, que são realizadas na Igreja Matriz.

As demais festas, como São João e Natal, não possuem amparo do poder público. Ocorrem ou nos *pedaços*, como nomeados esses espaços intermediários entre o público e o privado por José Guilherme Magnani (2002), ou nas residências. O Carnaval tem como uma das poucas atrações o Urso Branco de Cangaçá, que possui hoje quarenta e um anos e leva o nome de um antigo engenho, hoje desativado, situado no centro da cidade – remontando às origens rurais do município. O Carnaval São-lourencense não possui *shows*, multidões ou diversidade de blocos. A tradição da *la ursa*⁹ segue nas ruas como uma fantasmagoria. Em 13/04/18 essa manifestação cultural foi considerada pela Câmara Municipal de São Lourenço da Mata como de utilidade pública e de interesse cultural e social do município¹⁰. Mas pouco mudou desde então.

Entre os anos de 2007 e 2014 existiu um evento que merece menção por dois motivos: primeiro por ajudar a compreender a cidade e parcela de suas dinâmicas de lazer; segundo por tratar-se de uma festa onde muitas das histórias que serão narradas nesse texto se entrelaçam.

Com intervalos médios de dois meses, ocorria na cidade o *Ensaio Sem Stress*, evento autônomo de bandas amadoras. Havia lugar para apresentações de músicos de vários estilos, mas prevalecia o universo do *rock*. Inicialmente o evento ocorria em frente a uma escola; em um bar. Após reclamações da vizinhança, o evento mudou de endereço, passando a ocorrer na Praça Dom Helder Câmara, localizada no bairro Parque Capibaribe. Os dois locais eram de acesso laborioso. Quando ocorria no bar, a rua era o único local em que havia espaço para os que assistiam. Na praça, havia um palco para as bandas e espaço para os participantes da festa. Mas ambos os locais eram isolados e de difícil acesso. A prefeitura nunca autorizou o uso de um espaço central da cidade, mesmo que a festa tivesse grande quantidade de frequentadores. Eram vistos como desviantes; e por isso eram evitados. (MELO, Ricardo Bandeira de. 2017).

⁹ É comum, no Carnaval pernambucano, a presença de pessoas fantasiadas de ursos; que geralmente tocam instrumentos percussivos, dançam e brincam. São conhecidos como *la ursoras*. Suas ocorrências podem ser isoladas, em agremiações ou blocos. Em São Lourenço da Mata, usualmente são chamados de Urso.

¹⁰ CAMARA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA. **Urso Branco de Cangaçá agora é de interesse cultural e social do município.** Disponível em: <<https://www.saoulourencodamata.pe.leg.br/institucional/noticias/urso-branco-de-cangaca-agora-e-de-interesse-cultural-e-social-do-municipio-1>>. Acesso em 04/11/19.

Bandas de *hard core*, *rock*, *punk* e variantes do *heavy metal* se apresentaram ali – muitas delas tendo esse espaço como oportunidade de expor seus trabalhos pela primeira vez. Entre o público, de igual modo, era nítida a prevalência de roqueiros, *headbangers*¹¹ e afins. No entanto, mesmo estando esses estilos musicais muitas vezes em conflito – e havendo pessoas fora do universo do *rock*, notava-se grande familiaridade e união entre os frequentadores. Quase todos eram amigos ou amigos de amigos. Ao chegar ao local, via-se uma imensidão de pessoas vestidas de preto; jovens andando de *skate*, muita bebida e cigarro, algumas pessoas consumindo maconha, rodas *punk* e muita conversa e confraternização. (*Ibid.*).

O *pedaço*, categoria nativa que inspirou MAGNANI (*op. cit.*) na elaboração da expressão analítica homônima, faz referência à presença espacial regular de pessoas que compartilham um código de reconhecimento e comunicação. Esses encontros revigoram as teias de sociabilidade. Tais espaços estão situados entre o público e o privado, por “combinar laços de parentesco, vizinhança, procedência, vínculos definidos por participação em atividades comunitárias e desportivas etc.”. (*Ibid.*, p. 21.). Essa noção inicial de *pedaço* pode sofrer nuances, como em regiões centrais, onde as pessoas não possuem vínculos construídos no convívio diário, mas sim do reconhecimento de símbolos, como gostos, valores e modos de vida semelhantes. Nesses casos, “o ‘efeito pedaço’ continua: venham de onde vierem, o que buscam é um ponto de aglutinação para a construção e o fortalecimento de laços” (*Ibid.*, p. 22.). Embora dependentes de um espaço físico, os elementos centrais do *pedaço* são os símbolos e as teias de relações. Tratar como um ponto fixo na cidade seria reificar o conceito. Essa linguagem analítica traduz com grande fidelidade o *Ensaio Sem Stress*: jovens saíam de diversos bairros; uns eram amigos, outros parentes, ou vizinhos, amigos de amigos; já outros se reconheciam ali através de seus estilos de vida. A festa reforçava as teias de sociabilidade. Em 2014 foi desautorizada pela prefeitura, e quase todas as bandas deixaram de existir.

São Lourenço da Mata tem um revezamento de duas famílias à frente do poder executivo há várias gerações. Essa é mais uma das incontáveis marcas de seu atraso. Em linhas gerais, pode-se dizer que a cidade transita entre o mundo rural e a periferia urbana.

2.3. Os entrevistados¹²

¹¹ *Headbanger* ou *metalhead* são expressões utilizadas para designar fãs de *heavy metal*, *black metal*, *deathmetal* e outros variantes extremos do rock.

¹² Por questões éticas, os nomes verdadeiros foram omitidos.

Apresentarei os entrevistados sem dividi-los aqui. Também não irei seguir a ordem de coleta de dados. Serão apresentados seus perfis individuais e as teias às quais eles estão ligados. Outros dados serão apresentados, como o tipo de relação que tenho com cada um e como isso se traduziu em dificuldade/facilidade durante a pesquisa.

Humberto, branco¹³, tem trinta e um anos. Está em uma união consensual e o casal tem dois filhos em idade escolar. Atualmente ele trabalha com a esposa vendendo lanches, mas já passou por vários empregos de baixa especialização e rendimentos. Ele é músico; toca baixo e já passou por algumas bandas amadoras, do *punk* ao *folk*. Possui o ensino médio completo. A entrevista aconteceu na praça da Igreja Matriz da cidade.

Ernesto, preto, possui vinte e oito anos. Está em uma união consensual e mora sozinho com a companheira. Também é músico. Tocou bateria em uma banda *punk* amadora durante alguns anos. Hoje trabalha em um aeroporto. Já passou por outros trabalhos de baixa especialização e rendimentos. Possui o ensino médio completo. Nos encontramos em uma praça no centro da cidade.

Pedro, preto, trinta anos; está atualmente em uma união consensual. Vive com sua companheira, apenas; mas possui dois filhos de outros dois relacionamentos. É músico. Cantou em duas bandas de *rock*. É professor. Tem se dedicado à essa profissão há vários anos, mas sempre através de contratos temporários. A entrevista ocorreu na casa do informante.

João, preto, tem trinta e três anos. É professor empregado pelo regime jurídico dos funcionários públicos. Está em uma união consensual e vive com sua companheira. Tocou bateria durante vários anos em uma banda de *rock*. Hoje usa a música como ferramenta educacional. A entrevista foi realizada na UFPE.

Conheci Humberto na infância. Éramos da mesma escola. Ernesto, Pedro e João eu conheci durante a minha adolescência. Todos eles frequentavam o *ensaio sem stress*, referido há pouco. Todos eles se conhecem (com graus variados de proximidade), já que suas bandas se apresentaram juntas várias vezes. As quatro entrevistas correram tranquilas, com muita confiança. Foram longas e detalhadas. As conversas foram prazerosas, vez por outra lembrando a cena *underground* da cidade entre os anos de 2007 até 2014.

¹³ Os dados raciais são baseados em autodeclaração.

Eduardo, branco, vinte e seis anos; solteiro. É graduado, mas nunca exerceu a profissão; vive com os pais e se dedica a concursos públicos. A entrevista ocorreu em sua casa; cuidadosamente agendada em um dia e horário em que não haveria lá nenhum familiar seu.

Julia é branca, tem vinte e seis anos. Tem o ensino superior completo. Trabalha como professora. É solteira e vive com os pais. A entrevista aconteceu no salão de festas do conjunto de prédios populares no qual Antônio mora. Ela foi ao local dirigindo seu veículo.

Antônio é pardo. Assim como Eduardo e Julia, têm vinte e seis anos. É mestre e trabalha como professor. Vive com o irmão em um pequeno apartamento cedido pelos pais; que têm parte de sua renda proveniente do aluguel de imóveis. A entrevista ocorreu no salão de festas do condomínio, na mesma noite que a de Julia e de outras três pessoas indicadas por Antônio, que seguem:

Wagner, pardo, vinte e dois anos, é recém graduado. Trabalha em sua própria barbearia, em São Lourenço da Mata. Está em um namoro. Vive com os pais.

Douglas, branco, vinte e cinco anos. É estudante universitário, namora e vive com a mãe. Trabalha através de contrato temporário na prefeitura de São Lourenço da Mata.

Ulisses, pardo, tem vinte e sete anos, solteiro; tem o ensino médio completo. Vive com os pais. Trabalha como auxiliar em restauração de patrimônios históricos.

Conheço Julia e Antônio desde o ensino médio. Eduardo durante o final da graduação. Os três frequentam o mesmo ciclo de amizade do qual faço parte. A maioria dessas pessoas não consomem qualquer substância ilícita, e durante os encontros – hoje raros –, nunca há consumo de nada além de tabaco e álcool, eventualmente. As entrevistas com Julia e Antônio foram claras e detalhadas. Temos grande proximidade. Já a entrevista com Eduardo foi muito curta. Ela foi concedida em sua casa, na ausência de seus pais. Possivelmente ele temia o seu retorno. De qualquer forma, as informações necessárias foram transmitidas, mesmo que de forma apressada.

Os três amigos que Antônio indicou deram entrevistas longas, que narravam vários acontecimentos. Eu nunca os tinha visto antes, mas – possivelmente pela confiança deles em nosso amigo em comum – não se furtaram a fornecer nenhuma informação, além de se mostrarem à vontade durante as entrevistas.

Sol¹⁴ e Daniel são namorados. Foram indicados por uma amiga que tanto eles quanto eu conhecemos há muitos anos. Ambos são graduados e trabalham em ocupações com baixa especialização e rendimentos. Ela tem vinte e dois anos, enquanto que ele tem vinte e sete. Os dois são pardos. Daniel vive em um pequeno apartamento com o seu irmão. Sol vive com os pais. O casal me recebeu na casa de Daniel. As duas entrevistas foram agendadas com facilidade, e suas execuções foram bastante aprofundadas.

Everton tem vinte e sete anos, é preto. Nos conhecemos durante o ensino médio. Ele é formado, mas trabalha fazendo bicos. Duas pessoas foram indicações suas: Maria e Jonatas. A entrevista ocorreu em um dos locais em que ele exerce atividade remunerada, em um bar. O ambiente é fechado, é uma casa. Dentro há consumo de maconha, bebida e tabaco com grande liberdade. O local é estigmatizado. Everton, que toma conta durante a noite, é negro e gay. Maria é lésbica e vários dos que frequentam o ambiente não são heterossexuais. Maria tem vinte e quatro anos, é preta, trabalha como técnica de enfermagem e vive sozinha. Jonatas, vinte e quatro anos, pardo; não completou o ensino fundamental, trabalha fazendo bicos e vive com os pais.

Durante a realização da pesquisa os três haviam consumido maconha, mas isso não parece ter atrapalhado na coleta de dados. Everton deu muitos detalhes, incluindo até mesmo elementos que iam além das perguntas. Maria e Jonatas foram completamente solícitos, apesar de termos nos conhecido naquela ocasião.

Fábio, trinta anos, branco. Tem o ensino fundamental completo. Trabalha como tatuador e vive com a esposa, Flávia, que tem vinte e oito anos e é preta. Possui o ensino médio completo e trabalha como manicure.

Fábio e eu nos conhecemos quando éramos crianças. Sua mãe morava no sudeste quando foi vítima de uma tentativa de feminicídio (em tipificação jurídica corrente). Na ocasião ela regressou para São Lourenço da Mata com Fábio, ainda criança, para viver com a sua mãe, que era amiga de minha família. Éramos amigos na infância. Geralmente fazíamos desenhos ou jogávamos videogame com outras crianças. Nos afastamos quando, ainda muito cedo, ele passou a se envolver em atividades ilícitas. Pouco depois deixou a casa da avó e foi morar com sua companheira. Envolvido no tráfico de drogas, acabou sendo preso. Durante a detenção, aprendeu a tatuar. Hoje ele vive disso. Consegui localizá-lo através de conhecidos em comum.

¹⁴ A entrevistada pediu para ser identificada dessa forma.

Apesar de termos passado tanto tempo distantes, me recebeu como amigo e não titubeou em contar nem mesmo os episódios mais tristes pelos quais ele passou. Na ocasião, além de indicar sua atual companheira, Flávia, também indicou um amigo que estava presente, Igor.

Esse amigo tem vinte e dois anos, é pardo. Não concluiu o ensino fundamental. Não trabalha e vive com os pais. Durante a entrevista ele se mostrou desconfiado e preferiu omitir algumas informações.

Marcelo foi durante alguns anos meu vizinho. Isso foi quando éramos crianças. Temos a mesma idade: vinte e oito anos. Ele é branco.

Um episódio trágico marcou a sua vida e a de sua família: o assassinato de seu irmão mais velho. Os rumores da vizinhança apontavam que ele esteve envolvido em assassinatos, e que sua morte havia sido uma retaliação. Na época, no final da década de 1990, ele tinha aproximadamente dezoito anos. Pouco depois foi descoberto um relacionamento extraconjugal de sua mãe com uma mulher. As fofocas maliciosas na vizinhança certamente ajudaram na separação do casal. Seu pai foi morar em Recife e sua mãe, Marcelo e seu irmão mais novo mudaram-se para outra região do país. Em 2019 ele regressou à São Lourenço da Mata. Meu irmão o reconheceu, apesar dos mais de vinte anos desde a última vez que havíamos nos encontrado. Conversamos e o consumo de maconha apareceu na conversa espontaneamente. Expliquei minha pesquisa e o convidei. Rapidamente ele se prontificou a ir à minha casa, como quem desejava revisitar o passado. A entrevista foi longa e muito profunda. Ele concluiu o ensino médio e trabalha no Recife como tatuador. Mora sozinho em São Lourenço da Mata. Sua voz calma, seu jeito simpático e sua inteligência fizeram da entrevista uma das mais prazerosas.

Coringa¹⁵ tem vinte e dois anos, preto. Não completou o ensino fundamental e é solteiro. Vive com um homem que informalmente o adotou. Ele foi indicado por um amigo professor, que frequenta a barbearia em que ele trabalha, que é propriedade de seu “pai”. Ele se prontificou à conceder a entrevista, mas se mostrou acanhado para responder algumas questões. A entrevista ocorreu dentro da barbearia, quando não havia mais clientes. Enquanto eu aguardava, o dono da barbearia deu informações importantes. Disse que o jovem havia sido abandonado pelos pais, e que ele o retirou das ruas e o abrigou em sua casa, com a sua família. Informou

¹⁵ O informante pediu para ser identificado dessa forma.

também que, para evitar o envolvimento com outras atividades ilícitas, ele próprio fornecia o dinheiro para que Coringa comprasse a droga.

2.4. Análise dos dados

O primeiro ponto que se coloca é: como ordenar os entrevistados? Tratá-los como grupos, *networks* ou rodas se mostrou problemático. Por nem todos se conhecerem e por não frequentarem os mesmos ambientes, podemos descartar as duas últimas expressões analíticas, sem nos atermos em profundidade. No entanto, a noção de “grupo” merece uma justificativa para a exclusão de seu uso nesse trabalho; dado que, modificando-se os fins de pesquisa ou o nível de análise, poderíamos dividi-los dessa maneira.

Gilberto Velho (1998) ao definir o grupo da zona sul carioca estudado por ele em profundidade, apresentou os traços que permitiam a ele defini-los como tal: a existência de uma noção compartilhada por aquelas pessoas de sua proximidade, que se traduzia em seus discursos muitas vezes como “o nosso grupo” ou “nós”, e adiante o autor passou a apresentar o “tom dominante” entre essas pessoas: preocupação com as biografias individuais; competição interna em termos de talento e criatividade; a busca do prazer como um fim em si mesmo; debate sobre gênero e sexualidade como elemento frequente; busca pelo vanguardismo; e a existência, dentro dessas incongruências, de um ambiente marcado pela “ansiedade”.

Desse modo, podemos dizer que o autor adotou em sua conceptualização dois elementos: traços compartilhados e o sentimento de pertencimento entre todos. Uma outra forma de apresentar a noção de grupo está presente na obra de Norbert Elias. Ela permite variar o uso, embora tenha algumas semelhanças com essa forma que acabamos de discutir.

De acordo com ELIAS (1994), há duas formas de teorizar a sociedade. A primeira delas toma formações sócio-históricas como sendo criações planejadas de indivíduos e, do outro, uma segunda que despreza o papel dos indivíduos na história, compreendendo a sociedade como uma entidade orgânica supraindividual. Para ele, a primeira perspectiva deixa obscura a relação entre atos e objetivos individuais e formações sociais; enquanto a segunda, no caminho inverso, é pouco esclarecedora sobre os vínculos entre formas sociais e metas individuais.

Buscando superar essas teorias, ELIAS (2006) trabalhou o conceito de *figuração*, que busca incluir indivíduos em suas formações, através do ingresso singular no mundo simbólico coletivo. O conceito exprime o agrupamento dos indivíduos numa ordem simbólica – em um

ajuste de nível variável historicamente entre coações externas e controles internos – em virtude de sua interdependência fundamental.

Como apontado por ele, a vida em coletividade, repleta de desconhecidos, com perfis variados, cada um buscando suas próprias metas; assemelha-se, à primeira vista, a um emaranhado de individualidades. Todavia, apesar dos espaços de liberdades individuais, há uma ordem oculta que depende amplamente do ponto em que o indivíduo nasce e cresce nessa teia, da função de seus pais, de sua escolarização e outros elementos. (ELIAS, Norbert. 1994., p. 18-19.).

Apesar da existência dessas figurações específicas, elas não são soberanas sobre os indivíduos, dado que, embora contexto funcional e metas individuais estejam ajustadas, e sua existência não seja uma criação de indivíduos particulares, elas não existem fora dos indivíduos. Todas as funções, como diretor de fábrica ou pai, são exercidas por uma pessoa para outras; de um indivíduo para outro indivíduo. E a função que é exercida é dependente daquelas realizadas por terceiros, de modo que uma teia de interdependência é formada. Essas cadeias, embora não sejam visíveis e apresentem comportamento elástico; não são, por isso, menos fortes. São elas que compõem, na perspectiva desse autor, o que chamamos de sociedade. (*Ibid.*, p. 20.).

Essas ferramentas teóricas foram utilizadas por Norbert Elias e John L. Scotson (2000) em um estudo de uma pequena vila operária inglesa. Seus moradores não diferiam quanto à nacionalidade, ascendência étnica, nível de escolaridade, renda ou qualquer outro marcador social da diferença. Apesar disso, os residentes de um dos bairros estigmatizavam e excluía os dos outros dois. O único elemento distintivo, entre eles, era a antiguidade dos moradores que se sentiam humanamente superiores. Instalados ali há duas ou três gerações, havia neles um nível de coesão maior, havendo um estilo de vida em comum e um conjunto de normas, de modo que os vínculos emocionais eram desenvolvidos, fruto do convívio prolongado. Nisso, foi desenvolvida uma noção de *nós* (*we-group*) e um *ideal de nós* (*we-ideal*), nas versões pessoais de fantasia coletiva de valor humano grupal elevado. Isso constituía uma figuração estabelecidos/*outsiders*.

Fazer parte do grupo estabelecido, compartilhar o carisma coletivo e os benefícios resultantes disso tem um preço: requer a obediência às normas grupais, onde os desvios (reais ou presumidos) podem resultar em perda de poder e rebaixamento de *status*. Esse preço deve ser individualmente pago. Há um jogo de emoções: a satisfação de pertencer ao grupo implica

em alinhar-se a suas regras e estados de espírito. Todavia, essa submissão não se apresenta com estranheza, dado que a consciência grupal e a consciência da própria pessoa, por terem nascido de um processo de interdependência, estão ligadas por “um cordão elástico”, muitas vezes se confundindo. (*Ibid.*).

O estigma social imposto ao grupo *outsider* costuma penetrar sua autoimagem, gerando nele uma imagem do *nós* suja, enfraquecendo-o e tornando mais provável uma correspondência entre as ações e sua reputação negativa imputada. Dessa forma, enquanto de um lado há o compartilhamento de um carisma grupal elevado, de outro há uma desonra grupal repartida. Os *outsiders* são vistos como não observantes das normas produzidas pelos estabelecidos, o que os leva a serem vistos – individual e coletivamente – como anômicos. Sua baixa capacidade de resposta deve-se a sua pouca coesão. (*Ibid.*).

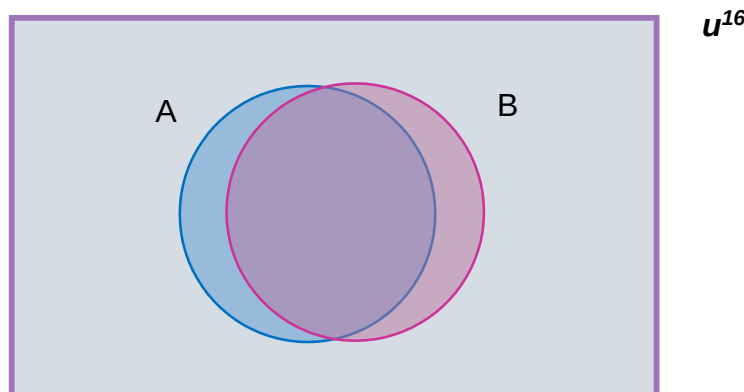
ELIAS (*Ibid.*) tomou em sua forma de operar o conceito dois elementos: o sentimento de pertencimento e a organização social. Dessa forma, com fins semelhantes, eventualmente uma pesquisa em São Lourenço da Mata poderia apresentar o par de oposição estabelecidos/*outsiders*, tal como em Winston Parva; e nesse sentido, poderíamos trabalhar a ideia de grupo, pondo esses entrevistados de um lado ou do outro, sem necessariamente seguir a forma de agrupá-los que aqui será operada.

Seja como for, temos como elementos para a separação as características dos indivíduos estudados, suas ações e seus elementos geradores. No entanto, o trato com variáveis requer grande atenção. Ao tomarmos indicadores como: escolaridade, profissão, renda e sexo e assumirmos as três primeiras como covariantes e a última como independente, deixaremos de lado o fato de que o sexo pode exercer – de formas distintas em diferentes regiões e épocas – influência sobre o nível de escolaridade, a escolha (ou mesmo não escolha) da profissão e com isso também a renda; gerando um quadro imbricado de variáveis. Esses elementos foram discutidos por Pierre Bourdieu (2006), que também alertou para as *características auxiliares* que podem, a título de exigência tácita, servirem como mecanismos de inclusão ou exclusão sem nunca serem anunciados. Dessa forma, Bourdieu propõe não uma saída estatística, que para esse caso, apenas deslocaria o problema; e sim realizar uma análise global, buscando encontrar na trajetória a constituição do lugar objetivo do indivíduo no espaço social (em termos do volume e estrutura dos capitais). Assim, elementos estruturais são estruturados no indivíduo. A compreensão da prática parte desse ponto.

No entanto, proceder dessa forma, buscando os esquemas geradores de práticas em termos de trajetória, não se mostra de fácil aplicação – pelo menos para grande parte das escolhas de pesquisa. Isso por demandar uma coleta de dados não compatível com o tempo que se dispõe para a realização de uma dissertação. Assim sendo, adotarei operacionalmente uma variável como *variável de referência* (nível educacional), por essa ser a que apresenta maior disparidade entre os entrevistados e a que melhor permite agrupar esquemas de práticas.

Partindo disso, será adotada a linguagem de conjunto nesse ordenamento dos entrevistados. Separando aqueles que gozam de uma propriedade, dos que não; e buscando traçar de forma aproximativa as intersecções. Desse modo, temos: Conjunto A: estando contidos nele os que possuem ensino superior em andamento, concluído ou pós graduação; e Conjunto B: representando os que possuem o ensino médio completo ou nível de instrução inferior a esse. Desse modo, temos:

FIGURA 1 – Propriedades dos Indivíduos



A região interseccional representa as variáveis que de forma aproximativa se mostraram semelhantes entre os dois conjuntos, como idade, renda, tipo de atividade remunerada, entre outras. De forma sumarizada:

QUADRO A-1 – Conjunto A.

Consumidor	Idade	Relacionamento	Escolaridade	Atividade remunerada	Renda	Renda per capita
Antônio	26	Solteiro	Mestre	Contrato temporário	500	1000
Daniel	27	Namoro/noivado	Graduado	Empregado com carteira assinada	3000	1125

¹⁶ Universo do discurso: consumidores de *cannabis*.

Douglas	24	Solteiro	Graduado	Contrato temporário	1100	1900
Eduardo	26	Solteiro	Graduado	Sem atividade remunerada (e não está à procura)	NA	1000
Everton	27	Namoro/noivado	Graduado	Conta própria	700	625
João	33	União consensual	Mestre	Servidor público	2400	2500
Julia	26	Solteira	Graduada	Empregada com carteira assinada	1200	1250
Pedro	40	União consensual	Graduado	Contrato temporário	2100	1050
Sol	22	Namoro/noivado	Graduada	Empregada com carteira assinada	1400	NS/NL
Wagner	22	Namoro/noivado	Graduado	Conta própria	3000	1125

QUADRO 1-B – Conjunto B.

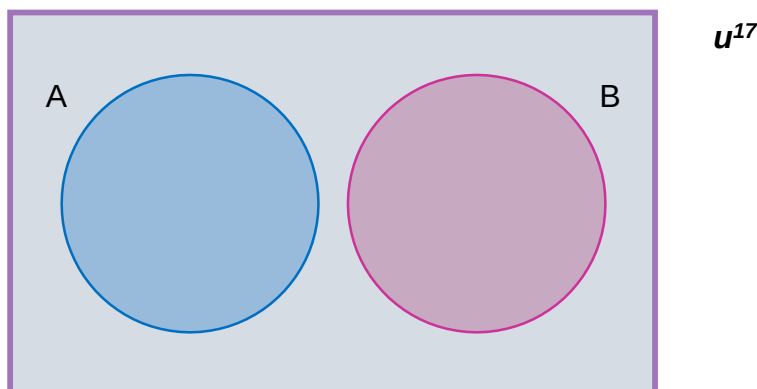
Consumidor	Idade	Relacionamento	Escolaridade	Atividade remunerada	Renda	Renda per capta
Coringa	24	Solteiro	Ensino fundamental incompleto	Empregado sem carteira assinada	NS/NL	NS/NL
Ernesto	28	União consensual	Ensino médio completo	Empregado com carteira assinada	1291	645
Fábio	30	União consensual	Ensino fundamental completo	Conta própria	1000	600
Flávia	28	União consensual	Ensino médio completo	Conta própria	200	600
Humberto	31	União consensual	Ensino médio completo	Conta própria	1500	625

Igor	22	Solteiro	Ensino fundamental incompleto	Desempregado	NA	250
Jonatas	24	Solteiro	Ensino fundamental incompleto	Conta própria	100	400
Marcelo	28	Solteiro	Ensino médio completo	Conta própria	1200	1200
Maria	24	Solteira	Ensino técnico completo	Empregada com carteira assinada	998	998
Ulisses	26	Solteiro	Ensino médio completo	Contrato temporário	1298	750

Embora exista uma diferença substancial na natureza das atividade remuneradas, rendas e escolaridade, ela não é suficiente para tratarmos como classes distintas, sim como frações ou fragmentos de uma mesma classe. No entanto, retomando a discussão que seguiu Bourdieu, essas pequenas variações nesses elementos compõem o quadro global que levou ao ensino superior parte dos entrevistados e os leva a ter práticas tão díspares dos demais, e não a casualidade. No entanto, não será buscado aqui proceder essa reconstrução analítica; embora não se possa deixar de observar a importância dessas nuances nas variáveis.

O segundo ponto adotado nessa separação se refere a disparidade nas práticas entre os que possuem maior ou menor nível educacional, como atividades de lazer, pessoas com as quais consome, locais de consumo, motivação dos encontros, formas de aquisição da substância e outras. Dessa forma, poderíamos representar de forma aproximativa (ou até mesmo apenas ilustrativa) suas práticas da seguinte maneira:

FIGURA 2 – Propriedades das Ações



Posto isso, nos resta definir os processos de amostragem, saturação, análise, inferência empírica e inferência teórica.

A noção operada aqui de amostra é a da escolha bem definida de uma parcela de uma população (usuários de maconha que residem em São Lourenço da Mata); dada a impossibilidade de abranger a totalidade dos indivíduos incluídos nesses critérios. Álvaro P. Pires (2014., p. 158.) definiu essa estrutura de pesquisa como *fechada* ou *convencional*.

Para essa pesquisa em particular, os entrevistados serão tomados como *amostra*; os usuários da cidade como *população* e os contornos do consumo de *cannabis* no Brasil como *universos variáveis gerais*, seguindo a tipificação desse autor (*Ibid.*, p. 166.).

O primeiro passo a ser seguido deve ser o da generalização no interior do próprio nível empírico (da amostra à população). Só então é possível passar, através da tipicidade dos casos – levando em conta as variações em relação aos resultados – do conhecimento empírico fundamentado ao conhecimento *virtual* sobre outros universos de análise (*Ibid.*, p. 170.).

Esses elementos empíricos desempenham um papel revelador; e esses dados possuem a característica de serem plásticos ou maleáveis, podendo ser moldados por futuros usuários; levando em conta que o caso estudado representa, em diversos níveis, outros casos. No entanto, é importante destacar que a pesquisa não esgota a infinidade de elementos nem mesmo no nível empírico, e a generalização teórica não retém os mínimos detalhes; mas podem fornecer explicações capazes de compreender fenômenos semelhantes alhures. (*Ibid.*, p. 192-193.).

A discussão precedente sobre Os estabelecidos e os *outsiders* (ELIAS, N; SCOTSON, J. *op. cit.*) ajuda a exemplificar esse quadro. De acordo com os autores, o microcosmo daquela pequena comunidade poderia auxiliar na compreensão do macrocosmo das sociedades em larga

¹⁷ Universo do discurso: usuários de *cannabis*.

escala. O paradigma empírico estabelecidos-*outsiders* pode lançar luz sobre as relações de gênero, classe ou grupos nacionais, como os alemães germânicos e judeus.

Antes de seguirmos na discussão sobre as generalizações empírica e teórica, é preciso antes definir os princípios de diversificação, saturação e os instrumentos de análise de conteúdo adotados.

Será trabalhada aqui a *diversificação interna*, entendida como a tentativa de construção de um *retrato global* no interior de um universo de análise. (PIRES. *op. cit.*, p. 196.). Como referido anteriormente, a noção de grupo se mostra, por diversas razões, inaplicável; e os entrevistados pertencem a uma mesma classe, embora em frações distintas. Além disso, todos residem no mesmo município e são consumidores de maconha. Desse modo, a variação que se buscou atingir na coleta de dados foi interna.

Deve ser destacado que a seleção das variáveis que serviram de apoio à construção analítica dos dois conjuntos não se deu *a priori*, sim durante a coleta de dados e os primeiros procedimentos de análise, onde pôde ser verificada a construção de um padrão.

O critério de definição do número de entrevistados obedeceu ao *princípio de saturação empírica*, designando a compreensão, com base nas últimas entrevistas e observações, de que os dados não trazem informações satisfatoriamente novas para justificar uma ampliação na coleta; embora lembrando que a saturação não quer dizer o esgotamento empírico em sua totalidade, o que é impossível. (*Ibid.*, p. 198.).

Por uma questão de rigor, a saturação empírica não deve ser tomada como um senso de pesquisa, em que, por meio da experiência ou faro de quem analisa os dados, é sentido quando deve parar. É necessário, para saber se as informações estão ou não esgotadas sobre o tema de pesquisa, analisar as entrevistas uma a uma. Nisso entramos no procedimento de análise das entrevistas: a *análise de conteúdo*, ou mais precisamente nesse caso, a *análise categorial*.

Laurance Bardin (1977., p. 31.) definiu a análise de conteúdo como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações.”, sendo, rigorosamente, um instrumento marcado pela grande variedade de formas e adaptável a um campo muito vasto.

A técnica deve obedecer alguns critérios para a obtenção de resultados seguros: o material coletado deve ser homogêneo; deve esgotar a totalidade do texto; deve ser exaustiva;

objetiva, o que quer dizer que, independente dos codificadores adotados, deve-se chegar aos mesmos resultados e, por fim, deve haver boa adaptação ao conteúdo e aos objetivos. (*Ibid.*, p. 36.).

O método de análise categorial consiste na classificação em “gavetas” através da manifestação de temas (assumindo aqui a presença e não a frequência). É um método que permite introduzir uma ordem na desordem aparente. (*Ibid.*, p. 37.).

A intensão da análise de conteúdo não reside na descrição pormenorizada das comunicações, sim na inferência de conhecimentos relativos às condições de produção, como também, para certas finalidades, de recepção. Dessa forma, deve-se levar em conta o emissor e a situação na qual ele se encontra. O termo *condições de produção* podem variar, de acordo com os diferentes objetos de pesquisa; podendo ser variáveis psicológicas, sociológicas ou outras. (*Ibid.*, p. 38-43.).

Nesse ponto podemos, de forma definitiva, abordar os últimos elementos referentes às inferências empíricas e teóricas adotadas aqui. Para isso, será dada uma atenção especial na forma de operar os *casos negativos*. (PIRES. *op. cit.*, p. 205-207.) definiu a *amostra por caso negativo* como o procedimento no qual o pesquisador parte de uma hipótese que é confrontada com os dados; novos casos são buscados, até que seja possível desenvolver uma explicação que englobe todos eles. No entanto, esse procedimento, se seguido dessa maneira, atinge uma generalização explicitamente determinista e universal; além de assumir erroneamente que uma única causa deve produzir sempre o mesmo efeito.

Nessa pesquisa o leitor poderá notar, para diferentes questões, no interior de cada um dos conjuntos, “casos negativos”. Sua interpretação, entretanto, não se baseia em uma causa ou mesmo em multicausalidade. A referência, aqui, ao princípio de saturação, aponta para o esgotamento empírico dos perfis individuais, das configurações de vizinhança, controle familiar, acesso à substância, etc. Todos esses elementos estão revestidos de uma ampla teia de significados (avaliações morais sobre a prática) e, a partir daí, diferentes níveis de controle. Cada usuário parte do julgamento (realizado ou presumido) de todos esses indivíduos que podem interferir em sua prática. Dessa forma, duas pessoas com os mesmos perfis individuais podem agir de formas distintas; partindo de suas próprias interpretações sobre os seus contextos.

Assim, é proposto aqui uma interpretação baseada nos perfis dos usuários, os perfis contextuais e a teia de significados no qual cada um está inserido. Dessa forma, busca-se uma compreensão do papel da família, das polícias, da vizinhança e pessoas em geral com base na produção de sentido; de modo que os “casos negativos” são tão elucidativos quanto os demais, por permitir um panorama mais amplo de situações; além do fato de que, embora os julgamentos possam mudar ao longo dos períodos históricos, regiões e classes, essas instituições, de forma proibitiva ou não, vão interferir na prática; podendo, por isso, serem tratadas como típicas.

Sendo os “casos negativos” aqui tão importantes como os demais, o texto apresentará a análise não apenas em uma prosa que corriqueiramente se confunde com a literária; mas também com a apresentação minuciosa de quadros, permitindo uma identificação ligeira, por parte do leitor, dos padrões e exceções. Além disso, a sua manutenção confere maior confiança; posto que elaborá-los de forma enganosa com variáveis cruzadas seguida de uma narrativa que os contemple é uma tarefa demasiadamente dissuasiva, dada a dificuldade do empreendimento. Escrever como romancista parece um convite para seleções precisas de recortes de falas que permitam enquadrar teorias duvidosas nos aspectos da vida social observados. Isso não quer dizer que ocorra com regularidade ou que esse mecanismo de escrita aqui adotado seja capaz de impedir manipulações nos dados; no entanto, parece razoável assumir que ele dificulta e transmite maior clareza.

3. Perfil de consumo, sociabilidade desviante e espacialidade da prática

A sociabilidade, entendida ao pé da letra, nos conduz a pensar nos atributos do que é sociável: urbano, afável, civilizado. Como que transparente, a palavra parece, sem a necessidade de grandes rodeios, se referir à vida cotidiana; seus costumes e regras. Durante a *Belle Époque*, Georg Simmel deu à palavra contornos analíticos muito precisos: é o social puro, a interação findada em si mesma. Entretanto, aos poucos a antropologia e a sociologia passaram a tratar a sociabilidade como estando constantemente ligada à problemática da *dayle life*, como apontou Gilberto Velho (2001, p. 204.).

Ainda de acordo com esse autor, a antropologia contribuiu nesse percurso ao se debruçar sobre o dia-a-dia, os costumes, as festas, os rituais; o convívio social, de maneira ampla. (*Ibid.*, p. 204).

Segundo Heitor Frúgoli Jr. (2007, p. 17.), em sociologia, a sociabilidade recebeu outro significado durante a primeira geração da *Escola de Chicago*, passando a exprimir formas e padrões de relacionamentos em contextos e círculos de interação social específicos, em uma abordagem eminentemente empírica.

Ainda para Frúgoli Jr., durante o século XX duas grandes linhas de leitura podem ser identificadas: a primeira toma as formas de sociabilidade enquanto construção temporária do social entre indivíduos, sendo o Goffman um dos principais representantes. A segunda, próxima ao pensamento de Park, toma a sociabilidade como um tipo de interação praticada entre iguais, daí os estudos que realizam articulações entre *sociabilidade* e *vizinhança* ou *comunidade*. (*Ibid.*, p. 23-24 e 30).

Essa breve introdução, entretanto, tem como fim desambiguar o uso do termo analítico *sociabilidade* na presente pesquisa. Aqui, sua aplicação seguirá a definição empregada por Simmel. A escolha leva em conta a grande precisão no emprego dada por esse sociólogo clássico berlinense. Ao ter sido empregada ao estudo de uma miríade de fenômenos, o conceito teve sua capacidade explicativa largamente exaurida. Apesar disso, os estudos que utilizaram a palavra *sociabilidade* para se referir aos aspectos da vida cotidiana não serão desconsiderados; mas essas relações sociais serão traduzidas, caso a caso, apoiando-se em outras expressões analíticas das ciências sociais.

No pensamento simmeliano, esse conceito é crucial; dado que, como apontou José Alcântara Jr (2006, p. 188-189), a noção permite a compreensão das *formas*, indicando os elementos da estruturação do social; da passagem do “individualmente construído para o socialmente edificado”. Indicando, assim, os elementos que impulsionam a própria materialização da existência social.

Em cada sociedade, segundo Georg Simmel (2006, p. 59-60.), a interação entre indivíduos dá-se a partir de certos impulsos ou buscas por finalidades, sejam elas eróticas, religiosas ou de qualquer outra natureza; pondo os indivíduos em convívio, quer em oposição, quer em concordância.

Esses “impulsos” ou “finalidades” são simultaneamente os *conteúdos* e *matérias* da *sociação*. Entendidos como elementos da realidade histórica presentes nos indivíduos e contextos – na qualidade de finalidade, impulso ou interesse – capazes de projetar ou conectar os efeitos sobre os outros ou a receber desses esses efeitos. (*Ibid.*, p. 60).

Daí resultam as *formas de sociação*: grupos de amigos, gangues, casais, partidos, etc. O que há de realmente social na interação não é a busca individual por metas ou impulsos, sim a maneira como as *formas* criadas por interesses específicos desprendem-se deles e tornam-se finalidades e matérias da própria existência. Esse desprendimento das *formas* sobre os *conteúdos* foi definido pelo sociólogo alemão como sendo o fenômeno da *sociabilidade*. (*Ibid.*, p. 64).

Os conteúdos não deixam de existir, mas eles são superados, no sentido da interação ser um fim em si. Todavia, os desejos, impulsos, interesses, etc., podem ser invocados a qualquer momento. É o “jogo da interação das meras silhuetas de coisas sérias” (*Ibid.*, p. 74).

A sociabilidade tem como condição, então, que as finalidades pessoais não apareçam sem qualquer reserva, sendo a *discrição* uma de suas condições. De igual modo, as qualidades pessoais, personalidade e humor, tanto as positivas quanto as negativas, devem ser mantidas sob controle; ou melhor dizendo, *auto controle*. O que Simmel chamou de *tato*. (*Ibid.*, p. 67).

Ainda entre as condições da sociabilidade, o autor destacou a necessidade de satisfazer-se de modo a garantir ao(s) outro(s) o máximo dos valores sociáveis; gerando uma teia de reciprocidades. Todavia, esse *caráter democrático* só pode ocorrer no interior de um *estrato*,

dado que a interação entre pessoas hierarquicamente distintas ocorre de modo contraditório e/ou constrangedor.¹⁸

3.1. Os contatos iniciais com a maconha.

Abaixo, segue a apresentação da forma como se deram os contatos iniciais dos entrevistados do conjunto A com a maconha e a idade aproximada durante o episódio:

QUADRO 2-A – Com quem começou a usar maconha/Idade aproximada.

Categoria	Usuário/a por categoria	Idade aproximada na ocasião	Nº
Amigos da faculdade	Eduardo	18/19	2
	Julia	19/20	
Amigos da escola (ensino médio)	Douglas	14/15	3
	João	17/18	
	Everton	16	
Amigo(s) próximo(s)	Pedro	30/32	4
	Antônio	23	
	Sol	19	
	Wagner	15/17	
Parente e amigos	Daniel	23/24	1
Total			10

Entre os dez entrevistados do *conjunto A*, quatro iniciaram o consumo de maconha acompanhados por amigos; três deles com amigos da escola, e dois durante a graduação; e um deles com um primo e amigos. A maioria iniciou o consumo com mais de dezoito anos. O que deu início à prática mais cedo foi entre quatorze e quinze anos e o que iniciou mais tarde foi entre trinta e trinta e dois. O intervalo que vai de dezoito aos vinte e três anos contempla a primeira experiência de consumo da grande maioria desse bloco. Abaixo, seguem fragmentos de algumas de suas falas que ajudarão a sintetizar os seus contatos iniciais com essa droga.

Primeira situação:

¹⁸ Em momento oportuno, ainda será aprofundada no capítulo a discussão sobre sociabilidade. Também serão inseridas discussões sobre juventude e desvio.

Eu acredito que a primeira vez foi quando eu fui na casa de um amigo e ele tava com a namorada dele, e ele era usuário... eles dois começaram a usar, eu tava bebendo e aí eu acabei... eles ofereceram e tal, no começo eu não quis mas aí eu fui bebendo, fui bebendo... aí eu disse “não, vou provar”. Provei, mas aí eu não senti efeito nenhum. Acho que nas primeiras vezes eu não senti efeito nenhum. Acredito que as cinco primeiras vezes eu não senti nada. Eu fui na intenção de só encontrar meu amigo pra conversar e tal, tomar uma cerveja. A namorada dele tava lá, acabou acontecendo. Foi... éramos íntimos, né! (Sol).

Caramba, eu comecei na roda de amigo por curiosidade, né, pra saber como era a sensação. Primeira sensações não foi tipo nada, senti nada, nada, só senti um gosto estranho e tal. Nas primeiras sensações foi nada, mas a primeira vez que usei foi numa roda de amigos e tal, conhecidos. E eles também, eles também tavam conhecendo e tal... (Wagner).

Segunda situação:

Comecei acho que no ensino médio. No segundo ano. Segundo, terceiro ano. Grupo de amigos, assim, me apresentou e aí foi quando eu conheci. Aí aquela coisa meio, das primeiras vezes você fica meio com medo, não sabe o efeito que aquilo causa. Mas por curiosidade, mesmo. Tava no grupo e apareceu e eu experimentei. Foi aquela coisa bem esporádica, assim. Não foi algo que eu experimentei e se tornou frequente. Era muito de vez em quando. Tinha amigos que tinha essa facilidade de conseguir e aí vez ou outra... (João).

Quando eu fumei tinha dezesseis, anos a primeira vez. Eu comecei usar maconha através de amigos meus que apresentaram pra mim e eu fumei. Com turma de escola. Era escola, com a turma da escola. Eu já fumava cigarro antes e eu fumei, eu gostei da sensação que dava, eu sentia e eu comecei a fumar através de amigos, entendeu? E aí fui fumando até que comecei a fumar solo. Maconheiro tem disso: a gente começa a fumar maconha a gente nunca fuma sozinho, a gente fuma com um grupo, chega um amigo ali que apresenta pra você, aí você “ah é, vai, eu vou fumar”, tá ligado? Aí você fuma um, aí você já começa a comprar maconha pra si mesmo, tá? Só, sem depender do rolê pra fumar, tá ligado? Você quer fumar em casa de boa. Mais ou menos isso. (Everton).

Terceira situação:

Foi na universidade. Umam amiga minhas levaram a maconha. Aí a gente foi lá pra o laguinho da UFPE. E acho que foi a primeira vez que eu fumei. Eu acho que era... Foi em 2014. Por aí. Faz o que, uns cinco anos, né? (Julia).

Quarta situação:

Eu acho que a primeira vez foi numa festa que saiu eu, meu primo e uns amigos meus. Aí meu primo tava lá com maconha; ele me ofereceu aí eu fumei. Acho que eu tava com uns vinte e três, vinte e quatro anos. Era numa casa de show. Foi no Estelita. (Daniel).

Abaixo, segue a sumarização de como se deram os contatos com essa substância entre os membros do *grupo B* e as idades aproximadas na ocasião:

QUADRO 2-B – Com quem começou a usar maconha/Idade aproximada.

Categoria	Usuário/a por categoria	Idade aproximada na ocasião	Nº
Amigo(s) próximo(s)	Coringa	15	5
	Fábio	14	
	Humberto	15	
	Marcelo	18/19	
	Ulisses	21	
Amigos da escola	Ernesto	14	2
	Jonas	9	
Grupo de amigos (com um possível aliciador)	Flávia	11	1
Parente	Maria	16	2
	Igor	13	
Total			10

Entre dez entrevistados do *conjunto B*, cinco iniciaram o consumo através da influência de amigos; dois através de amigos da escola. O que deu início mais cedo à prática, que está contido nessa categoria, foi Jonas, aos nove anos. A idade em que iniciaram o consumo é nitidamente mais precoce de que a que vimos no *conjunto A*. Apenas dois iniciaram o consumo com dezoito anos ou mais. Flávia teve seu primeiro contato junto a outras crianças. Na ocasião, tinha onze anos. Uma pessoa cedeu a ela um cigarro. Dois entrevistados, Maria e Igor, começaram através de parentes. Abaixo, seguem fragmentos de falas que sintetizam o quadro:

Primeira situação:

Eh... Comecei... Um pouquinho de curiosidade, eh, um pouquinho de influência, é claro, de amigos, tal, essas coisa tudinho. E aí envolvido no ramo da música também, que acho que dá um toquezinho, né? – Mesmo se você não fosse, acho que mesmo senão fosse envolvido, acho que eu usaria. E aí, naquele rol ali de bebe, com bebida e isso tudinho, começou a rolar um, um baseado e aí eu resolvi experimentar e experimentando aí eu gostei, vi que dava pra consumir de forma tranquila, sem, sem excesso, sem extrapolar, sem fazer nada. E aí chegou na minha porta, bateu, abriu e entrou. (Humberto).

Sim, cara. Eu comecei a fumar maconha... acho que eu tinha mais ou menos uns dezoito anos pra dezenove e eu comecei a fumar maconha com os amigos assim, né... De início eu já fumava cigarro, já bebia, né? E aí, conheci uma galera que fumava um e tipo conheci, né... foi o dia que eu fumei meu primeiro baseado, assim. E daí né, tipo, teve essa questão né, de... de... com relação ao preconceito, né? Principalmente da minha família, não sabia ainda mas comecei a andar com uns amigos que a minha família sabia que fumava, né? Então já rolou um preconceito daí, né? D’eu tá andando com essas pessoas, com relação a elas fumar maconha, né? E até então eu não tinha falado pra ninguém que eu tava fumando... e aí foi isso, tive minha primeira experiência, foi bom, né... me trouxe muita calma assim, muita energia boa mesmo. (Marcelo).

Segunda situação:

Oxe, meu irmão, com a galera, andando na folia. A turma oferecia, o cara fumava. Não tinha como comprar... Oxente! Uma lombra pesadíssima! Tá ligado? Fumei, passei mal a primeira vez. Depois de três, quatro vezes fumando, fumando, me acostumei. Na escola, no meu bairro... Depois que eu comecei a fumar hein véi, na escola, depois no bairro, em casa e tá limpeza. (Ernesto).

Terceira situação:

Foi... Comecei a fazer uso de drogas através de amigos. Eu também não sabia o que era isso, não. Eu tinha onze anos e não sabia o que era isso, não. Os amigos disse que ia ali... Esse ali a gente na curiosidade, eu e outra amiga, aí a gente foi também. Quando chegou lá ele disse que era cigarro, pacaia, pra enganar, né? Não queria dar a gente pra gente fumar. Aí ele fez: “não, você não vai fumar, não”. Aí “não, deixa a gente ver o que é isso”. Aí ele: “não, rapaz, é melhor não”. Aí a gente: “a gente vai fumar, sim”. Aí foi a gente começou a usar, quando depois, menina, a gente começou a ficar entediada, sem saber o que fazer, a mente não parava de girar e, daí, foi a partir daí que comecei a usar. Até hoje. Eu comecei com onze anos e até

hoje, dei um tempo agora, né?¹⁹ (Flávia).

Quarta situação:

Rapaz, eu comecei na época da escola. Minha irmã é que me apresentou, aí eu não sabia o que causava. Pra mim era uma coisa horrível, né? Mas depois que eu experimentei vi que nada muda em você, você só fica mais relaxado e mais tranquilo. (Maria).

Analisando comparativamente os dois conjuntos, percebemos que os entrevistados do *conjunto B* iniciaram o consumo mais cedo. A média de idade no contato inicial é bastante discrepante, exibindo um acesso muito facilitado para o *conjunto B*, em que oito dos dez tiveram acesso antes dos dezoito anos, e geralmente na pré-adolescência ou início da adolescência. Em contraste a isso, no *conjunto A*, seis dos dez tiveram contato com dezoito anos ou mais, e os que tiveram com idade inferior a essa, já estavam na adolescência. As dinâmicas de contato, por outro lado, não variam tanto: grupos de amigos ou parentes (primos ou irmãos, para os dois blocos de entrevistas).

3.2. Rotinas de consumo.

Adiante, temos uma apresentação das frequências de uso dos entrevistados, das pessoas com as quais consomem e os locais nos quais realizam a prática. Serão apontadas, de forma comparada, internamente em cada conjunto, o início da prática frente ao momento em que foi desenvolvida a pesquisa, buscando compreender as suas transformações; posteriormente, serão comparados os resultados dos dois conjuntos.

QUADRO 3-A – Frequência de uso quando iniciou e na ocasião da pesquisa.

Quando Iniciou o consumo	Usuário/a por categoria	Nº	Atualmente	Usuário/a por categoria	Nº
Uso temporariamente interrompido	NA	-	Uso temporariamente interrompido	-	0

¹⁹ A entrevistada informou ter interrompido momentaneamente o consumo em razão de sua gravidez.

Uso esporádico (intervalo de um mês ou mais)	Daniel Everton João Julia Eduardo Sol Wagner	7	Uso esporádico (intervalo de um mês ou mais)	Julia Eduardo João	3
Uso moderado (semanalmente)	Antônio Douglas Pedro	3	Uso moderado (semanalmente)	Antônio Daniel Sol	3
Uso frequente (quase todos os dias)	-	0	Uso frequente (quase todos os dias)	Douglas Pedro Everton Wagner	4
Uso intenso (Uma vez ou mais ao dia)	-	0	Uso intenso (Uma vez ou mais ao dia)	-	0
Total		10	Total		10

Analisando o quadro comparativo, podemos observar uma tendência ao aumento no consumo no decorrer do tempo. Inicialmente, sete dos dez entrevistados consumiam com intervalos de um mês ou mais; três faziam uso semanal. Na ocasião da pesquisa, três apresentaram consumo com intervalo de um mês ou mais; três uso semanal e quatro consumiam quase todos os dias. Isso se deve, em larga medida, ao período de adaptação aos efeitos da substância; acesso a ela e a construção de uma rotina.

Geralmente a gente ia lá pra o IF²⁰ bater pelada no sábado de manhã, aí fumava por lá e voltava pra São Lourenço. [...] Quando eu comecei a usar, eu usava geralmente assim, umas duas vezes, três vezes no mês. Aí depois eu fumava, tipo, duas vezes na semana, uma vez na semana e posteriormente você vai fumando mais vezes, pô. Às vezes, tipo, sete dias; as vezes cinco, quatro. E tipo, com a galera, pô, acho que a maconha em si ela acaba desbloqueando uma barreira social. Você acaba conhecendo outras pessoas através disso. (Douglas).

²⁰ O entrevistado fez referência ao Instituto Federal de Pernambuco (IFPE).

Pedro, embora tenha também aumentado a frequência de uso, essa mudança não foi acompanhada por transformações nos locais de consumo ou da presença de novas pessoas:

Eh, a frequência de uso é pouca; assim, eu fumo, durante um mês, vamos dizer... Fumo dez vezes. De trinta dias eu fumo dez vezes. Antes era uma vez na semana. O local geralmente é em casa. E as pessoas é sempre as pessoas que... Eh... Amigos próximos. Pronto, essa pessoa que me apresentou, é com ela praticamente que eu fumo e a galera da banda. Mas eu não fumo fora, eu não sou de comprar fora, eu não sou de consumir fora com ninguém, só em casa. É uma coisa mais de casa mesmo. (Pedro).

Um outro caso que merece destaque é o de João, que embora tenha mantido, como apresentado no quadro acima, a mesma frequência de consumo (*uso esporádico*) – com intervalos de um mês ou mais – no momento em que iniciou e na ocasião da pesquisa; houve, segundo ele, um momento em sua *trajetória de consumo* em que ele fez *uso moderado* (consumia semanalmente). O consumo era mais regular durante o momento em que ele fazia sua graduação. Nessa mesma fase, ele era músico em uma banda de *rock* amadora. Sua *rotina de uso*, nessa ocasião, contava com duas dinâmicas: uma na faculdade, em Recife, e outra em São Lourenço da Mata, com seus amigos músicos. Nesse intervalo, além de haver maior regularidade no consumo, havia também grupos estáveis com os quais ele realizava a prática.

Eu... Ela se tornou mais frequente quando eu entrei na Universidade. Que aí eu conheci mais pessoas. Porque eu conhecia poucas pessoas que utilizavam. [...] Foi da época que eu também conheci o pessoal lá em São Lourenço, que a gente começou a formar uma banda e tal. E quando a gente montou a banda, começou a tocar em determinados locais e outras pessoas chegaram. (João).

Quando João iniciou o consumo, durante a fase escolar, tratava-se de um *uso esporádico*, como apresentado anteriormente²¹. Na ocasião da pesquisa, o entrevistado também informou que seu uso é realizado com intervalos longos, como segue:

Hoje a frequência já diminuiu bastante, assim. Hoje tá mais ligado a prazer. E assim, pra mim hoje é mais voltado a esses períodos de lazer. Vou pra um show, e aí eu vou fumo. Vou pra uma casa de praia, tá uma galera lá e tal, que é tranquila, aí vai e fumo. Seria mais nesses ambientes mais... Que estejam ligados ao momento de lazer, né? (João)

²¹ Ver quadro 1-A e discussão subsequente.

Alguns, porém, apresentam maior linearidade em sua *trajetória de consumo*. Dois deles iniciaram o uso na faculdade, a Julia e o Eduardo, e permanecem praticando com as mesmas pessoas, nos mesmos locais e com a mesma frequência. Como exemplo, segue o relato de Julia:

Não era com tanta frequência. Porque também dependia delas conseguirem. E na verdade, sempre que eu fumo é porque alguém tem a maconha. Eu nunca comprei. Não conheço ninguém, assim, a quem eu comprar. E era isso; de vez em quando aparecia alguém vendendo brownie com maconha, a gente comia o brownie, ou as meninas conseguiam e a gente fumava. Fumava na casa delas, também. São duas amigas minhas, muito próximas. É geralmente com elas que eu fumo. Não é uma coisa com tanta frequência, mas quando elas conseguem arrumar, a gente se junta e fuma.(Julia).

Merece destaque o fato de que dois dos consumidores que mantiveram o *uso esporádico*, Julia e Eduardo, realizam o consumo sem o conhecimento dos pais. A única pessoa da família que possui conhecimento do consumo de Julia é uma prima; de Eduardo, sua irmã. Também João, que não vive mais sob a dependência dos pais, tem sua prática assumida apenas para a sua esposa. No entanto, o recuo em seu consumo se deu por dois motivos: primeiro por ter se afastado da antiga teia de amigos (músicos e colegas de faculdade); segundo, pelas barreiras impostas pelos possíveis danos que poderiam ser acarretados ao trabalho se a prática fosse descoberta. Já Pedro, Douglas e Wagner, que intensificaram o consumo ao longo do tempo, realizam o consumo com o conhecimento de seus familiares; e o controle familiar se mostrou, ao longo da pesquisa, como sendo um dos mais decisivos²². Merece destaque o caso de Everton, que intensificou o consumo, mas sem o conhecimento dos pais.

Eu vivo numa família que é extremamente religiosa. Eles são da Assembleia de Deus e totalmente preconceituosos, a galera fala, critica a forma de se vestir, a forma de se portar, sabe? Não, porque tem uma cena gay na novela, é uma cena homossexual, aí a galera critica e tudo mais e tal. Eu sempre tento desconstruir essa ideia, tipo, se a pessoa é homossexual, se a pessoa é maconheiro, eu sempre bato muito nessa tecla em casa... de que eu falo pra mainha, pro pessoal lá de casa que “não, a pessoa pode consumir”, eu conheço pessoas que consomem maconha que são trabalhadoras, tá ligado? Que tem seu emprego, tem suas responsabilidades, digamos o chamado pai de família tradicional e pessoas também que não são... são LGBT que consomem totalmente tranquilas, não tem essa demonização que talvez tenha culpa da igreja católica e tem a culpa da sociedade, tá ligado? Patriarcal! (Everton).

²² Esses pontos serão discutidos de forma mais elaborada no quarto capítulo.

Isso o levou a utilizar a substância fora do ambiente doméstico, ficando exposto a outras formas de controle social. As consequências disso serão discutidas no capítulo quatro.

QUADRO 3-B – Frequência de uso quando iniciou e na ocasião da pesquisa.

Quando Iniciou o consumo	Usuário/a por categoria	Nº	Atualmente	Usuário/a por categoria	Nº
Uso temporariamente interrompido	-	NA	Uso temporariamente interrompido	Marcelo Flávia	2
Uso esporádico (intervalo de um mês ou mais)	Fábio	1	Uso esporádico (intervalo de um mês ou mais)	Humberto	1
Uso moderado (semanalmente)	Coringa Flávia Ulisses Jonas	4	Uso moderado (semanalmente)	Coringa	1
Uso frequente (quase todos os dias)	Ernesto	1	Uso frequente (quase todos os dias)	Jonas Ulisses Fábio	3
Uso intenso (Uma vez ou mais ao dia)	Humberto Igor Marcelo Maria	4	Uso intenso (mais de uma vez ao dia)	Ernesto Igor Maria	3
Total		10	Total		10

Observando o quadro comparativo do *conjunto B*, é possível notar que três entrevistados mantiveram a frequência de uso. Coringa permanece fazendo uso semanal. Igor e Maria utilizam diariamente do primeiro contato até o momento da pesquisa. Dois entrevistados

interromperam temporariamente o uso: Marcelo, por estar com ansiedade, e Flávia, por estar grávida. Quatro intensificaram: Ulisses e Jonas passaram do consumo semanal para o uso em quase todos os dias. Ernesto utilizava quase todos os dias, e na ocasião da pesquisa, passou consumir uma vez ou mais ao dia. Fábio, por fim, passou do uso com intervalos de um mês ou mais para o intervalos de dias.

Interessante observar que, quando pareceu necessário aos usuários realizar interrupção temporária no consumo, isso pôde ser realizado sem transtornos. Outro elemento importante é a frequência de uso quando iniciaram o consumo: no *conjunto B* os intervalos são acentuadamente menores se comparados ao *conjunto A*, o que, analisado em paralelo à idade em que deram início à prática, mostra um acesso facilitado para os entrevistados desse bloco.

Primeira situação (diminuição dos intervalos):

Geralmente eu fumava mais fim de semana, assim, só... Fim de semana eu fumava com... Só com ele mesmo, na casa dele, no máximo com dois, três amigos que conhecia que usava, assim... Aí depois que fui aprendendo a me... A viver mais sozinho, assim e tal. Aí fui conhecendo novas pessoas aí fui fumando todos os dias, todos os dias, todos os dias. Principalmente quando chegava do trabalho, assim... (Ulisses).

Era... Era mais, assim, por influência de amigos que eu fumei. Curiosidade. Aí fumava... Aí passava um mês, dois mês sem fumar, aí fumava de novo. O que também não era com frequência que minha coroa me soltava; ela não sabia. Não era direto que eu fumava, também. Eu fumava muito cigarro, porque eu via muita reportagem na televisão sobre o uso de maconha, o que acontece... Às vezes eu ficava, às vezes, com medo, né? Porque naquela época tinha o que, tinha... Foi no ano de 2003 pra 2000, 2002 pra 2003, e a maconha era muito discriminada, pô! Muito discriminada. Quem já usasse maconha naquela época era, já era considerado como... Muitos hoje chama de viciado, dependente ou até mesmo, assim, ladrão, né? Diz logo que é ladrão, que é bandido, que é o que não presta, mas hoje em dia é assim mais tranquilo, né? (Fábio).

Dois elementos foram apresentados como responsáveis por uma frequência mais branda de consumo durante o período em que ele iniciou: o medo de ser descoberto pela mãe e a sua percepção de uma maior discriminação do usuário de maconha no início dos anos 2000.

Segunda situação (intervalos inalterados):

E a rotina, assim, de boas, visse? Até eu tava trabalhando também, só que deu errado... A rotina continua a mesma, visse? Agora atrás de um trampo, né, mai tododia eu fumo ai e tal, de boa. (Igor).

Assim, na escola eu só fumava antes de ir, às vezes eu nem frequentava, não por causa da maconha, porque antes disso eu já não começava a frequentar. Mas eu vi que isso não me mudava em nada. Eu me envolvi com uma pessoa, ai melhorou minha nota e coisa e tal. Não que fosse por causa da maconha, era por que eu não queria mesmo estudar, né? Mas aí eu vi que não mudava nada, continuei fumando e estudando; e não mudou nada. Já hoje... rapaz, no dia eu não sei, mas eu acho que é poucas vezes. Porque eu só fumo depois que eu vou para academia, então só um durante à tarde. (Maria).

Terceira situação (intervalos maiores):

Hoje eu consumo sozinho. Não que não seja bem-vindo um parceiro pra sentar, pra conversar e tal, enquanto fuma ali, mas hoje eu tô consumindo mais sozinho. [...] Antigamente a gente sentava numa roda de quinze, vinte pessoas. Hoje não, hoje eu sou mais recatado, hoje eu tenho os meus filhos, então eu me sento e fumo um na minha, de boa. No máximo um, dois, ali, conversando. Hoje, eh... Hoje é pouco. [...] Hoje é uma vez por mês, duas vez por mês, no máximo. Não tá uma frequência tão como antigamente, que era seis, sete vezes por dia. (Humberto).

Dois elementos se mostraram importantes nessa mudança: seus dois filhos e a transformação em sua sociabilidade, estando o último intimamente ligado ao primeiro: ainda muito cedo tocou em uma banda *punk*, anos depois, era músico em um grupo *folk*. Com a paternidade, Humberto se distanciou dos amigos desses universos.

Quarta situação (interrupção temporária no consumo):

E aí, só em relação ao tempo, né... tipo, que eu comecei, eu passei a fumar diariamente e com o tempo isso mudou, né... É, se intensificou, eu passei a fumar mais depois passou uns anos e eu fui diminuindo até que chegou esse momento que eu parei assim por um tempo, né? Por questões mesmo de ansiedade, coisas do tipo assim que eu senti de dá um tempo mesmo. (Marcelo).

Usava muito, mas por causa da gravidez que eu tive que parar. (Flávia).

A trajetória de consumo se mostrou pouco estável nos dois conjuntos. Essas modificações se deram em termos das mudanças nos ciclos de amizades, controles sociais, saúde, gravidez, acesso à substância e outras. A grande variação encontra-se nos intervalos de

uso nos primeiros contatos; menores no *conjunto B*, apontando um controle social mais fraco, sobretudo o parental.

Os quadros abaixo ajudarão a ilustrar as transformações ocorridas no consumo quanto aos locais utilizados e as pessoas com as quais os entrevistados realizavam e realizam hoje a prática.

QUADRO 4-A – Pessoas com as quais consome na ocasião da pesquisa e quando iniciou a prática.

Quando Iniciou o consumo	Usuário/a por categoria	Nº	Ocasião da pesquisa	Usuário/a por categoria	Nº
Parente(s)	-	0	Parente(s)	Julia	1
Sempre as mesmas pessoas (um grupo pequeno de amigos)	Antônio Daniel Eduardo Julia Douglas Everton João Sol Wagner Pedro	10	Sempre as mesmas pessoas (um grupo pequeno de amigos)	Antônio Daniel Eduardo Julia Sol Wagner Pedro	7
Grupo não definido (consumo esporádico com amigos próximos)	-	0	Grupo não definido (consumo esporádico com amigos próximos)	João	1
Grupo não definido (conhecidos e desconhecidos; grupos pequenos e grandes)	-	0	Grupo não definido (conhecidos e desconhecidos; grupos pequenos e grandes)	Douglas Everton	2

Apenas três entrevistados passaram a consumir maconha com novas pessoas. Pedro segue com dois amigos próximos mais os amigos de sua banda de *rock*. Eduardo, Antônio e Julia continuam fumando com seus amigos de faculdade; e essa última, com uma prima, eventualmente. Daniel, Sol, Wagner seguem com seus grupos de amigos fixos, igualmente.

Douglas, João e Everton, por outro lado, apresentaram grandes transformações ao longo do tempo. João iniciou com amigos da escola, seguindo por amigos da faculdade e de banda, e hoje, amigos próximos sem a existência de grupos definidos. Douglas e Everton, de igual modo, iniciaram com amigos da escola; hoje consomem com amigos próximos e também afirmaram conhecer pessoas através dessa prática.

QUADRO 4-B – Pessoas com as quais consome na ocasião da pesquisa e quando iniciou a prática.

Quando Iniciou o consumo	Usuário/a por categoria	Nº	Ocasião da pesquisa	Usuário/a por categoria	Nº
Com parente(s)	Igor Maria	2	Com parente(s)	-	0
Com amigos	Coringa Ernesto Flávia Humberto Fábio Jonas Marcelo	7	Com amigos	Coringa Jonas	2
Com diversos amigos e também desconhecidos	-	0	Com diversos amigos e também desconhecidos	Maria Ulisses	2
Com apenas um amigo	Ulisses	1	Com apenas um amigo	Igor	1
Sozinho	-		Sozinho	Ernesto Humberto Fábio	3

Quanto às pessoas com as quais realizam a prática, o *conjunto B* se mostrou menos estável de que o *conjunto A*. Humberto, que consumia acompanhado de outras pessoas, hoje o faz, via de regra, sozinho. Como justificativa, destacou os seus dois filhos e o afastamento dos antigos ciclos de amizade. Fábio e Flávia, que estão em uma união consensual, consomem (desconsiderando a pausa dessa última por conta de sua gravidez), na companhia apenas um do outro. Adiante, veremos que Fábio teve problemas com a justiça por conta do tráfico de drogas. Se afastar dos ambientes de consumo foi apontado por ele como uma das estratégias para evitar a polícia. Embora não tenha sido especificado, a mudança de Flávia de certo está intimamente relacionada aos contornos de seu relacionamento: passou a morar em outro bairro; foi

construída uma dinâmica de consumo compartilhada; a esquiva da polícia, buscada após a prisão de seu marido, deve ser buscada por ambos. Ernesto casou e foi morar em um bairro distante. Segundo ele, esses motivos levaram-no a adotar essa nova forma de consumo. Ulisses e Maria apresentaram uma guinada oposta ao grupo: enquanto os demais passaram a realizar a prática de forma mais isolada, eles passaram a consumir com um número maior de pessoas. A diversão entre amigos foi apresentada por eles como justificativa para isso.

Adiante passaremos a analisar os locais nos quais os entrevistados consomem essa substância. A nomenclatura adotada: locais *abertos* ou *fechados*; *cobertos* ou *descobertos* (e as possíveis combinações), é uma adaptação de um estudo sobre as atividades de tráfico, realizado por Jean Daudelin e José Luiz Ratton (2017). Nessa pesquisa, realizada entre 2015 e 2016, foi dada atenção especial ao mercado de *crack* e aos mercados de drogas de classe média no Recife. Os autores mostraram que os mercados de drogas podem ser “abertos” (aqueles nos quais estranhos podem interagir) ou “fechados” (aqueles em que apenas pessoas que se conhecem e confiam umas nas outras participam). E que esses mercados abertos ou fechados ocorrem em diferentes níveis. Além disso, eles podem ser “descobertos” (que envolve trocas físicas públicas e visíveis) ou “cobertos” (que possuem trocas em locais privados ou em ambientes virtuais). As atividades podem ser cobertas ou descobertas também em diferentes níveis. Ao invés de nos referirmos, na presente pesquisa, a trocas comerciais, faremos referência ao consumo. Os demais elementos permanecem inalterados.

QUADRO 5-A – Locais onde consome na ocasião da pesquisa e quando iniciou a prática.

Quando iniciou o consumo	Usuário/a por categoria	Nº	Na ocasião da pesquisa	Usuário/a por categoria	Nº
Locais fechados e cobertos (Ex: em casa; casa de amigos/as; casa de praia)	Julia Pedro Sol	3	Locais fechados e cobertos (Ex: em casa; casa de praia)	Antônio Daniel Douglas Eduardo Everton João Julia Pedro	10

				Sol Wagner	
Locais abertos e cobertos 1 (Ex: bares, festas e shows)	Daniel Eduardo João Julia Wagner	5	Locais abertos e cobertos 1 (Ex: bares; festas; shows)	Antônio Eduardo Everton João Julia Sol Wagner	7
Locais abertos e cobertos 2 (Universidades, Institutos Federais ou escolas)	Antônio Eduardo Everton Douglas João Julia	6	Locais abertos e cobertos 2 (Universidades, Institutos Federais ou escolas)	Antônio Douglas Eduardo João Julia	5
Local aberto e descoberto (Ex: na rua ou em praças)	-	0	Local aberto e descoberto (Ex: na rua; em praças)	Douglas Everton	2

Quanto aos ambientes de consumo, apenas dois entrevistados passaram a utilizar em locais abertos e descobertos, que apresentam maiores riscos: Douglas e Everton. Outras mudanças puderam ser notadas. Inicialmente, apenas três consumiam em lugares fechados e cobertos, como em suas próprias casas ou casas de amigos. Já no momento da pesquisa, todos eles passaram a consumir nesse tipo de ambiente. Bares, festas e *shows* teve uma diminuição de sete para cinco; Universidades e Institutos Federais de seis para cinco. Dessa forma, podemos notar no, *conjunto A*, uma tendência a assumir posturas menos arriscadas, para a grande maioria.

Douglas, como anteriormente dito, fumava aos sábados durante as partidas de futebol na escola. Os locais se diversificaram conforme ele expandiu o número de pessoas com as quais consome maconha, passando a acompanhá-las em diferentes situações.

João apresentou ao longo de sua *trajetória de consumo* três etapas; cada uma delas correspondendo à uma frequência de consumo, pessoas que o acompanhavam e locais para o uso. Primeiro na escola, com alguns poucos amigos; depois na faculdade e em São Lourenço da Mata, com seus companheiros de banda; e finalmente um consumo esporádico sem grupos (embora sempre amigos próximos) ou situações definidas.

Os demais permanecem consumindo nos mesmos locais. Julia, Eduardo e Antônio seguem com a mesma teia de amizades da faculdade. Além disso, não houve transformações profundas em suas vidas nesse período. Wagner, Sol e Daniel também permanecem, do mesmo modo, com os mesmos grupos de amigos.

Já Pedro iniciou o consumo por volta dos trinta anos, tendo de lá até aqui o mesmo trabalho e, de acordo com seu relato, estando ao seu lado os mesmos amigos com os quais ele consome maconha desde quando iniciou a prática.

QUADRO 5-B – Locais onde consome na ocasião da pesquisa e quando iniciou a prática.

Quando iniciou o consumo	Usuário/a por categoria	Nº	Na ocasião da pesquisa	Usuário/a por categoria	Nº
Locais fechados e cobertos (Ex: em casa; casa de amigos/as; casa de praia)	Igor Ulisses	2	Locais fechados e cobertos (Ex: em casa; casa de amigos; casa de praia)	Ernesto Fábio Humberto Flávia Maria Ulisses	6
Locais abertos e cobertos 1 (Ex: bares, festas e shows)	Ernesto Humberto	2	Locais abertos e cobertos 1 (Ex: bares; festas; shows)	Maria Ulisses	2
Locais abertos e cobertos 2 (Universidades, Institutos)	Fábio Flávia Maria	2	Locais abertos e cobertos 2 (Universidades, Institutos)	-	0

Federais ou escolas)			Federais ou escolas)		
Local aberto e descoberto (Ex: na rua ou em praças)	Coringa Ernesto Fábio Flávia Humberto Marcelo	6	Local aberto e descoberto (Ex: na rua; em praças)	Coringa Igor Ulisses	3

No *conjunto B* chama a atenção a quantidade de pessoas que nos primeiros contatos com a *cannabis* realizavam o consumo em locais abertos e descobertos. Entre os dez, seis frequentavam esses ambientes. O que indica que, em determinados pontos da trajetória de consumo, uma quantidade maior de pessoas desse bloco de entrevistas estiveram mais expostos de que as apresentadas anteriormente. No entanto, assim como no caso anterior, nesse a tendência é a de buscar locais mais protegidos para a realização da prática. Durante a pesquisa, apenas três permaneciam frequentando locais abertos e descobertos para esses fins: Ulisses, Igor e Coringa. No início, apenas dois consumiam em locais fechados e cobertos. Na ocasião da pesquisa, o número foi de seis. Em ambientes abertos e cobertos, o número manteve-se estável, apesar de não serem utilizados pelas mesmas pessoas nos dois momentos.

É importante destacar que entre os dez entrevistados do *conjunto B*, nove foram abordados pela polícia; durante essas investidas policiais, cinco relataram ter sofrido violência física e psicológica. Apenas Flávia nunca foi alvo policial. No *conjunto A*, inversamente, apenas três foram abordados, e apenas dois apontaram algum tipo de abuso policial.

A atuação da polícia, de maneira isolada, não é decisiva. Douglas, Everton, Ulisses, Igor e Coringa, por exemplo, foram abordados e, ainda assim, consomem de forma intensa, em locais *abertos e descobertos* e em grupos. No entanto, sua influência, como a de outras variáveis, embora não possa ser tomada como causal, deve ser entendida como componente relevante das circunstâncias de consumo, exercendo influências sobre ele. No quarto capítulo discutiremos de forma pormenorizada esses elementos.

Merece destaque, por fim, parte dos locais nos quais quatro dos usuários desse conjunto de entrevistados realizavam o consumo em seus contatos iniciais: em praças, escolas, ruas,

matas, próximo a rios e açudes, campos de futebol, linhas férreas abandonadas. Muitos desses locais marcados pela pobreza e isolamento:

Ah, eu consumo normalmente só agora, né... Porque moro longe e pá, moro sozinho. Mas antigamente era na rua com um mói de gente, que eu morava na casa dos meus pais, não podia fumar maconha lá, né véi... Fumava na rua, nos matos, no canavial, nas festa, nas praça... (Ernesto).

Um último ponto importante para pensarmos a sociabilidade desse grupo de usuários é a motivação de seus encontros. Abaixo, segue um quadro onde isso é sintetizado:

QUADRO 6-A – Motivações dos encontros.

Motivações dos encontros	Usuário/a por categoria	Nº
Encontros motivados pela amizade	Antônio Daniel Douglas Eduardo Everton João Julia Pedro Sol Wagner	10
Encontros motivados pelo consumo	Douglas Everton	2

Dos dez entrevistados, apenas dois deles informaram conhecer pessoas através do consumo, fazendo dele o conteúdo inicial da interação. Já os demais possuem encontros com teias fixas de amigos. Essas amizades não foram iniciadas pelo uso dessa erva e não são dependentes dele. O relato abaixo sintetiza o quadro geral:

Não. A gente se vê pra conversar; pra beber, tomar uma cerveja. Mais pra conversar de que pra fumar, pra falar a verdade. (Eduardo).

Já Douglas e Everton informaram duas situações. Ambas já foram mencionadas e acompanhadas de seus próprios relatos²³, mas vale retomá-las: se encontram com amigos de longa data com os quais consome maconha, mas que esses encontros não dependem da droga, e as amizades não surgiram de seu uso. E no segundo caso, informaram conhecer pessoas através da prática.

QUADRO 6-B – Motivações dos encontros.

Motivação dos encontros	Usuário/a por categoria	Nº
Não realizam encontros para consumir maconha	Ernesto Fábio Flávia Humberto	4
Encontros motivados pela amizade	Jonas Marcelo	2
Encontros motivados pelo consumo	Igor	1
Encontros motivados pela amizade e pelo consumo	Ulisses Coringa Maria	3

Dos dez entrevistados do *conjunto B*, quatro não realizam encontros com outras pessoas para consumir maconha; três informaram que se encontram com esses amigos independente do consumo; três apontaram a motivação dos encontros como dupla: a amizade e o uso da substância; por fim, um apontou se encontrar com a finalidade de utilizá-la, apenas. O quadro, nesse caso, é mais diversificado e complexo.

Tomando cada um dos pontos em comparação – a frequência de uso, pessoas com as quais consomem, locais de consumo e motivação dos encontros –, é possível notar que as interações entre usuários é, para o *conjunto A*, um dos fatores mais importantes na produção dos contornos de suas rotinas da prática.

Já analisando comparativamente a frequência de uso, as pessoas com as quais consomem, locais de consumo e motivação dos encontros no *conjunto B*, temos um quadro

²³ QUADRO 2-A

bastante diverso: não há interações grupais durante o consumo entre todos os entrevistados. O consumo é realizado de maneira solitária para parcela significativa. E o interesse expresso no consumo se mostrou como relevante. Isso não se aplica a todos os casos. A fala de Marcelo exemplifica bem essa diversidade apontada nesse bloco de entrevistas:

Cara, a gente tem essa questão... massa tu perguntar isso, porque foi uma coisa que me veio muito a mente, né? Há um tempo atrás, tipo... eu tava me encontrando com meus amigos, onde o foco principal era maconha, tá ligado? E aí eu vi que isso não tava sendo legal, sabe? Por que eu acho assim, que em primeiro lugar vem a amizade, né? Então eu passei um tempo pra encontrar com amigos meus, “- pô, vamo andar de skate? – bora!” e a gente fumava um, tá ligado? e andava de skate, mas nunca erasó pra fumar assim, sempre tinha alguma coisa. “Vamo estudar alguma coisa, junto?”. “Massa, vamo fumar um”. Aí a gente estudava, saca? E aí coisas do tipo... nunca era só com relação... Quando eu comecei a perceber que eu tava me encontrando com a galera só com relação a fumar, aí eu vi que eu tava realmente desperdiçando tempo assim também, porque é uma planta que tem um poder incrível de criação, de criatividade, essas coisas... e, e a gente pode tá usando ela de forma produtiva, né? E aí comecei a botar essa questão assim, “pô, vou encontrar com a galera, o que é que a galera faz? a galera trabalha com arte? pronto, vamo fumar ume vamo produzir arte”, saca? E aí se tornar algo mais benéfico assim, não ficar algosó recreativo, né? (Marcelo).

É nesse sentido que podemos falar, retomando a discussão sobre sociabilidade, em uma interação findada em si mesma, como objetivo final. O sentimento de estar *sociado*. Os conteúdos (nesse caso, o consumo de maconha) não desaparecem, mas são, como apontou SIMMEL (*op. cit.*) um “jogo da interação das meras silhuetas de coisas sérias”. Isso se mostrou muito mais forte, no momento da pesquisa, entre os entrevistados do *conjunto A*. O que se deve a diversos fatores, que observaremos ao longo dos capítulos. As vidas dessas vinte pessoas são bastante diversas. Apesar de possuírem idades semelhantes, estão inseridos em arranjos sociais muitas vezes opostos.

BOURDIEU (2019) tratou dessas questões envolvendo a “juventude”. Para ele, a divisão entre as idades é arbitrária, sendo a fronteira entre a juventude e a velhice controversa em todas as sociedades. A representação ideológica da juventude os concede coisas e, em contrapartida, retira deles uma série de outras. Essa divisão é, então, uma cisão de poder. Comparando pessoas nas mesmas idades biológicas, temos uma grande diversidade na disponibilidade de tempo, mercado de trabalho e condições de existência, de modo geral. Uns são estudantes e possuem entradas com descontos para cinemas e teatros; já outros estão

inseridos no mundo do trabalho, lidando com dificuldades severas. Para os primeiros, há de forma prolongada a adolescência, entendida por ele como uma forma de “irresponsabilidade provisória”: são adultos para algumas coisas, crianças para outras. O desejo, na forma infraconsciente, é ajustado ao horizonte dos *possíveis* objetivos: o filho da classe operária aguarda ansioso pela entrada no mundo do trabalho. No entanto, o ajuste entre possibilidades reais e desejos nem sempre estão em acordo. O exemplo dado por Bourdieu se aplica ao Brasil de nossos dias e, em particular, a essa pesquisa: bacharéis e licenciados desempregados ou com empregos não desejados; almejando aqueles possuídos pelos mais velhos, muitas vezes atingidos como ponto de chegada para eles; pretendidos como partida para os mais novos. Nesse desajuste geracional, podemos ver um mal-estar entre “jovens” e “velhos”, em que os mais novos são, por força das necessidades objetivas, empurrados para a “juventude”. E se compararmos esses estudantes ou recém formados com os que estão no mundo do subemprego, encontramos uma vida lúdica para os primeiros, e dura demais para os segundos. O conceito é construído, manipulado: deve sempre ser pensado através das relações.

As faixas de idade são informativas, mas sozinhas, dizem muito pouco. Se para uns o convívio com os pais é prolongado, durante o período universitário e, muitas vezes, para além dele; para outros, rapidamente os mundos do trabalho se impõem: as atividades rotineiras de carteira assinada; os contratos informais; atividades autônomas ou bicos. Aos primeiros, a fase dos namoros se estende longamente; já para os segundos, a formação de novos núcleos familiares ocorre com certa rapidez. A proteção e controle dos pais cessa, ou pelo menos perde densidade; restando a tarefa aos mais desprivilegiados de enfrentar as adversidades de toda sorte por suas próprias mãos: lidar com as polícias e o sistema de justiça; suas imagens frente as vizinhanças; os dilemas de suas novas famílias; a consequente redução do tempo para se encontrar com amigos. Desse modo, tomando a idade e as posições objetivas ocupadas no espaço social, percebemos que entre os mais pobres há um momento de inflexão próximo à maioridade civil.

4. Significados da maconha e outras drogas

Gilberto Velho (1994) nos lembrou da necessidade de buscar identificar a diferenciação do conjunto de crenças, valores, estilos de vidas e formas de construção da realidade existente entre diferentes grupos, categorias sociais e indivíduos. Sendo, então, a categoria do senso comum de “mundo das drogas”, amplamente difundida na imprensa, acentuadamente geral e, por isso, devendo ser evitada.

Essa diversidade nos “valores, estilos de vida e formas de construção da realidade” ocorre tanto de maneira diacrônica quanto sincrônica. A seguir discutiremos, antes de lançar a proposta de análise do presente estudo, a variação histórica dos significados do consumo.

Como apontaram MACRAE e SIMÕES (2000)²⁴, longe de ser um hábito recente, a utilização social das propriedades psicotrópicas da *cannabis sativa*, acredita-se, foi introduzida no Brasil por escravos africanos no processo de colonização. Mas foi apenas no século XX que a maconha se tornou uma questão de saúde pública. O avanço do uso por estratos populares em centros urbanos, que ultrapassou os padrões tradicionais das antigas rodas de fumo típicas do Nordeste, chamou a atenção das autoridades médicas e policiais brasileiras; que através de seus laudos, fez tomar corpo a associação: preto, pobre, maconheiro, bandido. Além disso, os estudos apontavam aqueles que a consumiam simultaneamente como “doentes” e “marginais” e, com o crescente número de opositores, o consumo passou, em 1934, a ser penalizado em lei.

As décadas de 1960 e 1970 viram se formar novas grandes transformações no consumo de maconha. Não se tratava, dessa vez, de expansão entre as frações da classe trabalhadora, e sim pela sua entrada nas camadas médias urbanas. Não seria possível, mesmo através da ordem autoritária vigente, afastar os olhares dos jovens brasileiros dos anseios da época. A força reivindicadora alterou o simbolismo do consumo da erva, rapidamente percebido como ato de rebeldia. O combate à prática, nesse período, foi novamente intensificado, chegando, em 1968, a equiparar o consumo ao tráfico (*Ibid.*, p.19/28).

Pouco a pouco, nos anos seguintes, a truculência contra o consumo foi sendo reduzida, tendo sido, em 1976, uma nova lei promulgada, trazendo novamente a distinção entre usuário e traficante e exigindo laudo toxicológico para a instauração de ação penal. O processo de redemocratização foi marcado pelo nascimento de vozes opositoras ao combate agressivo ao

²⁴ Sobre a história da maconha no Brasil, ver também CARLINI, E. A. (2006).

uso de maconha. No período em que a pesquisa de Macrae e Simões foi desenvolvida, em meados da década de 1990, o hábito já era bastante difundido. Os resultados do estudo, entre usuários da classe média de São Paulo e Bahia, mostraram transformações no significado do uso e nas formas de sociabilidade. Antes, habitualmente, o ciclo de usuários era pequeno, apenas membros confiáveis; havia modos muito particulares de consumi-la: lugar discreto, luzes fracas, o aparelho de som baixinho ao fundo, os incensos para disfarçar o cheiro. Além disso, segundo o grupo pesquisado, havia uma dimensão contestativa na prática. Segundo os mesmos entrevistados – alguns deles que fumaram regularmente a erva durante o regime militar e que ainda eram usuários na ocasião da pesquisa – isso havia se perdido. Na década de 1990, segundo seus relatos, “qualquer um consome maconha, é como fumar um cigarro ou tomar um uísque” (*Ibid.*, p. 37/48).

Por ter se dedicado às camadas médias urbanas durante as entrevistas, abordando os pobres apenas em uma contextualização histórica, a pesquisa não comporta o descompasso no uso por diferentes classes sociais. Como mencionado acima, nas primeiras décadas do século XX, entre frações da classe trabalhadora, o consumo já havia ultrapassado as típicas rodas de fumo nordestinas, o que chamou a atenção das autoridades, resultando na associação entre a pobreza e a delinquência. As rodas de fumo eram comuns entre indivíduos da classe média durante a ditadura, tendo a prática se tornado mais aberta apenas com o processo de redemocratização. O hábito entre aqueles que ocupavam posições mais privilegiadas no espaço social foi associado à rebeldia contra a ordem e o regime vigentes, não à bandidagem.

Aqui buscaremos identificar as variações nos significados de maneira sincrônica, comparando os resultados encontrados no *conjunto A* ao *conjunto B*. Apesar disso, a presente pesquisa e aquela à qual acabamos de nos referir, possuem grande identidade quanto aos objetivos e aos procedimentos de análise.

Abaixo, segue um quadro onde é exposto de maneira simplificada os motivos pelos quais os entrevistados do *conjunto A* consomem essa substância:

QUADRO 7-A – Motivos do consumo.

Categoria	Usuário/a por categoria	Nº
Sensação de tranquilidade/relaxamento	Antônio Douglas Eduardo	9

	Everton João Julia Pedro Sol Wgner	
Diversão e interação com amigos	Antônio Daniel Douglas Eduardo João Julia Pedro Sol Wagner	9
Uso com afinidade religiosa	Pedro	1
Introspecção	Pedro	1

Duas categorias apresentaram prevalência no *conjunto A*, estando nove dos dez entrevistados contidos em cada uma delas: “sensação de tranquilidade/relaxamento” e “diversão e interação com amigos”. As demais apresentaram uma pessoa por categoria. Seguem abaixo declarações que expressam esse quadro:

Sensação de tranquilidade/relaxamento:

Pô, maconha é tipo... Acho que é aquele momento que você pode relaxar no seu dia, tá ligado? Tipo, todo dia você estuda, trabalha, correria; e às vezes falta um momento pra você naquele dia pra você ficar tipo, relaxado; pensar em outras coisas. Tipo, sair da rotina. Aí, geralmente por esse motivo. (Douglas).

Eu uso quando eu tenho um tempo, assim, livre pra mim, pra relaxar. Nunca com grandes motivos, não. Uso quando eu quero ouvir uma música que eu goste, que eu tenha um tempo pra mim ou quando eu tô com os amigos, né? Que eu já falei. Mas sozinha é mais pra relaxar mesmo. (Sol).

Diversão e interação com amigos/as:

A maconha, hoje, realmente ela faz parte de momentos prazerosos. Tô com os amigos, tô com a galera que eu gosto, com a galera que eu confio; a gente vai pra uma casa de praia. Pronto, quando a gente foi pra praia e tava lá na lancha, surgiu lá na hora e riu, se divertiu. E tinha uma galera que nem sabia, lá. E gente que quis experimentar tal. Então foi algo divertido pra gente, algo que rendeu muitas risadas. Eh, então eu vejo dessa forma. [...] Vivi aquele momento, viveu aquela vibe, viveu aquela coisa e pronto, ficou na memória um momento bom; guardei uma lembrança massa. (João).

Caramba, como se fosse um motivo de lazer. É um, pra uso de descanso, relaxamento do corpo, vamo supor, quando eu tô com a mente muito cheia eu só maconha, quando eu às vezes saio e tal. É como se fosse mais um motivo de lazer mesmo. É, como é que se diz? Eu esqueci a palavra agora... Mas é esse motivo aí, uns vai pra uma festinha bebe, outros saem gostam de sei lá, surfar, eu gosto mesmo de me reunir com os meus amigos, trocar uma ideia e fumar um... (Everton).

Uso com afinidade religiosa e introspecção:

Eu fumo pra ficar bem. Também, se eu tiver estressado, muito perturbado, eu não fumo não, porque eu acho que ela é uma erva que serve pra gente ficar de bem com Deus, né? Conheço mesmo. Então eu fumo mais pra... Eu fumo, na verdade, quando eu tô bem. Eu não fumo só pra dizer: “vou fumar hoje”, não. Eu fumo quando, sei lá, tô em casa, feito a gente tá aqui agora, eu poderia fumar porque tô me sentindo bem. (Pedro).

Em outro momento da entrevista, Pedro retomou o tema:

Acho que é uma coisa de você e uma questão de espiritualidade. Os crentes não oram? Os católicos não rezam? Eu fumo pra me conectar comigo mesmo. É como se fosse algo dentro, de eu e eu. (Pedro).

Além das categorias presentes no QUADRO 7-A, que fazem referência aos motivos para o consumo no momento da pesquisa, outras duas foram apresentadas por João, mas elas fizeram parte de seu consumo em momentos passados, e perderam sentido hoje. São elas: a representação individual e grupal, e de sua identidade com o grupo. Abaixo, segue seu depoimento:

A diferença do começo, lá; tanto da escola quanto na faculdade, quanto na época que a gente tocava, tinha muito a questão da imagem também, né? Tinha muito. Às vezes eu sentia que eu nem tava muito a fim, mas aí o grupo tava. Todo mundo ia e você ia também. Ia levado com a maré. Tinha muito essa questão da imagem que a gente passava, a imagem do grupo, da identidade do grupo, do sentimento de pertencer a um determinado grupo. Aí o grupo faz, eu vou fazer também. (João).

Desse modo, é possível dizer que, para o *conjunto A*, no momento em que a pesquisa foi realizada, salvo a exceção presente nas declarações de Pedro, que afirmou, entre outros motivos, consumir para “se conectar com Deus e com ele mesmo”; o uso está ligado a “sensação de tranquilidade/relaxamento” e “diversão e interação com amigos”.

Segue abaixo o quadro onde são simplificados os motivos pelos quais os entrevistados do *conjunto B* consomem maconha:

QUADRO 7-B – Motivos do consumo.

Categoria	Usuário/a por categoria	Nº
Sensação de tranquilidade/relaxamento	Ernesto Fábio Flávia Marcelo Maria Ulisses	6
Prazer associado a atividades no lar (como ver filmes, jogar videogame, conversar com o cônjuge, etc.)	Fábio Humberto Ulisses	3
Diversão e interação com amigos	Marcelo Ulisses	2
Uso religioso	Marcelo	1
Porque “é viciado”	Igor	1
Não informado	Coringa	1

Duas categorias apresentaram prevalência no *conjunto B*, estando seis entrevistados contidos na primeira (sensação de tranquilidade/relaxamento) e três contidos na segunda (prazer associado a atividades no lar). E apenas Ulisses e Marcelo afirmaram consumir para se divertir com amigos. Marcelo apontou também o uso religioso como motivação. Igor informou apenas

que usa por gostar e por ser, segundo ele, viciado. Coringa preferiu não informar o que o motiva a consumir maconha. Seguem as suas declarações:

Sensação de tranquilidade/relaxamento:

Agora é mais pra tirar estresse; pra relaxar; e as vezes eu tenho uma fissura pra jogar vídeo game; ou as vezes mesmo quando eu tenho as minhas moto eu gosto de... Às vezes eu tenho uma coisa na moto que me tira a paciência, às vezes eu fumo, já me acalma; me ajuda a dormir também; e muitas coisas... Até pra minha arte, que eu tatuo – me ajuda a trabalhar também; às vezes ter paciência com certos clientes quemisericórdia, visse? (Fábio).

Pra me relaxar, porque minha rotina é muito estressante. Então, me acalma. Eu fumo e eu fico pensando, entre os amigos mesmo, eu fico e pego só pensando em mim mesmo, tá entendendo? Eu fico viajando nos meus problemas, nas minhas coisas, eu fico tentando pensar alguma coisa positiva. (Maria).

Na fala de Fábio, a “sensação de tranquilidade/relaxamento” recebeu contornos específicos: ajudar a realizar atividades que demandam paciência, como cuidar de suas motos; lhe conferir paciência para a realização de seu ofício ou auxiliar no sono.

Prazer associado a atividades no lar (como ver filmes, jogar videogame, conversar com o cônjuge, etc.):

Bom, eu consumo por lazer, tipo, eu gosto quando eu tô no meu momento de folga, no meu momento de lazer ali, eu consumo, eu vou em casa, jogo um Playstation com meus filhos, converso com minha esposa, assisto filme. E por bem estar, eu gosto, eh... Eu me sinto bem, então eu gosto por lazer. (Humberto).

Ulisses, Fábio e Humberto se referiram a jogar videogame, especificamente. Os traços da idade, embora não se tornem visíveis, como no *conjunto A*, na interação intensa entre amigos, se apresenta sob essa forma.

Diversão e interação com amigos:

Cara, porque é uma coisa que relaxa, deixa tranquilo, né, um momento de lazer, de diversão ali. É mais pra isso mesmo. (Ulisses)

Em outros momentos da entrevista, ele declarou sobre esses momentos e pessoas:

[...] Tem um barbeiro, tem um professor da academia, tem um dono de metalúrgica, tem a galera que trabalha comigo, então geralmente a gente às vezes se bate todos os dias essa mesma galera junto, e às vezes separado. Às vezes se encontra um, dois. Às vezes se encontra dez, doze. [...] Só costumo fumar com pessoas diferentes, assim, quando eu tô numa festa, se eu tiver em um show; que você conhece outras pessoas, conhece outros grupos, aí “oh, vamos fumar um, tal”. “Já é, demorou!”. Mas, tirando isso, no meu dia a dia são as mesmas pessoas

todos os dias... [...] Às vezes a gente marca para trocar uma ideia, as vezes aí a gente marca para sair para um show e nem sempre num show rola maconha; as vezes rola só bebida, entendeu!? (Ulisses).

Uso religioso:

Eh, então, eu costumava fumar mais assim, né, com relação, tipo... eu penso, cara, que a planta era uma coisa que me reconectava assim, né? Além de trazer essa calma assim, essa paz, ela me reconectava assim e tipo isso era bom, né? Quer dizer, é bom, com o propósito de eu tá usando aquilo como uma ferramenta positiva pra mim, né? Em vez de tá tipo usando outras coisas mais químicas, pesadas, eu tô usando uma coisa que é natural, né? Como algo benéfico, né? Pra poder tá me conectando comigo mesmo, com minha espiritualidade, com minha energia. E aí eu comecei a usar como modo ritualístico mesmo assim, né? Como os Rastafaris usam, né? Como a medicina de conexão com seus ancestrais, né... onde eles cantam, rezam ... então tem essa questão também, né... de você usar a planta como a medicina, como remédio. Eu comecei a usar nessa questão, não só recreativa, mas como uma questão de reconexão com minha ancestralidade, com o que eu acredito assim. (Marcelo).

Porque “é viciado”:

Pelo motivo, assim, o meu motivo é porque eu gosto mermo, eu curto e isso me faz... Sou viciado e tal. Porque eu gosto, tá ligado? (Igor).

Entre os dez entrevistados do *conjunto B*, apenas Ulisses e Marcelo, como apontado anteriormente, afirmaram consumir, entre outros motivos, para se divertir com amigos. Esse quadro é bastante diverso daquele encontrado no *conjunto A*, onde quase todos os entrevistados afirmaram consumir, entre outros, para esse fim. Para o *conjunto B*, a prática está muito mais ligada a momentos de prazer individual.

É importante destacar que, embora apenas dois entrevistados afirmaram consumir, tendo entre os motivos, o convívio entre amigos, apenas quatro do *conjunto B* afirmaram não realizar encontros para realização do consumo, como visto no capítulo anterior no QUADRO 6-B. O prazer individual como fim último pode ser atingido na interação, sem vistas aos encontros, em si. O uso se apresenta para alguns deles como o impulso e finalidade dessas relações. Para outros, apenas o consumo, sem a presença de mais ninguém. De modo geral, a motivação da prática possui, nesse bloco de entrevistas, contornos mais individuais.

Nos quadros abaixo, é sintetizada a atribuição de valor dos entrevistados do *conjunto A* ao tabaco e ao álcool em relação à maconha. No QUADRO 8-A, tomamos a percepção dos entrevistados sobre o caráter transgressor/não transgressor das substâncias. No QUADRO 9-A, avaliam-se suas percepções positivas ou negativas do grupo de substâncias:

QUADRO 8-A – Maconha em relação ao tabaco e ao álcool.

Maconha em relação ao tabaco e ao álcool	Usuário/a por categoria	Nº
Maconha associada à rebeldia	Antônio Eduardo Everton	3
Tabaco associado à rebeldia, enquanto que a maconha não	Julia	1
Nenhuma das drogas do grupo associadas à rebeldia	Douglas João Sol	3
Nenhuma das drogas associadas à rebeldia, mas percebidas como de naturezas incompatíveis	Daniel Pedro Wagner	3
Total		10

Maconha associada à rebeldia:

Como um pouco de rebeldia, porque é proibido, né!? Então, quer queira, ou não eu tô infringindo uma lei. Mais por isso. (Eduardo).

Então tipo, mas a partir da década de sessenta que ela tem esse tom político, esse tom político de contestação à alguma coisa. Mas enfim, hoje, hoje tem enfim, hoje tem todo um discurso também sobre o narcotráfico, né? Tem um outro agravante. Eu acho que hoje exista ainda essa satisfação e contestação, mas eu acho que também tem um tom de fuga da realidade, as pessoas querem um escapismo e aceitam isso. Existem diversos fatores. (Antônio).

Tabaco associado à rebeldia, enquanto que a maconha não:

Rapaz, eu acho comum. Acho comum. Pelo menos eu, na minha experiência, eu não quis experimentar – pelo menos não conscientemente – tipo na minha cabeça: ah, vou fumar maconha porque quero ser diferente, sabe? Pelo menos não conscientemente. Uma coisa que eu acho até engraçado, que eu nunca parei pra pensar a maconha dessa forma, mas já pensei no cigarro como uma forma de rebeldia mesmo; das pessoas jovens que querem se mostrar rebeldes, diferentes, e tal. [...] Acho que como o cigarro é tipo muito mais aberto, assim, permitido, aí as pessoas podem mostrar essa rebeldia, sabe? A maconha você fica muito fechado naquele círculo de pessoas que você confia, sabe? Por isso que eu não consigo ter essa impressão. (Julia).

Nenhuma das drogas do grupo associadas à rebeldia:

Hoje é comum. Como o cigarro, o álcool. E aí tem a maconha. [...] Porque é uma droga; digamos que seja um alucinógeno, como qualquer um outro que tenha e tá liberado. (João).

Pode ser que seja um sinônimo de liberdade, mas não de rebeldia. Eu não considero uma pessoa que fuma rebelde, porque não tem nada demais em fumar. Acredito que rebelde seja vandalismo, rebeldia seja vandalismo, mas não o ato de fumar. Eu não vejo como rebeldia, não. Eu não vejo problema em fazer ou usar determinada coisa, desde que você não prejudique outra pessoa, né? Se eu bebo bastante e eu fico na minha, eu não saio brigando com ninguém ou quebrando alguma coisa, eu não vejo motivo pra não fazer isso. Porque eu sei que se eu tiver prejudicando alguém, vai ser a mim mesma e eu sou responsável por mim, então eu tomo minhas atitudes e eu meço as consequências. (Sol).

Nenhuma das drogas associadas à rebeldia, mas percebidas como de naturezas incompatíveis:

Eu não vejo como forma de rebeldia, não. [...] Eu não vejo a maconha como a mesma coisa não. São coisas totalmente diferentes. O álcool, o tabaco. Eu vejo que a maconha, ela serve pra você se encontrar com você mesmo. Às vezes o álcool não faz isso. Transforma você. Eu não vejo a maconha como a mesma coisa, não. São coisas totalmente diferentes. O álcool, o tabaco. Eu acho que são coisas totalmente diferentes. Eu nunca vi ninguém morrendo de maconha. Agora, eu já vi pessoas morrendo por causa do álcool; já vi pessoas morrendo por causa do cigarro. Eu nunca vi uma pessoa que pegou um câncer por que fumou maconha (Pedro).

Mais tranquilo de que o tabaco e o álcool. Eu acho que a imagem que se foi criada da maconha é uma imagem totalmente equivocada. Por quem geralmente não conhece, aí acabou criando um terror sobre o que é, mas quando você busca conhecimento; que você convive com pessoas que utilizam, você percebe que não é bem assim. (Daniel).

QUADRO 9-A – Atribuição de valores positivos ou negativos ao tabaco e ao álcool em relação à maconha.

Atribuição de valores positivos ou negativos ao tabaco e ao álcool em relação à maconha	Usuário/a por categoria	Nº
Não manifestou juízo de valor sobre o tabaco e o álcool	Eduardo Sol	2
Percepção positiva de todas	-	0
Percepção negativa apenas do tabaco	Julia	1
Percepção negativa apenas do álcool	-	0
Percepção negativa apenas do tabaco e do álcool	Antônio Daniel Everton João Pedro Wagner	6
Percepção negativa de todas	Douglas	1
Total		10

Percepção negativa apenas do tabaco:

Acho que eu acabo julgando as pessoas, assim, justamente, sabe? Pensando: poxa, aquela pessoa fumando ali; acho que ela tá querendo mostrar algo. Provar algo. (Julia).

Percepção negativa apenas do tabaco e do álcool:

Você pega o cigarro, tem lá a indicação de que tem mil e poucos coisas, produtos. Se você pega a maconha, vai ter lá uma coisa só, né? [...] Teve momentos de minha vida em que às vezes eu penso: “eu poderia ter bebido menos. Determinada situação, determinado evento, seria melhor, eu acho que eu teria aproveitado melhor se eu tivesse bebido menos”. E outras e outras situações que eu vivi que eu poderia ter me prejudicado muito por conta da bebida. Já com a maconha, não. (João).

Percepção negativa de todas:

Assim, acho que todas as drogas, independente de lícitas ou ilícitas, elas são ruins pra você, de certa forma. Mas eu acredito que existem drogas que são comprovadas que elas atingem seu organismo mais rápido do que outras. (Douglas).

Analisando os dois quadros e os depoimentos associados a eles, percebemos que a maconha é percebida, entre os entrevistados do *conjunto A*, como uma forma de rebeldia por apenas três deles. Quanto às outras drogas, há uma pequena variação: Julia percebe o tabaco como uma forma de rebeldia. Segundo a sua justificativa, não faria sentido uma rebeldia oculta, como no caso da maconha; já o tabaco, pode ser utilizado de forma pública, o que viabilizaria esse caráter “transgressor”, no sentido de “exibicionismo”. Pedro, embora ache todas elas comuns, atribui significados incompatíveis a elas: a maconha serve para se conectar com Deus e com ele mesmo; o que a coloca em lugar particular. Dos dez entrevistados, seis não associaram nenhuma das drogas à rebeldia, embora três deles tenham enfatizado suas naturezas incompatíveis.

Quanto à atribuição de valores positivos ou negativos ao tabaco e ao álcool em relação à maconha, Julia associou o tabaco a uma forma de “exibicionismo”. Antônio, Daniel, Everton, João, Pedro e Wagner apresentaram visão do tabaco como nocivo à saúde; e o álcool como sendo capaz de levar ao descontrole. O único a atribuir valor negativo a todas as drogas foi Douglas, pois para ele, todas elas – lícitas ou ilícitas – podem causar, em maior ou menor medida, danos à saúde. Eduardo e Sol não manifestaram juízo de valor sobre essas substâncias.

No quadro abaixo é avaliada a percepção do caráter transgressor/não transgressor da maconha. Foram dados como referenciais aos entrevistados o tabaco e o álcool:

QUADRO 8-B – Maconha em relação ao tabaco e ao álcool.

Maconha em relação ao tabaco e ao álcool	Usuário/a por categoria	Nº
Maconha associada à rebeldia	Fábio	1
Nenhuma das drogas do grupo associadas à rebeldia	Coringa Ernesto Flávia Humberto Igor Jonas Ulisses	7
Nenhuma das drogas associadas à rebeldia, mas percebidas como de naturezas incompatíveis	Marcelo Maria	2
Total		10

Maconha associada à rebeldia:

Sinônimo de liberdade. Tem que liberar mesmo... Pra fumar isso daí, que ninguém vai parar não, tem como destruir não, a maconha não. (Fábio).

Nenhuma das drogas do grupo associadas à rebeldia:

Bom, antigamente, no início, era. Tinha um toque de rebeldia, tipo, você adolescente, você fazer aquilo que vai contra as regras, tá no coração do adolescente, tá no sangue do adolescente. Você: “Ah, vou fumar um cigarro porque minha mãe, meu pai não gosta”. Tipo, a rebeldia tá na gente também, como o bem e como o mal. Tudo tá na gente. Então, no início era isso. Hoje não, hoje, eh... Hoje não tem, não vejo por esselado. Eu vejo como uma coisa comum, como deveria ser, tipo, tá aí a cerveja, tem várias outras; o uísque, que tá aí, comum. Ninguém bebe por rebeldia, bebe por lazer, bebe por gostar, bebe por que se sente bem com aquilo dali. Então eu acho que é uma coisa que poderia entrar nesse mesmo ramo. (Humberto).

Comum. Mas o cigarro é mais por amostramento. Má é foda esse cigarro. O álcool eu não gosto de beber. Não gosto. Minhas única droga assim mais frequente é só a maconha e o cigarro. Somente. (Coringa).

Nenhuma das drogas do grupo associadas à rebeldia, mas percebidas como de naturezas incompatíveis:

Cara, eu, pelo tempo que eu fumo, né? Eu já vejo como algo comum, né? Antigamente eu já via como rebeldia assim, né?! Porque era algo que era proibido, mas era algo bom, né? Enquanto tem coisas que é ruim e é legalizada, né? Assim como o álcool, o cigarro, são drogas também, né?! Que fazem mal a gente e são legalizadas assim, né?! E tem um comércio muito grande, assim, muitas propagandas induzindo a gente a consumir. E a planta, por ser natural, e ser algo também que te traz essa conexão, que te traz esse bem-estar, né? Eu comecei a ver que era como se fosse uma coisa que trazia esse, esse... como é que eu posso dizer... trazia esse bem-estar de eu não tá precisando usar coisas químicas, né?! Poluir meu corpo com coisas químicas, eu só precisava fumar um natural e ficar de boa com isso. (Marcelo).

QUADRO 9-B – Atribuição de valores positivos ou negativos ao tabaco e ao álcool em relação à maconha.

Atribuição de valores positivos ou negativos ao tabaco e ao álcool em relação à maconha	Usuário/a por categoria	Nº
Não manifestou juízo de valor sobre o tabaco e o álcool	Igor Jonas	2
Percepção positiva de todas	Flávia Humberto Ulisses	3
Percepção negativa apenas do tabaco	-	0
Percepção negativa apenas do álcool	Fábio	1

Percepção negativa apenas do tabaco e do álcool	Coringa Ernesto Marcelo Maria	4
Percepção negativa de todas	-	0
Total		10

Percepção positiva de todas:

Comum, comum, da mesma forma que um fuma cigarro e o outro bebe. Infelizmente, a diferença é que a maconha não é legalizada. Cada um usa droga que gosta... (Ulisses).

Percepção negativa apenas do álcool:

Eu considero a maconha uma droga das mais leves. Esse negócio de tá usando esse negócio pra fazer mal no mundo, isso é safadeza! Isso já é da natureza do ser humano mesmo, que eu nunca vi uma pessoa que dá um trago na maconha e dar vontade de roubar um pai de família ali. Isso é safadeza, pô! Agora já o álcool, já o crack, já é umas drogas que já veio já pra destruir o mundo mesmo, já veio pra destruir o ser humano... pra quem tem a mente fraca e se entrega, si próprio se destrói, pô. É uma bomba ativada no meio do ser humano, só faz peso mesmo. (Fábio).

Percepção negativa apenas do tabaco e do álcool:

O cigarro destrói muito mais do que a maconha, né, véi! E o álcool também, né. O álcool leva a várias coisas, a violência, ao cara matar a mulher, fazer tudos e tudos... E a maconha não. (Ernesto).

Analisando conjuntamente os quadros 8-B e 9-B, temos que apenas para um dos entrevistados, o Fábio, a maconha é associada à rebeldia. Para os demais, ela é vista como algo comum. Esse dado difere levemente do que vimos no *conjunto A*, onde três entrevistados consideram o consumo de maconha como uma forma de rebeldia. Um elemento se destaca em suas falas se comparadas às do *conjunto A*: a ênfase dada na não existência de uma correlação entre o consumo de maconha e a prática de outros desvios, como crimes contra a propriedade

ou contra a vida; como que numa busca por distanciar suas imagens de práticas desviantes de maior potencial ofensivo.

Quanto aos juízos de valor sobre o tabaco e o álcool, temos a percepção negativa do tabaco e do álcool prevalente. No entanto, muito próximo da visão positiva de todas as prevalentes: quatro entrevistados na primeira, três na segunda. As falas apontavam, de modo geral os danos causados à saúde pelo tabaco e o álcool por causar descontrole. Fábio manifestou posição contrária apenas ao álcool, também por causar descontrole. Igor e Jonas não fizeram juízo de valor sobre essas substâncias.

Assim, temos que, para a maioria dos entrevistados dos dois conjuntos, a maconha é percebida como algo comum. E em ambos, percepções negativas do tabaco e do álcool, para parcela significativa dos respondentes, por motivos parecidos, como o descontrole e os danos à saúde.

QUADRO 10-A – Atribuição de valor ao *crack*, cocaína e outras drogas em relação à maconha.

Atribuição de valor ao <i>crack</i>, cocaína e outras drogas em relação à maconha	Usuário/a por categoria	Nº
Ruins (por causar danos à saúde)	Antônio Douglas Eduardo Julia	4
Ruins (por “serem feitas pelo homem”)	Pedro	1
Ruins (porque causam descontrole)	João	1
Ruins (porque causam dependência)	Daniel Everton	5

	João	
	Sol	
	Wagner	

Ruins por causar danos à saúde:

Putz. Eu acho que a maconha é uma droga leve, pô. Ela não afeta tanto o seu organismo, seu psicológico quanto outras drogas, feito cocaína e crack; cola, também, que a galera viaja. (Douglas).

Não tem o mesmo potencial de dano, não; não tem. Nem ao corpo. Falar, enfim, que a maconha tem um conteúdo de... danoso as relações sociais aí, até aí eu acho que não tem nada muito conclusivo sobre. E geralmente se apegam pra aquele argumento de que ela é a porta de entrada de drogas mais pesadas. Que é um, digamos, é um argumento ruim, argumento que não tem muita... não tem muita sustentabilidade. É aquilo que a gente chama de ideologia, né?! Falseamento da realidade. Mas pelo menos eu acho que não tem o mesmo dano. Não é tão agressivo. É muito complicado, eu acho até muito desonesto colocar no mesmo patamar. Crack é uma droga que é pra viciar o indivíduo e deixá-lo na merda, assim, né?! Não à toa o FBI, foi o FBI junto com a máfia italiana, tem alguns textos sobre isso, que falam dessa política que o FBI prendeu nos Estados Unidos pra dividir os Panteras Negras através do uso do crack nas comunidades negras. Eu acho que é muito diferente. Eu acho que a maconha ela não é tão agressiva ao corpo, pelo menos. Eu, até onde eu acompanho e vejo o debate, só vejo falando de algumas coisas boas. (Antônio).

Ruins por “serem feitas pelo homem”:

Eh, aí essa parte é uma parte, como eu disse mais pesada, né? A cocaína, o crack... O crack, como a gente sabe... O caos que ela traz pras pessoas. A cocaína é uma coisa totalmente, eh, química; mas eu vejo a maconha como uma coisa... A gente não come tomate? A gente não come alface? E por que não consumir a maconha? Eu vejo que são coisas diferentes. O crack é o que? É a química do pó. O pó também já é uma química. A maconha não, a maconha você planta, ela nasce, ela seca e você consome. São coisas totalmente diferentes. Uma coisa é natural. A maconha é natural. Ela é da terra. É uma coisa que Deus, Jah – não sei, cada um chame como quiser... Se existem todas as plantas. A gente não come uma tomate? Por que a gente não pode consumir a maconha? São coisas diferentes. Agora, o pó não. O pó é uma coisa que o homem fez. O crack também é uma coisa que o homem fez. A maconha não, a maconha quem fez foi Deus, ou Jah. (Pedro).

Ruins porque causam descontrole:

A gente tem drogas aí que são realmente bem mais pesadas. Acho que são bem mais nocivas, assim. Você vai cheirar cola. Teve uns amigos, né? Teve um amigo em especial que [] ele precisou passar por um tratamento. Passou seis meses em uma clínica de reabilitação. Já tinha outros problemas. Já tinha problemas com a família; que foram intensificados, né? [] Começou a utilizar essas drogas e aí, eh, tem um comportamento violento. Chegar em casa, bater no pai, bater na mãe; bateu na namorada dele na época. Começou a pegar coisas em casa pra vender. São problemas que ele já tinha, mas intensificou-se mais quando ele entrou nessas outras drogas. E aí ele vivia isso; depois o efeito passa. Aí ele queria mais. Ele queria continuar. Mas era usar a droga pra fugir de coisas que ele tava vivendo que não tava agradando ele. E esse tipo de droga Tanto o álcool. E aí ele começou a tomar cachaça e tal. O crack faz com que isso se intensifique. A maconha, comparada a essas outras, assim, eu vejo que eu não conheci ninguém que, por exemplo, que ficou violento porque fumou maconha. “Quando ele fuma maconha ele sai batendo em todo mundo, ele sai ”. Não, não tem isso. (João).

Ruins porque causam dependência:

É bem mais tranquilo, porque No meu caso, eu não vejo a maconha como uma droga que cause dependência, como cocaína, crack (Daniel).

Primeiro, tipo, eu não trato maconha como droga... Trato como algo medicinal, natural e mesmo assim, mas mesmo assim se for comparar eu acho que, sei lá, a dependência das outras são muito piores. São, é uma dependência, tipo, tem gente que para pra vender algo de dentro de casa pra comprar e, sei lá, eu acho que quem usa maconha, a maioria das pessoas tem a mente de: “ah, trabalho pra manter aqui o meu vício e tal, que eu gosto e tal”. Aí tem sempre aquele negócio reservado, né... O problema hoje é que, sei lá, eu mesmo por eu ter dreads e tal muita gente já me julga e tal. (Wagner).

Desse modo, podemos perceber que, para o conjunto A, drogas como a cocaína e o crack são vistas por todos, por diferentes motivos, de forma negativa: por causar danos à saúde, por não serem naturais, como a maconha ou por causarem dependência e descontrole.

Esse quadro de respostas espelha, em larga medida, a vida desses entrevistados: convivendo entre classes, mantendo extensa lista de amigos de classe média, ligados à vida acadêmica e usufruindo de bens culturais consagrados, acabam por estar distantes, na maioria

das vezes, das ligações entre mercados de drogas ilícitas e a violência²⁵. Suas falas imprimem preocupações distantes desse universo: prevalecem os danos à saúde e a compulsão. A maconha é sempre enaltecida por ser “natural”. Algo esperado, dado o caráter refratário de parcela significativa da população aos pesticidas e uso de engenharia genética pelo agronegócio; anos de campanha contra o cigarro e suas incontáveis substâncias nocivas, assim como ao álcool e acidentes no trânsito. Energia renovável e a preservação do meio ambiente, de modo geral, estão inseridas. A cocaína, o *crack* e outras drogas, por não serem “naturais”, estão alheias a essa seara. Todavia, é importante destacar que dois entrevistados já experimentaram outras drogas, mas apenas de forma episódica.

QUADRO 10-B – Atribuição de valor ao *crack*, cocaína e outras drogas em relação à maconha.

Atribuição de valor ao <i>crack</i>, cocaína e outras drogas em relação à maconha	Usuário/a por categoria	Nº
Ruins (por causar danos à saúde)	Ulisses	1
Ruins (porque causam descontrole)	Coringa Ernesto Fábio Flávia Igor Jonas	6
Ruins (porque causam dependência)	Coringa Flávia Humberto Jonas Marcelo Maria	6

²⁵ Merece destaque o fato de que nem toda atividade de tráfico de drogas é violenta. Essa associação é feita de forma abundante até mesmo na literatura especializada, como apontou Carolina Christoph Grillo (2008). Seus trabalhos figuram entre os que mostram cenários distintos.

Ruins por causar danos à saúde:

Cara... A maconha é algo do natural, né, é uma planta, né. Ela não é alterada, que é o prensado. Mas do natural acho que não tem problema nenhum, mano, você fumar. Tantas outras drogas aí que ocasionam a morte e a maconha não é algo que ocasiona sua morte. É um retardante de neurônios. (Ulisses).

Ruins porque causam descontrole:

Aí é mais agressor. Tem gente que usa pra roubar, gente que até chega a fazer coisas com outras pessoas que não tem cabimento, faz agressão. Diferente, né, da maconha. Porque o crack ele é mais agressivo, deixa mais aviciado. Maconha, pra mim, não dá vício em ninguém, pra mim é só uma safadeza. (Flávia).

É muito diferente. Que crack o povo fica na abstinência, rouba e esses negócio assim. Mai maconha não, o cara fica, maconha fica calmo... Num faz esses negócio. Rouba, esses negócio... (Jonas).

Ruins porque causam dependência:

Você fuma maconha e ainda tá muito bem ciente do que tava fazendo. Não tem aquela besteira de: “eu fiz porque tava drogado de maconha”. O cara que cai numa resenha dessa daí é que não conhece como é que funciona o sistema. Já com relação a cocaína, com relação, principalmente ao crack, assim, cara, eh... Eu cheguei a experimentar, mas é aquele caso: de fato é uma dependência... Os dois. Entendesse? Principalmente o crack. A cocaína você consegue driblar ali, pra um lado e pro outro. Não tem aquela dependência... Não é instantânea, mas no momento em que você tá sob a influência do crack, você de fato, você pede mais enquanto você tá sob aquela influência. Quando aquele efeito passa, você não tem tanto aquela dependência, pelo menos no início, que é de onde eu não saí. Eu não me aprofundi porque eu sempre tive meus pés centrados no que eu queria e no que eu não queria, tal e isso aquilo tudinho. Então eu não quis me aprofundar naquilo ali porque eu sabia que a tendência de dar em merda era muito grande, entendesse? Porque o crack é pura química. É uma coisa que foi feita só pra destruir mesmo, entendesse? Já com relação à cocaína, eh... Ela também tem sua dependência a um prazo um pouco maior ali, mas também é química. “Ah, vem da folha da coca”. Mas ela é transformada, então essa transformação aí, ela, de fato, ela, ela pega muito pesado. (Humberto).

Oxe, muito mais melhor. Tá doido, é? Primeiro porque, depois quando a pessoa se avicia, a pessoa passa a vender até as cueca. Aí ou seja, a maconha é totalmente muito mais tranquila. A pessoa fuma, não mexe com ninguém. (Coringa).

Assim, temos para o *conjunto B*, do mesmo modo que para o *conjunto A*, a percepção negativa de todas elas. No entanto, enquanto que para os primeiros foi enfatizada a capacidade dessas substâncias de causar danos à saúde, para os segundos, suas falas apontaram uma preocupação com a capacidade delas de causar descontrole, associando-as à crimes de maior gravidade.

Assim como vimos anteriormente, o quadro de respostas reflete a vida dessas pessoas. Como veremos no próximo capítulo, dos dez entrevistados, nove já foram abordados pela polícia. Desses, cinco sofreram algum tipo de violência policial. Um deles já foi preso por tráfico. Convivem de perto com o comércio dessas substâncias. Observam a feiura da pobreza e do crime nas representações midiáticas, vendo-se nelas representados tortos. Querem escapar do estigma do delinquente: apontam essas substâncias como causadoras de consequências graves, como a perda de controle e a prática de outros delitos, e enfatizam suas posições contrárias. Suas falas compram aquelas dos noticiários sobre pobreza, drogas e violência urbana como fatídicas, mas não para eles mesmos. Aceitam negando.

5. Controles sociais e seus efeitos

Dentro desse quadro, Howard S. Becker (2008) nos fornece boas ferramentas para compreender o fenômeno. Para ele, todos os envolvidos numa dada situação contribuem para o que acontece nela. Dessa maneira, a sociologia deve se debruçar sobre a atividade de todos. Sua tipificação inclui não apenas os que buscam impor as regras e os que são por elas rotulados; estando presentes, dentro de cada situação, aqueles encarregados de impingir-las. As regras de proibição do consumo da maconha, no Brasil, encontram amparo em lei; no entanto, não apenas as forças policiais assumem a postura de impô-las, como também, a parcela da população que apoia esse impedimento. Além disso, a intensidade em que uma pessoa é considerada *outsider*, mesmo aqueles que praticaram a mesma ação, pode variar de acordo com seu perfil, diferenciando, com isso, o nível de atuação das forças impositivas sobre práticas específicas; podendo ser, por exemplo, díspar entre diferentes classes ou grupos raciais. A variação também é relativa a quem se sentiu afetado com o ato. (*Ibid.*, p. 25).

Interessa-nos aqui qual a intensidade em que, na percepção dos usuários, o rótulo de *outsider* é aplicado por diferentes grupos, como vizinhos, família, etc., e de que maneira isso interfere nas formas mais ou menos secretas de uso da substância. Podendo, por exemplo, serem levados pela não aceitação do consumo entre os familiares, a usá-la fora do ambiente doméstico; até mesmo fora da vizinhança, de acordo com as formas como ela lida com isso. Ou a evitar determinados locais públicos em razão de maior policiamento. E esses elementos, como veremos, variam substancialmente entre os dois grupos pesquisados.

Dito de outro modo, é necessário buscar compreender a projeção moral sobre o desenho dos usos dos espaços urbanos. Os usuários podem, através dos diferentes níveis de estigma, conduzir sua prática como mais ou menos oculta; o que pode interferir na espacialidade do hábito.

Ainda segundo o autor, as sociedades modernas são amplamente variadas, de modo que não há aceitação absoluta de regras. A aptidão social pertencente a determinados grupos, de criar e impor suas normas, sem dúvidas, constitui um diferencial de poder; no entanto, essa capacidade não é, assim como seu alcance, absoluta, sendo esta temporal, podendo sucumbir ao longo da história. Como exemplo, temos a lei seca, que durante anos, nos Estados Unidos da América, realizou restrições às bebidas alcoólicas semelhantes as hoje existentes sobre outras drogas (*Ibid.*, p. 29/30).

Encontramos em nossos dias, no Brasil, exatamente esse quadro; em que aqueles grupos da sociedade que criaram e impuseram a regra, encontram hoje – e vem encontrando sobretudo desde o processo de redemocratização – forte resistência à proibição – e com isso, ao rótulo de *outsider* – que tem como resultado uma redução de seu alcance.

É preciso levar em conta o fato de que a teoria de Becker não exclui a investigação sobre as circunstâncias em que determinados indivíduos e grupos realizam escolhas em particular e assumem cursos específicos de ação. Suas recomendações teóricas são de não tomar rótulos como verdades intrínsecas, absolutas e imutáveis. Há legitimidade em investigar os passos que levaram uma pessoa a fumar maconha, assim como, há validade em investigar os que levam a outras práticas de recreação – essas consideradas lícitas. O fundamental é lembrar que a diferença entre práticas comuns e desviantes reside em sua rotulação, ou seja, na criação e imposição de regras; sendo os que não as cumprem *outsiders*.

Essa sequência de passos, que compreendem mudanças no comportamento e nas perspectivas do indivíduo, envolve a disponibilidade da substância, a inclinação a experimentá-la e, por fim, uma vez tendo experimentado, por qual motivo o indivíduo permanece a usá-la; cada um deles exigindo uma explicação (*Ibid.*, p, 34).

Embora Becker, como mencionado acima, tenha se referido a variações na aplicação de normas a ações idênticas praticadas por indivíduos com classes e raças distintas, seu trabalho não apresenta uma ponte clara entre a interação social e o nível estrutural. Com o objetivo de superar esse limite, Michel Misse (2010) buscou elucidar como certos *tipos sociais* “demarcados (e acusados) socialmente pela pobreza, pela cor ou pelo estilo de vida” (*Ibid.*, p.18), em contextos sócio-históricos determinados, são, para além de seus atos, postos em um processo de “criminação”, dada a forma como são construídos e representados.

A punição desliza do crime para quem o praticou, partindo de justificativas como a sua irrecuperabilidade potencial, desvio de caráter ou, de forma resumida: “sua subjetividade essencialmente criminoso.” (*Ibid.*, p. 19)

No caso da *sujeição criminal*, para esse autor, não se trata de uma simples violação de uma norma estabelecida e com isso a aplicação de um rótulo, e sim de uma significação moral que condensa determinados agentes e suas práticas, por meio de processos de rotulação, estigmatização e tipificação em classificações sociais relativamente estáveis e legítimas. (*Ibid.*, p. 23-24).

Nem toda incriminação resulta em *sujeição criminal*. A aplicação bem sucedida de uma norma estabelecida em lei não é, por si, capaz de produzir como resultado um carisma negativo em um indivíduo e, mesmo que o fosse, não seria em fazer com que o mesmo se identifique com esse *status* social negativo que lhe foi atribuído. O mesmo sobre a reincidência. Pode haver reincidência sem haver sujeição, como pode haver sujeição sem haver reincidência judicialmente registrada. (*Ibid.*, p. 28).

Há uma estratificação social do *bandido/não bandido*, como polos extremos da *sujeição criminal*. Ela acompanha, em primeiro lugar, as representações sociais do ilícito, do ilegal e do criminal e, em segundo lugar, ela acompanha as linhas da “estratificação social mais abrangente”. (*Ibid.*, p. 29).

No limite da *sujeição criminal*, a autorrepresentação e a representação social encontram-se alinhadas, criando um quadro de justificativas e autojustificativas que caminham na direção da *índole perversa*. Podendo chegar, em pontos extremos, “a assumir publicamente sua identidade como ‘mau’ ou se tornar inteiramente indiferente ao *status* negativo que continuam a lhe atribuir”. (*Ibid.*, p. 26).

Essa assimetria na aplicação de rótulos, na atuação policial; na relação com familiares e vizinhos poderá ser percebida com facilidade nos dados que seguem:

QUADRO 11-A – Conhecimento/não conhecimento da prática pelos familiares consanguíneos (parentesco em linha reta)

Categoria	Usuário/a por categoria	Nº
Linha ascendente	-	-
1º Grau: pais	Douglas Pedro Wagner	3
2º Grau: avós	-	0
Linha descendente	-	-
1º Grau: filhos	-	0

QUADRO 12-A – Conhecimento/não conhecimento da prática pelos familiares consanguíneos (parentesco na linha colateral).

Categoria	Usuário/a por categoria	Nº
2º Grau: irmãos	Antônio Eduardo Everton Pedro Wagner	5
3º Grau: tios e sobrinhos	-	0
4º Grau: primos	Daniel Julia	2

Entre os entrevistados, apenas três deles, Douglas, Pedro e Wagner consomem maconha com o conhecimento dos pais. A única pessoa da família de Julia que tem conhecimento de seu hábito é uma prima; de Eduardo, a irmã. João não possui nenhum parente consanguíneo que tenha conhecimento de seu consumo, apenas a sua esposa. Já na linha colateral, percebemos maior abertura: dos dez entrevistados, cinco consomem com o conhecimento dos irmãos, e três com o conhecimento dos primos. Podemos notar, desse modo, que há uma preocupação em manter a prática em segredo pela maioria dos entrevistados, sobretudo no parentesco em linha reta.

Um ponto merece destaque aqui: Douglas, Pedro e Wagner são os únicos que consomem com o conhecimento dos pais, e, conforme vimos no primeiro capítulo, são eles, junto a Everton, os que consomem com maior intensidade.

No quadro abaixo, temos uma esquematização dos usuários, se possuem trabalho remunerado e se vivem com os pais:

QUADRO 13-A – Trabalho e moradia entre os consumidores.

Usuário/a	Vive com os pais	Possui trabalho remunerado
Antônio	Não	Sim
Daniel	Não	Sim
Douglas	Sim	Sim
Eduardo	Sim	Não
Everton	Sim	Sim
João	Não	Sim
Julia	Sim	Sim
Pedro	Não	Sim
Sol	Sim	Sim
Wagner	Sim	Sim

Esse dado é relevante, por informar a autonomia em relação ao núcleo familiar. Dos dez entrevistados, seis moram com os pais. Nove possuem trabalho remunerado. O dado prevalente de atividade remunerada no conjunto lhes conecta a diferentes teias sociais, o que pode colaborar com ou atrapalhar a prática. No entanto, facilita o acesso em um ponto: dispõem de dinheiro para aquisição da substância sem recorrer aos pais. Todavia, por seis deles ainda estarem sob suas tutelas, havendo discordância sobre o hábito, ele terá que ser mantido em segredo.

Abaixo temos, de forma sintetizada, a percepção do estigma entre os entrevistados:

QUADRO 14-A – Percepção do estigma pelos usuários.

Categoria	Usuário/a por categoria	Nº
Sente-se estigmatizado	Douglas Wagner	2
Não se sente estigmatizado, pois o consumo é mantido em segredo para determinados grupos de pessoas	Antônio Daniel Eduardo Everton João Julia Sol	7

Não se sente estigmatizado, embora a família e outras pessoas tenham conhecimento	Pedro	1
Total		10

Essas combinações de variáveis produziram a seguinte tipologia²⁶: *consumo secreto*: Antônio, Daniel, Eduardo, Everton, João, Julia e Sol. *Consumo estigmatizado*: Douglas e Wagner. Por fim, o *consumo livre*: Pedro. As declarações abaixo irão ajudar a compreender esse quadro:

Consumo secreto:

Eu penso principalmente nos meus pais. Porque quando eu comecei a beber, era difícil lá em casa, sabe? De eu chegar em casa e minha mãe ficar: “deixa eu vê se você bebeu”. Eu sair e ela dizer: “não quero que você beba, não”, e tal. Depois eles acabaram se acostumando. E assim, eh, o preconceito é muito maior com relação à maconha. Se eu já enfrentei uma dificuldade só porque eu bebia; uma coisa que todo mundo faz abertamente, imagine com a maconha... Eu realmente, tipo, prefiro manter isso em segredo a sete chaves. (Julia).

Não é algo que eu chegaria dizendo. Apesar que um dos meus vizinhos meio que me conhecerem, né? Eu acredito que eles não passariam a me ver como uma marginal, ou sei lá. Mas eu acho melhor não. Até por que ainda há o preconceito, né? Por não ser uma coisa legalizada. Então, eu não acho legal. (Sol).

Consumo estigmatizado:

Pô, foi um momento bem chato, na verdade. Eu era adolescente e, enfim, dependia dos pais e querendo ou não eu tinha que seguir certas regras na casa deles. Mas depois que eu fiquei de maior e comecei a trabalhar, assim, poder comprar as minhas próprias coisas, tipo, diminuiu bastante essa intolerância. Hoje é bem mais de boas. (Douglas).

Só não gostam. Quem não sabe é meu pai e o resto da minha família. Mas quem convive comigo mesmo sabe... É, é, tipo, minha mãe fala que não quer usando dentro de casa, mas tipo ela manda eu sair e tal. Aí eu “beleza”, respeita, mas não gosta. (Wagner).

²⁶ Aqui será considerado o sigilo apenas em relação aos pais (por representarem um controle forte se comparados aos irmãos ou primos dos consumidores).

Douglas retomou o tema em outro momento da entrevista; dessa vez relatando haver rejeição da prática por parte dos pais:

E tipo, acaba gerando um certo problema com os pais, né? Os pais não aceitam, não gostam e tal. (Douglas).

Consumo livre:

Minha esposa sabe; minha mãe; meu irmão. Essas pessoas mais próximas de mim, assim, sabem que eu uso. Até mesmo porque eu trabalho; eu não deixo de viver minhavida; eu não sou irresponsável. (Pedro).

João, assim como Pedro, é casado, possui trabalho remunerado e não mora mais com os pais. No entanto, em seu caso, o principal controle é o do ambiente de trabalho. Motivo pelo qual o seu consumo é secreto. Sobre não revelar aos pais, ele declarou:

Hoje em dia, se de repente a minha família souber, eu não tenho a minha independência? Moro com a minha esposa e tal, então, se as pessoas soubessem, tal... Tanto é que não é algo tão escondido. (João).

Como motivo principal para manter a prática em segredo, João apontou:

Sim e por conta ainda do preconceito. Eu não sei como é que as pessoas vão me ver. A gente tem um trabalho... Por exemplo, eu trabalho com crianças, né? Trabalho numa escola; dou aula pra crianças. E aí, por exemplo, se a mãe de uma criança daquela sabe; professores... Porque trabalho numa comunidade... A maconha na comunidade lá é assim, tá ligada ao tráfico, tá ligada a mais violência; tá ligada a pessoas que são presas. Então, se uma mãe, por exemplo, o público daquela escola disser: “Eita, esse professor fuma maconha”, parece que, eh, muda a visão que as pessoas tem, né? Aí prefiro manter em segredo pra maioria das pessoas. (João).

Como mencionado anteriormente, Douglas e Wagner têm sua prática reprovada pelos pais. Antônio, Daniel, Eduardo, Everton, João, Julia e Sol não se sentem estigmatizados, dado o caráter secreto de suas práticas desviantes. Pedro, por fim, afirmou não se sentir estigmatizado, embora sua família tenha conhecimento. Também como visto anteriormente, a aceitação da família se deve – pelo menos em parte – por ele “ser responsável e trabalhar”.

QUADRO 11-B – Conhecimento/não conhecimento da prática pelos familiares consanguíneos (parentesco em linha reta)

Categoria	Usuário/a por categoria	Nº
Linha ascendente		
1º Grau: pais	Coringa Ernesto Fábio Flávia Igor Marcelo Maria	7
2º Grau: avós	Coringa Ernesto Fábio Flávia Igor Maria	6
Linha descendente		
1º Grau: filhos	-	0

QUADRO 12-B – Conhecimento/não conhecimento da prática pelos familiares consanguíneos (parentesco na linha colateral).

Categoria	Usuário/a por categoria	Nº
2º Grau: irmãos	Ernesto Fábio Flávia	

	Humberto Igor Jonas Marcelo Maria Ulisses	9
3° Grau: tios e sobrinhos	Ernesto Fábio Flávia Igor Maria Ulisses	6
4° Grau: primos	Ernesto Fábio Flávia Igor Maria Ulisses	6

Entre os entrevistados do *conjunto B*, sete deles consomem com o conhecimento de seus núcleos familiares e outros parentes: Coringa, Ernesto, Fábio, Flávia, Igor, Marcelo e Maria. Já Ulisses, Humberto e Jonas consomem de forma secreta em relação aos pais; embora outros familiares, como irmãos, primos ou tios tenham conhecimento.

O consumo se mostrou mais frequente entre os entrevistados do *conjunto B* de que no *conjunto A*, possivelmente por, entre outros motivos, os controles sociais terem se mostrado mais frouxos entre os mais vulneráveis. No entanto, é importante destacar que, embora possuam

menor alcance, os controles familiares ainda existem. Apesar de terem deixado de morar com os pais, em sua maioria, manifestaram a presença de tentativas de coagir a prática. Mais adiante retomaremos esses elementos.

QUADRO 13-B – Trabalho e moradia entre os consumidores.

Usuário/a	Vive com os pais	Possui trabalho remunerado
Coringa	Não	Sim
Ernesto	Não	Sim
Fábio	Não	Sim
Flávia	Não	Sim
Humberto	Não	Sim
Igor	Sim	Não
Jonas	Sim	Sim
Marcelo	Não	Sim
Maria	Não	Sim
Ulisses	Sim	Sim

Nesse conjunto de entrevistados, apenas três vivem com os pais: Ulisses, Jonas e Igor. E apenas esse último não possui atividade remunerada. Cabe destacar: tratar dos controles sociais como sendo mais frouxos nesse conjunto – vide a idade em que iniciaram a prática, apresentada no segundo capítulo – não implica juízo de valor impresso: a de que a culpa é dos pais por seus filhos cometerem essa prática classificada judicialmente como crime. Para isso ser verdade, primeiro deveria existir um julgamento presente no texto sobre se isso é bom ou ruim. No entanto, ciência e opinião não podem se confundir. Por esse motivo, ela estará ausente. Sobre o controle parental, é importante frisar que ele não se resume a atos de vontade, também entrando na equação condições reais, como a disponibilidade de tempo para exercer controle. Como último elemento, merece ser pontuado que, mesmo quando esse controle é forte, o consumo pode ser retardado ou pode seguir em segredo, mas não há garantia de sua não ocorrência.

Abaixo segue a percepção do estigma entre os entrevistados do *conjunto B*:

QUADRO 14-B – Percepção do estigma pelos usuários.

Categoria	Usuário/a por categoria	Nº
Sente-se estigmatizado	Coringa Fábio Flávia Igor Jonas Maria	6
Não se sente estigmatizado, pois o consumo é mantido em segredo para determinados grupos de pessoas	Humberto Marcelo Ulisses	3
Não se sente estigmatizado, embora a família e outras pessoas tenham conhecimento	Ernesto	1
Total		10

Dessas variáveis, a seguinte tipologia foi produzida: *consumo secreto*: Humberto, Marcelo e Ulisses. *Consumo estigmatizado*: Coringa, Fábio, Flávia, Igor, Jonas e Maria. Por fim, o *consumo livre*: Ernesto.

Consumo secreto:

São duas pessoas evangélicas, muito primitivas. Defendem muito, né, aquela coisa de... Mas também creio que por uma parte eles não têm entendimento do uso disso, sabe? São pessoas que são fechadas para se abrir em relação a isso daí. Se eu fosse falar em relação a isso eles provavelmente seriam dispostos a não querer entender a minha situação. Então por isso eu prefiro respeitar; prefiro ser sigiloso, na minha, tranquilo. Prefiro evitar comentários, entendeu? É mais por uma parte de respeito meu por eles, mesmo. (Ulisses).

Sim. Eu acho. Porque é uma coisa que... né... que traz uma insegurança assim, né? Eu mesmo onde eu moro agora, eu não quero, eu não fumo nem em casa, quando eu fumo eu prefiro ir pra um lugar mais distante assim, sutil, deserto, fumar um e voltar pra casa. Porque eu não sei, né?! Como é a relação das pessoas, dos meus vizinhos, com relação a maconha, então eu prefiro deixar abafado mesmo essa história. (Marcelo).

No entanto, Marcelo afirmou já ter se sentido estigmatizado em outros momentos durante a sua trajetória de consumo:

Cara, eu já me senti. Hoje em dia nem tanto, sabe? Porque eu tô morando em um lugar em que as pessoas podem até desconfiar, mas não sabem que eu fumo. E também por conta, tem muito a questão da aparência também, né? Eu já tive uma aparência muito mais de maconheiro, como a galera julga assim, né... E nessa época assim, aonde eu andava já vi pessoas passarem de carro assim e gritarem “maconheiro”, tirando onda. Tipo, às vezes a pessoa nem fuma, né? E só por ter umestilo ali mais alternativo... (Marcelo).

Consumo estigmatizado:

Tem sim, todos os meus familiares sabem que eu uso. Todos eles sabem e assim, tem as críticas, né? Familiar não vai querer isso pra você, mas todos eles sabem que eu uso e também...Têm as suas críticas, né? Mas, por aqui, tudo bem. (Flávia).

Tem algumas pessoas que tem, que vai, que tem preconceito. Aí essas pessoas olha assim, não sabe de nada, não sabe porque a pessoa usa, não sabe porquê a pessoa tádaquele jeito e fica falando, julgando. Porquê ela não sabe do meu subconsciente. (Coringa).

Consumo livre:

Todo mundo! Todos eles! Dois irmãos: uma irmã e um irmão; meus pais, meus primos, meus tios, minha avó... Todo mundo. (Ernesto).

Em outro momento da entrevista, Ernesto declarou:

[...] Meus pais nunca me, nunca me embaçaram na minha pra eu não fumar... Falavam pra eu não fumar em casa, somente, aí desde então eu venho fumando... (Ernesto).

Como vimos, Flávia e Fábio se referiram à desaprovação por parte de seus familiares, que os taxam como “maconheiros”. Fábio, além disso, foi preso por tráfico, o que lhe rendeu, em suas palavras, “uma ficha meio suja”. Igor, Jonas, Maria e Coringa apresentaram em suas falas a presença de estigma imposto de forma pública. Ulisses e Humberto não se sentem estigmatizados, pois escolhem os contextos e sujeitos que, ao saberem, não lhes imporia *status* negativos, como nos ambientes de trabalho. Marcelo afirmou já ter se sentido estigmatizado, mas por ter mudado de endereço – e buscado ser discreto nele – e ter adotado novo visual,

afirmou não sentir mais essa rotulação negativa. Ernesto, por fim, afirmou que, embora todos os seus familiares e vizinhos saibam de sua prática desviante, isso nunca acarretou em um tratamento diferenciado.

Como no *conjunto A*, também no *conjunto B* se mostraram relevantes na definição da necessidade/não necessidade de manter em sigilo para os familiares dois elementos: se possuem trabalho remunerado e se vivem com os pais. As duas variáveis (emprego e moradia) aparecem de forma nítida nessa fala de Humberto:

Minha mãe suspeita, meu tio é policial, tomara que ele nunca saiba, porque ele é meiopesado, meio ignorante... Entendesse? Então, tomara que ele nunca saiba. E se ele souber, eu tô vivendo minha vida. Hoje eu não tenho mais quatorze, quinze, dezesseis anos, hoje eu tenho os meus dois filhos, tenho minha esposa, tenho minha casa; tô montando meu negócio, então hoje eu ando com minhas próprias pernas. Então, se ele souber e vier bater na minha porta e me estressar, eu vou dizer: “cara, não se estresse comigo, não”. (Humberto).

Mais adiante, temos os posicionamentos dos entrevistados sobre a necessidade/não necessidade de manter em segredo a prática para a vizinhança e as pessoas em geral; seguidas das suas motivações.

QUADRO 15-A – Necessidade/não necessidade de manter em segredo para a vizinhança e as pessoas em geral.

Categoria	Usuário/a por categoria	Nº
Sim (para evitar estigma)	Antônio Daniel Douglas Eduardo Everton Pedro Sol	7
Sim (para evitar danos ao trabalho por conta do preconceito)	João Wagner	2

Sim (para evitar que chegue ao conhecimento dos pais)	Julia	1
---	-------	---

Sim, para evitar estigma ou consequências negativas:

Totalmente. Justamente como eu disse, né? Você é julgado se você é ou não é usuário. Eles não vão olhar pra mim, por mais que eu seja, o trabalhador; o cara que sai pra trabalhar; o cara que volta do trabalho. Eles vão ficar... Se alguém souber, vai ficar dizendo: “oh o maconheiro, oh o maconheiro, oh o maconheiro; usuário!”. Então eu evito. (Pedro).

Sim, para evitar danos ao trabalho por conta do preconceito:

O problema hoje é que, sei lá, eu mesmo por eu ter dreads e tal muita gente já me julga e tal. E eu tento passar pras pessoas que eu não uso, mas eu tenho que passar isso por conta do meu trabalho, eu trabalho com o público que quero receber do público de diversas mentes e nem todo mundo aceita... (Wagner).

Sim, para evitar que chegue ao conhecimento dos pais:

Julia respondeu apenas que sua vizinhança não tem conhecimento da prática. Então, para estimular sua fala, foi questionado se ela iria permanecer mantendo em segredo para a vizinhança e as pessoas em geral mesmo se o consumo fosse permitido em lei. Então, demonstrando o entendimento de que mesmo não havendo a proibição, o preconceito resistiria em alguma medida, ela deu a seguinte declaração:

Eh, eu acho que, se tivesse preconceito, o que eu ia me preocupar mesmo é com a minha família, só. Com as pessoas, não. Não chegando no ouvido de minha família, pra mim estaria tranquilo. (Julia).

Vemos, então, que há uma preocupação manifestada por todos em evitar danos relacionados à maneira como as pessoas poderiam reagir ao consumo, levando o conjunto entrevistado a manter em segredo sua prática; seja por danos ao trabalho, medo do estigma ou para evitar que os pais tomem conhecimento.

QUADRO 15-B – Necessidade/não necessidade de manter em segredo para a vizinhança e as pessoas em geral.

Categoria	Usuário/a por categoria	Nº
-----------	-------------------------	----

Sim (para evitar estigma ou consequências negativas)	Humberto Marcelo	2
Sim (para não incomodar os vizinhos)	Fábio Flávia	2
Depende do posicionamento singular de cada vizinho sobre o assunto	Ulisses	1
Acha importante manter a discrição, embora os vizinhos tenham conhecimento	Jonas	1
Não (para deixar tudo claro entre os vizinhos e evitar boatos)	Ernesto	1
Não (por não temer consequências)	Coringa Igor	2
Não (por se sentir estigmatizada independente do consumo)	Maria	1

Sim, para evitar estigma ou consequências negativas:

Eu, eu tento seguir ali de boa, sem estresse, porque não é bem visto. Tem muita gente ainda que não, não, não vai de acordo, acha que é um bicho de sete cabeças e tal, isso, aquilo outro, tudinho. Principalmente os conservadores, né? (Humberto).

Sim, para não incomodar os vizinhos:

É, acho sim, porque assim, por uma parte eu respeito, né? Porque tem muita gente que não gosta, não curte, se incomoda com o cheiro. (Flávia).

Depende do posicionamento singular de cada vizinho sobre o assunto:

Depende do ponto de vista de cada um vizinho que ele pensa, né, véi!? Porque tem gente que não vai de acordo com a situação, mas também tem gente que é tranquilo, que não tá nem aí, como eu já muita das vezes. Já conversei, já fumei com vizinhos. (Ulisses).

Acha importante manter a discrição, embora os vizinhos tenham conhecimento:

Sabe, mai a gente num fuma na frente delas... (Jonas).

Não (para deixar tudo claro entre os vizinhos e evitar boatos):

É melhor que todo mundo saiba, pelo menos a turma já tá ligada, já; já tá ciente... O cara fuma o bagulho e tá tranquilo... Do que ficar escondendo e rolar umas merda lá, depois a turma saber lá que o cara tá fumando maconha aí já quer associar a outras coisas, tá ligado? (Ernesto).

Não, por não se importar:

Tanto faz, por que assim, eu não ligo pro que o povo saiba ou não. Porque tipo, eu não peço a ninguém, né? Não saio pedindo a ninguém pra fumar, eu mesmo dou meu jeito, faço meus corre, de um jeito ou de outro e fumo. Aí eu não ligo pro que o povão dizer, ou vão pensar... ligo não. (Coringa).

Não, por se sentir estigmatizada independente do consumo:

Rapaz, eu em si, não mantenho segredo até porque aonde eu moro o povo fala muito, entendeu? Mesmo que eu não faça, se eu tiver perto de alguém que faça eu vou tá ligeiramente fazendo, entendeu? Não sei se é a palavra correta, mas enfim tô usando. (Maria).

A preocupação em manter em segredo para os vizinhos e as pessoas em geral se mostrou mais fraca no *conjunto B*. Ernesto, Igor, Maria, Coringa e Jonas não mantêm em segredo, embora esse último tenha afirmado preferir evitar consumir na presença de sua vizinhança. Ulisses para apenas uma parcela dos vizinhos, levando em conta os posicionamentos individuais sobre o assunto. Flávia e Fábio, embora mantenham em segredo, não mencionaram eventuais danos; apenas que é preferível ser discreto, além de que a prática pode incomodar. Apenas Humberto e Marcelo manifestaram de forma espontânea o medo de serem estigmatizados ou de sofrerem alguma consequência indesejada. De forma bastante simplificada, apenas quatro acham necessário manter a prática em segredo. Seis o fazem apenas parcialmente ou consomem de forma completamente aberta.

Segue abaixo o conjunto de estratégias adotadas pelos usuários para evitar a polícia.

QUADRO 16-A – Estratégias para evitar a polícia.

Categoria	Usuário/a por categoria	Nº
Locais fechados e cobertos 1 (Ex: em casa; casa de amigos/as; casa de praia)	Antônio Daniel Douglas Eduardo João Julia Pedro Sol	8
Locais abertos e cobertos 2 (Universidades, Institutos Federais ou escolas)	Douglas Eduardo João Julia	4
Evitar andar portando a substância	Antônio Everton Wagner	3
Locais abertos e cobertos (Ex: bares, festas e shows, faculdades)	Eduardo João Julia	3
Evitar ambientes abertos e descobertos “escancarados”	João Wagner	2
Evitar fumar acompanhado de muita gente	Pedro	1

Local fechado e coberto 1 (Ex: em casa; casa de amigos/as; casa de praia):

Sim. Geralmente eu consumo, eh, na casa de amigos, né? Em ambientes fechados. Justamente pra não ficar exposto na rua e não ter nenhum contratempo. Algumas vezes em algumas festas. Mas não é frequente que eu consumo; e geralmente quando eu consumo, é em lugares fechados. (Eduardo).

Como eu falei, eu geralmente uso em locais isolados, né? Na maioria das vezes é na casa das minhas amigas. Então acaba não tendo essa preocupação. (Julia).

Locais abertos e cobertos 2 (Ex: bares, festas e shows, faculdades):

Pô, tento fumar em casa, já pra não ficar à mercê desses caras e lá na faculdade também é de boa porque não tem polícia, só os seguranças, aí é tranquilo. (Douglas).

Evitar andar portando a substância:

Eu não ando com drogas, né?! Quando a polícia vem, eu tô de boa. Quase não tem nada. Já aconteceu de eu vim de ônibus com a quantidade de uns cinco “g” na bolsa, mas tava muito bem guardado. E quando eu venho de ônibus, que eu trago alguma maconha, eu tenho algumas técnicas pra ludibriar caso a polícia me pare. Mas eu nunca fui parado pela polícia, entendeu? (Antônio).

Evitar ambientes abertos e descobertos “escancarados”:

Só, eh, procurar um local que não seja tão escancarado. [...] A gente sempre teve essa preocupação de tá num determinado local mas que fosse visível, né? Se viesse uma polícia, se viesse... [...] Se tem uma parte assim, numa rua, sempre fica num local onde a gente possa visualizar se vai chegar alguém, se não vai. Nunca é no espaço mais público, assim. Nunca vai ser tão tranquilo quanto se estivesse em uma casa de praia. [...] Eh, se eu tô dentro de qualquer ambiente; numa praça, sempre tem essa preocupação. Se eu tô numa praça, a gente não vai fumar no meio de uma praça porque pode passar uma blitz, uma polícia, alguma coisa. Então a gente sempre vai pra o lugar mais um pouco mais afastado e que a gente possa visualizar. Porque, se de repente tá vindo ali a polícia, tal, apaga e sai. Sempre tem essa preocupação. (João).

Evitar fumar acompanhado de muita gente:

Eh, então, pra evitar a polícia, eu evito fumar em lugares públicos. Ou tá com muita gente. Como eu disse pra você, eu fumo com pessoas, e quando eu tô com essas pessoas, que são pessoas mais próximas, a gente fuma ou na minha casa, ou na casa delas. (Pedro).

Entre os entrevistados, apenas três fumam maconha com o conhecimento dos pais, e apenas dois com o consentimento. Todos evitam que a vizinhança e as pessoas em geral saibam. Há, para cada respondente, um conjunto de estratégias para evitar a polícia: para oito deles, a escolha dos locais; para um, evitar aglomerações; outros três, por fim, não andar portando a substância. A escolha dos locais se mostrou prevalente. E a tentativa de evitar a polícia, unânime.

QUADRO 16-B – Estratégias para evitar a polícia.

Categoria	Usuário/a por categoria	Nº
Não faz nada para evitar a polícia	Ernesto Coringa Igor Maria	4
Consumir em locais fechados e cobertos (Ex: em casa ou na casa de amigos)	Ulisses Flávia Fábio Humberto Jonas	5
Evitar ambientes de consumo e venda de drogas	Fábio Jonas	2
Quando sai portando droga, prepara o cigarro, para não ser confundido com traficante	Marcelo	1

Não faz nada para evitar a polícia:

Meu irmão, eu fumo mais em casa né, véi... Aí eu não fico nessa preocupação, não, de evitar a polícia, não... E também tem situação que a polícia pega você com a maconha e não faz nada, tá ligado? Sabe que você é usuário, não comete delito nenhum... (Ernesto).

Não. Porque tipo, eles perguntaram se eu fumava, eu disse que sim. É, o negócio é a pessoa falar a verdade. Se tiver fumado a pessoa diz que sim, que eles percebe, eles num é otário. E se tiver com alguma coisa a pessoa diz que sim. Só o negócio não é mentir pra eles. (Coringa).

Consumir em locais fechados e cobertos (Ex: em casa ou na casa de amigos) e evitar ambientes de consumo e venda de drogas:

Evito muito tá em meio de antro, em boca de fumo principalmente pra não demorar a pega uma ideinha, não tá demorando, moscando na situação, pra não acabar se prejudicando, né? Que já justamente, eu já me prejudiquei, eu não quero mais não, isso pra mim mais não. (Fábio).

Faço. Fumo dentro de casa, num fumo muitas vezes com as pessoas, pra não tá levando baculejo, esses negócio... (Jonas).

Quando sai portando droga, prepara o cigarro, para não ser confundido com traficante:

Sim. Cara, eu assim, né... Eu não costumo tá andando com maconha, sabe? Quando eu ando, eu já faço o meu cigarrinho de maconha, o meu baseado, e deixo pronto e saio só com aquela quantidade, sabe? Por que se eu sou parado, né, eu posso conversar com o cara, o policial, e explicar minha situação, que eu sou usuário mas que eu não tô traficando, né?! Que eu não tô incentivando outras pessoas a fumar, que eu tô usando de forma medicinal mesmo assim, né? (Marcelo).

Apenas entre os entrevistados do *conjunto B* esteve presente a postura de não fazer nada para evitar a polícia, encontrada nas declarações de: Ernesto, Coringa, Igor e Maria. Para eles, desde que sejam apresentados indícios de que você é apenas usuário e sendo adotada postura cooperativa com os policiais, não há riscos. A fala de Marcelo percorreu o mesmo caminho: embora tenha informado buscar evitar a polícia, seu mecanismo não envolve impedir o contato, sim apresentar sinais de que não está traficando: sair com apenas um cigarro, já feito, e com argumentos na ponta da língua para não ser taxado de traficante. Como veremos um pouco adiante, isso não impediu que ele fosse alvo de violência policial. Para os demais respondentes do *conjunto B*, a escolha dos locais se apresenta, semelhante ao *conjunto A*, como o mecanismo encontrado para não correr riscos. No entanto, enquanto esses últimos apresentaram vários ambientes em que se sentiam seguros, os mais vulneráveis mostraram-se limitados ao uso doméstico e evitar a permanência prolongada em locais de venda de drogas.

Acrescentamos aqui, assim, um novo quadro responsável pela definição dos ambientes utilizados para consumir maconha nos dois grupos: os controles sociais. Vimos antes, no

segundo capítulo, que a frequência de uso, as pessoas com as quais consomem e a motivação dos encontros é responsável, em certa medida, por essas escolhas. No entanto, enquanto que os elementos relacionados à sociabilidade informam possibilidades de ambientes; os controles, em sentido oposto, limitam o leque de escolhas: longe dos olhares dos familiares; da vizinhança; dos ambientes de trabalho; das polícias, etc.

Entre os dez entrevistados do *conjunto A*, apenas três foram abordados pela polícia. Deles, dois sofreram algum tipo de abuso: Wagner e Douglas. Nessas três abordagens, perceberemos formas bastante distintas de atuação.

QUADRO 17-A – Abordagens policiais.

Usuário/a	Já foi abordado/a pela polícia	Sofreu violência policial (ou se submeteu a alguma violação legal não violenta)
Julia	Não	NA
Antônio	Não	NA
Daniel	Não	NA
Douglas	Sim	Sim
Eduardo	Não	NA
Everton	Sim	Não
João	Não	NA
Pedro	Não	NA
Sol	Não	NA
Wagner	Sim	Sim

Recolheu a droga e liberou os usuários:

Já teve várias vezes, assim. Aqui em São Lourenço já fui abordado pela polícia, já. Uma vez eles pegaram a maconha e jogaram fora e mandaram embora. Tava com uma galera. E teve outra vez que foi no Recife Antigo. A gente foi abordado por uma galera da ROCAM; dois policiais, na verdade. Tipo, tinha umas quatro pessoas. A gente tava tomando vinho e ia acender, aí eles chegaram e perguntaram o que a gente tinha, todo mundo mostrou que tava com um beck. Enfim, aí depois eles devolveram a droga da gente e disseram que era uma abordagem de rotina e liberou. (Douglas).

Já... eu já fui abordado. Na Boa Vista. Eu tava numa rua bem LGBT, que é a rua MetrÓpole. Eu tava lá e a polícia abordou a gente e tal, e perguntou o que tinha, tava eu e mais dois amigos, um era digamos um negro claro e o outro era branco, e ele abordou eu que sou negro e o outro também, tá ligado? O branco ele tipo que “vá pra lá”, entendesse? E aí foi de boa, meio que de boa... de certa forma eu meio que vergonha porque você tava no meio de várias pessoas e as pessoas querendo ou não, né... Já lhe julgam só por você aparecer, por você existir e você vê que as pessoas começam a lhe julgar. Apesar que eu não tenho problema nenhum com julgamento, quiser me julgar, pode julgar... (Everton).

Tentou extorquir dinheiro ou favorecimentos:

E já aconteceu, uma vez que eu ia pegar com um brother, ele ia na minha casa e acabou que a polícia viu na hora que ele tava na frente de casa e pegou e jogou o B.O. na minha casa, mermão. Só que quando saí de casa tava tipo dois policial do GATI; o bicho lá assim com a mão na cabeça. Apontando a arma assim. “Tu que é Douglas?”. “Sou”. “Tu conhece esse cara aqui?”. Aí eu: “conheço”. “Ele jogou issodaqui dentro da tua casa, isso aqui é teu?”. “Meu mesmo não”. Aí, enfim, eles entraram, rolou a maior resenha; pressão psicológica, essas coisas assim. [...] Elespediram pra vê a conversa no celular aí, enfim, na hora, é claro, você vai jogar uma pilha também, pra tentar sair da situação. Aí foi mais de boa. Quando chegou lá, não teve muita demora, não. Só assinou e vazou. [...] O policial viu a conversa no celular da gente. Aí, enfim, o celular do cara que tava comigo. Ele já tinha apagado a conversa. Aí a gente jogou a pilha que ele tinha ido lá só fumar na minha casa; só que depois ele separou a gente e perguntou a história a um e a história a outro. Só que no imprevisto não tem como você combinar a história, né? Enfim, aí ele percebeu que aquilo era uma mentira e veio com aquela pressão psicológica: “não, tu vai descer hoje, que num sei o que”. Aí eu: “meu irmão, eu tô em casa, pô, Eu tô em casadormindo; o cara joga maconha dentro da minha casa, eu tenho o que a ver com isso, pô?”. [...] Ele soube. Ele viu a conversa. Aí enfim, o cara que tava comigo perguntou lá, tipo, “chama o pessoal da família e vamo fazer um acordo, pô, pra não ter essa resenha; ter que descer pra ir pra audiência de custódia e tal por tráfico”. Aí eles fizeram um acordo fora dos rádios, tá ligado? E tipo, que um policial ia sair dessa guarnição que ele tava pra ir, tipo, pra outro batalhão. Um batalhão que ele trabalhasse menos. Aí depois que eles fizeram esse acordo, o policial simplesmente disse que ia liberar a gente. Infelizmente, como ele já tinha falado no rádio que tinha autuado em flagrante o cara tentando vender cinquenta gramas, ele teve que ir na delegacia. Ele assinou lá. Tipo, quando a gente chegou lá as cinquenta gramas praticamente sumiu, ficou só um pouquinho assim de maconha. Aí ele disse que tava só pra consumo e eles bolaram uma história com a gente: disse que na verdade era pra gente dizer lá que a gente tava na frente da minha casa, que era um quintal aberto; a gente ia fumar e eles passaram na hora e viram, a gente ficou nervoso e eles nos abordaram, pegou a maconha e enfim... (Douglas)

Veja só: eh, no dia desse incidente, ele chamou o pai, o cara que tava comigo vendendo a droga. Aí pediu pra eu chamar o meu pai. Aí eu disse a ele que não chamaria. Aí ele: “não, você tem que chamar o seu pai porquê...”. Eu disse: “oh, eu sou de maior, então eu vou responder por mim”. Aí, enfim, painho é policial, tá ligado? Se meu pai fosse lá ia ser uma escama pra cima de mim que eu não queria passar por essa situação. Aí eu tentei deixar o meu pai fora de todos os planos. E eu fui tentar falar a realidade do que aconteceu pra ver se eu tinha uma diminuição daquele problema. Enfim, um dos parentes do menino que tava lá em minha casa ele tinha um conhecimento com um pessoal que trabalhava na Secretaria de Defesa do Estado e essa pessoa poderia fazer, tipo, tirar um dos policiais que tava no dia pra outro batalhão; porque o plano A que eles ofereceram era tipo, por três mil reais. Cada policial ia ganhar mil reais e eles liberavam. Aí o cara disse que não tinha dinheiro pra essa situação, tá ligado? Enfim, aí fizeram esse acordo e iam liberar a gente se ele realmente fizesse isso. Aí no dia o cara fez o acordo com eles. Eles toparam; apertaram a mão, aquela resenha de sempre e a gente foi na delegacia; eles contaram uma história diferente do que aconteceu realmente e depois liberou todo mundo. (Douglas).

Violência física:

Eu tava numa praça em Camaragibe²⁷ e tava eu e meus amigos, né, aí eu e meu amigotava com um pouco, mas aí ele veio perguntar, mas aí como a gente tava bem escondido, a gente achou que ele não ia achar, né? Aí quando ele perguntou o que que a gente tinha, a gente disse “nada, num sei o quê.”, “beleza”, aí começou a procurar, procurar, aí achou né? Quando ele achou, ele deu uma tapa em mim, que tava comigo, meu amigo também, que tava com ele, deu uma tapa e falou que a gente ia ser preso, que a gente ia assinar B.O. Aí a gente falou e explicou que era pouca quantidade, aí a gente como diz aqui em Pernambuco “pagamos de doido”, inventamos uma história e a gente se saiu... Tomou e mandou a gente embora. Acho que abordagem, umas quinze já. Agora por eu ter dread e tal os policiais vêm e na mente deles ficam com certeza que eu tenho algo. Então eu já sofri abordagens que tipo, sem necessidade deles me mandarem fazer certas coisas e eu tive que fazer, entendesse? Tipo, tirar o sapato, tipo desamarrar o cabelo pra vê se tava no cabelo, entendesse? Ele procurar em bancos assim, mesmo sem eu tá com nada, mas só pelo meu estilo e tal. Mas, é porque quando a gente é abordado os policiais querem total sinceridade. Se você chegar e falar, começar a explicar e tal, eles tratam você numa boa. Mas se você...Vamos supor, perguntar se você tem algo, você mentir, ele procurar e achar, aí é como se dizem: é pau... Eles não costumam perdoar, não. Agora uma vez mesmo eu fui abordado, tava com uma quantidade grande, tava com 20g se não me engano. O policial parou a moto disse “isso, isso e isso!”. Tomou de mim, falou e tal e depois mandou embora. Porque ele disse que eu... “Deita aí”, eu deitava, tinha dito tudo certinho, eu falei que eu trabalhava, que era pro meu consumo e tal, aí eu disse “beleza”, me liberou, mas eu não podia levar ela por que era ilícita e tal, aí eu: “ok,

²⁷ Cidade da Região Metropolitana do Recife. Faz fronteira com São Lourenço da Mata e a capital.

entendi, tudo bem”. (Wagner).

Entre os entrevistados, apenas quatro informaram realizar *uso intenso* da maconha: Douglas, Pedro, Everton e Wagner. Deles, apenas Douglas e Everton em locais *abertos e descobertos* e acompanhados, eventualmente, de grupos pequenos e grandes, com pessoas conhecidas e desconhecidas. Esses elementos ajudam a compreender sua maior vulnerabilidade em relação aos demais membros do *conjunto A*. De todo modo, merece destaque a baixa presença de violência física policial ou outros danos graves, se comparados aos encontrados no *conjunto B*. A polícia buscou, segundo o relato de Douglas, obter ganhos ilícitos se valendo de sua posição situacional desvantajosa. Everton foi repreendido e liberado. Em uma das várias abordagens policiais sofridas, Wagner foi agredido fisicamente.

QUADRO 17-B – Abordagens policiais.

Usuário/a	Já foi abordado/a pela polícia	Sofreu violência policial (ou se submeteu a alguma violação legal não violenta)
Coringa	Sim	Não
Ernesto	Sim	Não
Fábio	Sim	Sim
Flávia	Não	NA
Humberto	Sim	Sim
Igor	Sim	Não
Jonas	Sim	Sim
Marcelo	Sim	Sim
Maria	Sim	Não
Ulisses	Sim	Sim

O *conjunto B* apresentou, quanto a abordagens policiais, índices diametralmente opostos ao *conjunto A*. Apenas Flávia não foi abordada pela polícia. Entre os demais, todos foram abordados e, nisso, cinco deles: Fábio, Humberto, Ulisses, Jonas e Marcelo sofreram algum tipo de abuso policial. Nessas abordagens, encontramos as seguintes situações: Abordagem sem violência policial; Abordagem por tráfico com abuso policial; Abordagem por consumo com abuso policial.

Buscando elucidar a violência policial e encontrar quais as suas relações com a nova lei de drogas, Marcos Veríssimo (2010), através de pesquisa empírica realizada entre usuários e traficantes do Rio de Janeiro e sua região metropolitana, notou que, com o novo tratamento em lei dado ao consumo, além de não resultar em avanços, trouxe consequências negativas sobre a atuação policial. Com a nova lei em vigor, o número de casos levados à justiça caiu drasticamente, o que o conduziu à hipótese de que houve um desinteresse por parte da esfera jurídica a esse conjunto de delitos, por não haver penas restritivas de liberdade para este delito. Desse modo, no seu entendimento, esse tipo de delito teria ficado, em termos práticos, quase que restrito a atuação policial. Nesse sentido, a lei teria influenciado a criação de mecanismos de resolução *na rua*. Esses métodos caminham entre a informalidade e a ilegalidade. De acordo com suas observações, a maneira como os policiais agem pode ir da extorsão, principalmente entre usuários de classe média, à aplicação de castigos físicos e morais, sobretudo entre os consumidores mais pobres.

A pesquisa também identificou outras formas de violência, como o que ficou conhecido entre suas vítimas como *terror psicológico*: um variado repertório de ameaças, insultos e suplícios físicos. O objetivo é fragilizar o espírito daquele que sofre o ataque, buscando retirar dele informações ou que assuma a autoria de algum fato (verídico ou não). (*Ibid.*, p. 339).

Aqui, como em outros casos, são as linhas gerais da estratificação de nossa sociedade que irão orientar o tipo de atuação dos operadores de justiça, que podem ir do legal, passando pelo informal, até o ilegal. Abaixo, seguem os relatos dos entrevistados:

Abordagem sem violência:

Meu irmão, uma vez a gente tava... Agora a vez que foi foda mesmo, foi lá em, lá em... Numa festa que teve aí de carnaval, a gente pulou um muro pra fumar maconha... [...] Perguntou onde a gente tinha pegado, e depois falou e liberou. (Ernesto).²⁸

Normal, visse? As três foi normal, perguntava se eu tinha passagem, eu respondia que não, dava meu documento, ainda ligava pra delegacia pra puxar meu nome e tal, mai nada, deu em nada. (Igor).

Abordagem por tráfico com violência policial:

Só quando eu fui preso mesmo, que foi um massacre do carai que eu levei. Eu levei uma pisa que, quem não quer apanhar da mãe e do pai é melhor apanhar, viu? Porque se a polícia pegar, viu? [...] Rapaz, nesse dia eu não tava nem traficando! Eu tava naquebrada, com uns... Vamo dizer assim, com uns conhecido. [...] Nesse dia eu não tava nem traficando. Mas só que eu tinha o hábito safado, né, de que... Nesse tempo eu gerava com uns menino aí, mas só que tem muito rato, como assim, vou dizer assim na minha linguagem pra você entender, que... ladrão, né. Vê onde você guarda seu fragrante, vai lá e lhe rateia. Eu já vi muito menino lá, que gerava comigo lá, acontecer isso. Aí pra não acontecer de eu ter prejuízo, eu sempre andava comigo... sete, cinco, oito dólar na cueca. Quando eu voltei pra pegar o telefone [em sua residência], o policial... Acho que uns, uns três metros, já me abordou com uma pistola na mão me pedindo que eu deitasse no chão. Daí eu me virei tentando tirá o fragrante, mas só que eu não consegui mais tirar o fragrante. Daí me abordaram, metorturaram, botaram mais crack pra mim, botaram uma trinta e oito, um trinta e dois velho, tiraram foto e me disseram que se não desse com a mão de quem era aquela droga ia empurrar tudo pra mim. Aí eu disse: “isso é meu, isso é meu, é pro meu consumo... eu trabalho. – “Você veio de onde?” – Eu vim da casa da minha mulé! – Viesse da casa da tua mulé?”. Mas antes de torturaram demais, torturaram demais mesmo, foi muita pisa, muita pisa mesmo. [...] Botou só pra fazer o terror mesmo, pra pessoa entregar. Aí eu desci... “Tá na sua casa as suas coisas?”. “Então!”. “Entra lá. Se tiver nem que seja uma dola lá vai rodar todo mundo. Tu; o que tiver, vai rodar também.”. Aí desceu pra lá. Quando desceu pra lá, eu já chamei o nome dela, né? Me enforcou: “oxe, tu tá fazendo alerta, é?”. “Vai por lá, zero dois; arrudeia aí; aborda lá pela frente lá!”. Já foi me levando. Zero um já foi me levando na frente eo zero três atrás. É assim que se chamam numa abordagem. Conversou pra lá, conversou pra cá. Ela se acovardou comigo, dizendo que não tava comigo mais. Viroua casa de cabeça pra baixo e não encontrou nada. Aí já me algemou e já me levou já pra delegacia de Camaragibe e de lá fui transferido pra o IML fazer Corpo de Delito e de lá fui pra triagem, COTEL. Passei dois anos e seis meses. Um ano no COTEL e um ano e seis mêi no Aníbal Bruno. Dois mil e... Passei 2014, 2015 e a metade de 2016. Ainda tô respondendo em liberdade. Já tive seis audiências e vou pra sétima audiência agora e tô esperando em Jesus. (Fábio).²⁹

²⁸ Ernesto informou estar portando aproximadamente quatro gramas de maconha. E que estava acompanhado de quatro amigos. Passou por outras abordagens, mas em todas foi liberado após ter a droga recolhida pelos policiais.

²⁹ Fábio relatou ter sido preso portando duas pedras de crack e onze “big bigs” (pequenas quantidades da erva embrulhada em plástico, papel alumínio, etc.) de maconha; o que, de acordo com ele, era inferior a trinta gramas.

Abordagem por consumo com violência policial:

Primeiro que a gente tava fumando num lugar inadequado, né!? Totalmente errado. Tava fumando do lado do Alto da Igreja, e a gente foi pego por três policiais da ROCAM. Daí ele perguntou se a gente tava com alguma coisa. A gente tava, realmente tava com uma coisinha acochada. E a gente disse que não tava a gente tinha jogado a coisinha antes que ele chegasse perto da gente. Daí ele perguntou: “sea gente procurar e achar vai ser pau”. “Beleza”. E eles acharam, tá ligado? Aí nisso, no que ele achou, ficou lá fazendo uma pressão psicológica. Viu que era pouca maconha, ficou perguntando de quem era... Daí cada um levou um chute. Teve um parceiro meu que levou dois. Ele colocou spray de pimenta na cara da gente e ainda fez a gente orar o Pai Nosso. [...] Tiraram onda mesmo, esculacharam. Aproveitaram que não tinha ninguém na situação por perto... Eu tava em um grupo de quatro pessoas, na outra cadeira tinha um grupo de três meninos que a gente não conhecia. Ele reuniu os sete e deu baculejo nos sete. [...] Todo mundo só colocou a mão na cabeça. Aí eles começaram a falar um bocado de coisa, pressionar, falar palavrão etal. Chegou a furar os dois pneu da bicicleta do brother lá que falou que a maconha era dele. Ficou perguntando até um dizer quem era, de quem era a maconha. Aí o que disse era o que tava com a bicicleta. Ele foi e furou os dois pneu da bicicleta dele. (Ulisses).

Aqui em São Lourenço. Sentado numa praça e se retirou. A gente tava bebendo cerveja e se retirou pra consumir. E a gente consumiu e voltamos pra praça. Só que quando a gente voltou pra praça, eu tinha guardado um pouco dentro da minha carteira pra mim consumir no outro dia e tal. Um cigarro, um pouquinho mesmo. Pouquinho, e só dava só pra uma pessoa. Duas ali, acho que nem dava pra duas pessoas. Eu separei só um pouquinho mesmo pra mim mesmo no outro dia, tal, tudinho. E aí, eu tava de férias, oxe, entendesse? Aí eu vou guardar pra mim depois. Não era nem pro outro dia, era pra guardar mesmo pra depois. Aí, eh... Sentados, voltamos a beber lá na praça e aí teve aquela abordagem de uns cinco carro. Parou e tá já arma e tá aquela burocracia todinha e a gente sentado na praça, bebendo e chegou aquela abordagem todinha, aquela burocracia: “bota a mão na cabeça, mão na cabeça!”. Encostou a gentes cinco ali na, na... A gentes cinco, – tinha mais quatro amigos –, no muro e aí começou, tal e aquela investigação tudinho, e aí, eh... Mete a mão no bolso do cara e pá, fuça, tal isso e aquilo tudinho. Abriu minha carteira e achou, e aí, quando achou já me puxou pro canto e: “cadê!?”. Aquela pressão todinha. Dos cinco eu era o único que tinha. E começou aquela abordagem: “cadê, você comprou aonde? Quem é que trouxe, você tá vendendo? Você é traficante? E pá eu posso pegar isso aqui e dividir em dez”. E você não pode, se você soltar um piu ali você é como se tivesse desrespeitando ele. Você não tem o direito de dialogar como pessoa, por que a partir do momento que um policial lhe vê com um baseado de maconha, ele pensa que, eu sei que eles sabem que você pode ser só um usuário, mas eles descartam essa possibilidade e você vira um traficante, você vira a pior coisa do mundo naquele meio ali. E aí ficou naquela pressão, naquela pressão e aí eu tinha dito: “cara, eu usei, sou usuário e aí eu comprei, eu comprei lá em Boa Viagem lá, não sei o nome

do cara, eu não sei de nada eu só cheguei lá e vi que o cara tava vendendo, comprei porque eu consumo e eu...”. E aí ele perguntou, tá, aquilo tudo, essa conversa de se eu, eh... “E tua mãe, teu pai?”. Eu fiz: “oh, eu sou casado, tenho minha esposa, tenho dois filhos. Eu sou um cidadão de bem, eu trabalho, tenho meu emprego, eu, eu, eu sigo a minha vida social tranquilo.” “E eu vou chegar na sua casa agora com você e aí vou chegar na sua esposa e vai dizer o que?”. “Minha esposa sabe, eu não tenho...”, “bora, você comprou isso aonde? Você tá vendendo?”. E tal, essa coisa tudinho. Eu disse a ele: “rapaz, eu não vendo, nuncavou vender, porque eu não, num sou traficante, eu nunca vou vender. No lugar de vender, um amigo meu vier comprar a mim eu dou a ele...vai timbora fumar, porque isso pra mim eu não vejo, nunca e nunca querer, nunca vou querer ver como, como uma fonte de renda. Então isso pra mim é completamente descartável”. Mas só que nessa burocracia você fala meio que com a cabeça baixa, você fala meio constrangido, até por que você tava num meio de uma praça, é aquela coisa tudinho, aquela pressão todinha na sua cabeça ali... “Você tá traficando?!”. “Num tô não, num tô não”. Aí ele deu uma bofetada. Pô, eu olhei assim pra cara dele assim, pensoeu: “carai, quantas coisas desnecessárias, véi!” Pelo constrangimento, por tudo aquilo ali. Aí você pensa: “não, por que é você tava com maconha, por isso você passou por esse constrangimento”. Creio eu que eu passei por esse constrangimento, não por que eu tava com maconha, mas porque a sociedade ainda usa uma rédea muito grande com relação a isso. Entendesse? (Humberto).

Ele falou normal, e eu tarra com uma coisinha no bolso. Ele pegou aí perguntou aonde eu peguei. Aí eu não disse onde, eles ficaro botano pressão pra dizer onde eu tava, pra onde eu peguei aquele negócio. Aí eu peguei e num disse a ele, aí ele pegoudeu umas tapas e disse já que tu não vai dizer então vai simhora. Aí eu peguei e fui me bora pra onde eu tava indo... (Jonas).

Abordagem policial com extorsão:

Cara, posso, véi. A que foi aqui na Caxangá, eu tava numa rua, né... que é bem deserta assim e tava com dois amigos e aí a polícia chegou, né?! A gente não tava nem fumando ainda, a gente ia acender ainda e aí a polícia chegou, né?! A hora que a gente acendeu e aí chegou soltando piadinha pra gente, né?! Um dos cara ainda falou “pô, véi, eu tô gripado e sentindo o cheiro de longe, cês tão fumando, véi, cadê a maconha e tal?”. Aí abordou nós. A gente só tava com um baseado. Era um baseadosó. E aí o policial... engraçado que o policial abordou a gente, né?! Ficou tirando onda com o amigo nosso que é militar e tava com a gente, né?! E aí dizendo que ele que tava influenciando a gente a fumar, sendo que não era, sabe? Cada um tava ali por sua própria consciência. E os cara pegou nossas coisa assim, né... Pegou nossa maconha, pegou nosso isqueiro, eu até suspeitei que os cara ia fumar também, sabe? Pegou o isqueiro e a maconha. Véi, os cara vão fumar pela gente... Tava de cara, viua gente ali com o beck já pronto. Pois é... Aí depende muito do policial, tem policial que te aborda, saca? E de boas assim, às vezes até devolve. Eu já vi casos de o policial até devolver assim quando vê que o cara é usuário e tal e já devolveu, um amigo meu me relatou essa história. E aí a vez que eu

tava lá em Porto de Galinhas foi mais sinistro assim, né... Porque a gente tava com uma quantidade a mais assim de maconha e aí o policial queria levar a gente pra delegacia, né... E tinha um brother nosso que faz faculdade e ia se queimar com isso, né?! Por causa do B.O, do TCO que ele ia assinar lá, e tal. E aí ele começou a entrar em desespero e pediu por tudo assim pra o policial não levar ele e tal pra ele não ter que assinar lá TCO e aí o policial ficou botando pressão na gente. E o que eu percebi é que esse lance de policial é o seguinte, sempre é uma equipe, né... Quatro policiais, dois são filhos da mãe assim, que vão chegar escrotando, botando o maior terror em tu e outros dois são mais tranquilos, tá ligado? Depois que rola esse terror aí vem os outros policiais pra acalmar a situação, né... “não, meu irmão, aconteceu isso e tal, mas a gente vai conversar e tal, tudinho...”. Eu acho que a tática da polícia já é essa tá ligado, sempre tem que ter um cara que vai chegar botando o terror assim tá ligado e passando esmedo. E aí meu amigo ficou no pânico lá e véi... Os cabra pegou – sei nem se eu posso relatar isso, mas... –, os cara pegou nossa carteira, mano, e tirou todo o dinheiro de dentro e levou nossa carteira, levou nosso dinheiro, levou nossa erva e ainda levou a carteira de cigarro do brother, tá ligado? Aí tipo, eu fiquei pensando “os cara são policial ou os cara são ladrão, véi?” Saca? Não quero nem tá julgando isso, sabe? Mas foi o que aconteceu. (Marcelo).

A maior vulnerabilidade do *conjunto B* é nítida: enquanto que no *conjunto A* apenas três foram abordados pela polícia, tendo havido abusos em dois deles; nove entrevistados do *conjunto B* foram abordados, tendo cinco sofrido violações legais. Em quase todas essas situações apresentadas para esse grupo, os respondentes estavam acompanhados de outras pessoas, em locais abertos e descobertos.

A tendência à existência de violência policial se mostra maior por diversos fatores: apenas nesse grupo entrevistados informaram não adotar nenhuma estratégia para evitar a polícia (quatro dos dez); a frequência de uso se mostrou mais intensa; os locais de consumo mais vulneráveis; menor controle parental; baixa preocupação em manter em segredo para a vizinhança e as pessoas em geral, etc. Um último ponto pode levantar inquietações no leitor: a questão racial. Passaremos a tratar dela agora.

5.1. Raça e classe

Em diversas situações parte dos entrevistados apontaram o racismo como elemento motivador de abordagens policiais e também pelos abusos sofridos. No entanto, os dois conjuntos apresentam, pela autodeclaração, a mesma composição racial. Humberto é branco e foi agredido. Pedro é negro e tem *dreadlocks*³⁰, mas nunca foi abordado pela polícia. Wagner e

³⁰ Estilo de penteado com mechas longas e emaranhadas.

Marcelo apontaram o visual *rasta* como fonte de preconceito e perseguição policial. Fábio é branco e tem olhos claros, e entre os episódios de violência, o dele foi o mais grave. Para desemaranhar esses dados, dois elementos devem ser tomados: a configuração do consumo e a configuração do racismo no Brasil, que apresenta forte afinidade com outros marcadores sociais da diferença. Começaremos pelo segundo ponto.

Podemos encontrar a operacionalização racial binária (brancos/não-brancos) em grande medida tanto na militância negra quanto na literatura especializada. Isso não quer dizer que os usos sejam consensuais e/ou indiferenciados. Na realidade, embora pardos e pretos estejam achatados em um mesmo grupo (negros), os trabalhos sobre o tema tomam, via de regra, o cuidado de distinguir as desigualdades de oportunidades presentes entre as duas categorias; assumindo, assim, a existência de uma construção diferencial do objeto entre amplas frações da população brasileira e parte dos trabalhos acadêmicos.

É sabido que, quando falamos em discriminação racial, não nos referimos a racismos de ordens distintas, de modo que pudéssemos falar em racismo contra pardos ou contra pretos. Nesse sentido, como alvos da construção histórica da superioridade branca, ambos podem ser pensados, para fins de análise – preservando as singularidades – na condição de *não-branco* ou *negros*, como se prefira.

No entanto, há um abismo entre fins de análise e as tentativas de desenvolvimento de uma “consciência negra” – desprezando que a consciência desses muitos pretos e pardos pode ser diferente daquela produzida nas universidades. O desenvolvimento de estratégias de combate ao racismo parece tentar importar o problema dos ianques (seu sistema binário de classificação racial, facilmente representado na *one drop rule*) antes que eles desenvolvam uma solução.

Oracy Nogueira (2006) buscou elucidar o que tornava particular o racismo no Brasil (de marca) e o americano (racismo de origem). O autor apresentou uma grande série de tópicos; entre eles: “*Quanto ao modo de atuar*”: o de marca atua através do desprezo, ao passo que o de origem, através da exclusão incondicional (*Ibid.*, p. 293). “*Quanto à definição de membro do grupo discriminador e do grupo discriminado*”: na primeira forma, serve como critério o fenótipo ou aparência; no segundo, presume-se que o mestiço – seja qual for sua aparência ou proporção de ascendência branca ou preta – pertence ao grupo discriminado. (*Ibid.*, p. 293). Destacou também que variam “*Quanto à carga afetiva*”: enquanto nos EUA o preconceito

tende a assumir caráter de antagonismo ou ódio intergrupais, no Brasil a sua intensidade varia em proporção direta aos traços físicos; e tal preconceito não é incompatível com manifestações de simpatia. (*Ibid.*, p. 296). Divergem, também, “*Quanto a ideologia*”: sendo, no de marca, assimilacionista e miscigenacionista e, no de origem, segregacionista. No primeiro caso, há a expectativa de que o processo de branqueamento constitua uma solução viável ao problema, tanto coletivamente quanto como via de ascensão individual. Além disso, espera-se que o grupo discriminado assimile a cultura dos discriminadores. No segundo caso, a miscigenação só faria crescer, de acordo com a forma de classificação racial americana, o contingente de negros e, quanto a cultura, de igual modo, impera a dimensão segregacionista, preferindo-se o isolamento grupal. (*Ibid.*, p. 297-298). Daí o ponto seguinte: “*Quanto à distinção entre diferentes minorias*”: no Brasil, o dogma da cultura prevalece sobre o da raça, nos EUA, dá-se o oposto. (*Ibid.*, p. 298).

“*Quanto ao efeito sobre o grupo discriminado*”: onde o preconceito é de marca, a consciência é intermitente, apresentando-se com mais clareza em momentos de conflito; onde é de origem, é contínua, com alta sensibilidade, autoafirmação e atitude defensiva. (*Ibid.*, p. 300).

“*Quanto à reação do grupo discriminado*”: na forma de preconceito encontrada no Brasil, a reação tende a ser individual; além disso, o indivíduo tende a buscar compensar suas marcas através de aptidões e características aprovadas socialmente. Na forma encontrada nos EUA, a reação tende a ser coletiva, pela solidariedade grupal. (*Ibid.*, p. 301).

“*Quanto ao efeito da variação proporcional do contingente minoritário*”: no Brasil, as manifestações de racismo mais evidentes ocorrem onde há menor presença de pretos e pardos, como em São Paulo; sendo mais controladas onde há maior presença do grupo discriminado, como na Bahia. Já nos EUA, ocorre o contrário: o preconceito torna-se mais rígido onde há maior presença do grupo por ele afetado. (*Ibid.*, p. 303).

“*Quanto à estrutura social*”: no Brasil, o preconceito mostra-se numa ambiguidade: raça/classe, onde o segundo elemento escamoteia, em certa medida, o primeiro; ao passo que, nos EUA, os grupos estão rigidamente divididos em *status*. (*Ibid.*, p. 303). Por fim, “*Quanto ao tipo de movimento político a que inspira*”: onde o racismo é de marca, a luta tende a se confundir com a luta de classe; com baixa coesão e com presença de disputas intragrupais; onde é de origem, o grupo discriminado atua como minoria nacional, com alta coesão social e capacidade de ação conjugada. (*Ibid.*, p. 303).

É importante destacar que o autor tratou do racismo de marca e do racismo de origem como dois *tipos ideais*, podendo haver variações caso a caso. Além disso, deve ser levado em conta que, por se tratar de um fenômeno histórico e, considerando que esse estudo de Oracy Nogueira foi publicado originalmente há algumas décadas, mudanças significativas podem ser encontradas. Ressalvas feitas, cabe destacar, para os fins aqui apresentados, que, diferente dos EUA, no Brasil o racismo é ambíguo quanto à raça/classe, é assimilacionista e miscigenacionista, há baixa coesão entre o grupo discriminado, identidade intermitente e ênfase na estética muito mais de que na origem.

Kabengele Munanga (2006., p. 92) apontou que, no período em que ainda operava no Brasil o trabalho escravo, havia um lugar especial reservado ao mestiço, dado que havia mais “mulatos” livres de que pretos, significa que os senhores brancos preocupavam-se com seus filhos o bastante para libertá-los.

Os traços miscigenacionistas e a baixa coesão encontrados por Oracy Nogueira (*op. cit.*) também foram localizadas por Munanga, que argumentou que, pelo fato de os “mestiços” se beneficiarem de tratamento especial concedidos por seus pais, senhores brancos, diminuía o sentimento de solidariedade entre pardos e pretos. E o fato do “mestiço” ter lugar especial, aceitando o branqueamento, acarretou numa diminuição no descontentamento entre as raças; dado que o negro poderia esperar que seus filhos, caso mais claros, poderiam furar as barreiras que o mantiveram para trás. (*Ibid.*, p. 93).

Adiante, argumentou que a maior parte dos “afro-brasileiros” com traços negroides disfarçáveis, sobretudo quando portadores de atributos que implicam *status* elevado ou médio, vivem o sonho de realizar o *passing* e serem aceitos no grupo branco; enfraquecendo, com isso, o sentimento de solidariedade com os “negros indisfarçáveis”. Tanto os “mulatos” quanto os “negros puros” caíram, de acordo com o autor, na armadilha de um branqueamento que nem todos terão acesso; abrindo mão da formação da sua “identidade de excluídos”. (*Ibid.*, p. 95-96).

A existência de um sistema no Brasil que abria margem ao livre, meio livre e escravo, nas fundações do país, deu lugar a uma outra realidade em nossos dias, onde pardos são, ao contrário, por seu grande volume e suas posições periféricas em nossa sociedade, os principais afetados (em termos numéricos) pelo racismo. (*Ibid.*).

As críticas apresentadas pelos autores supracitados quanto ao projeto de mestiçagem sustentado no Brasil durante longo período é, sem dúvida, um empenho frutífero no sentido de

romper com heranças do passado que, como bem argumentado, reforçam a hegemonia branca ao influenciar na busca por aceitação do grupo dominante, o branqueamento como estratégia de ascensão, a baixa coesão derivada disso; o etnocídio e genocídio implicados nessas estratégias. Todavia, esses esforços caminham muito mais no sentido da construção de uma narrativa do presente recorrendo ao passado de que propriamente pensar nas dimensões estruturais das relações raciais brasileiras em nossos dias. Em termos numéricos, os pardos são de fato os principais afetados pelas assimetrias raciais, mas não são os principais afetados quando se trata da intensidade do preconceito, dado que ele recorre aos traços físicos e uma linha titubeante entre eles e atributos de classe.

Tomar as formas específicas como se dão os racismos no Brasil, EUA ou qualquer outro lugar em termos de inverdade ou construções ideológicas que escamoteiam a “verdade” implicam em uma série de consequências no antirracismo. Como apontou Peter Fry (2005., p. 174-175), o problema pode ser observado por um ângulo mais “antropológico”: descrever a “democracia racial” como mito, tem como elemento implícito o entendimento dos mitos como falsos. Seu argumento recorreu à benevolência antropológica com os mitos: “Admitem que não são inverdades [...] mas antes sistemas ordenados de pensamento social que consagram e exprimem percepções fundamentais sobre a vida social.”. (*Ibid.*). Entender a “democracia racial” não como impedimento à consciência racial, mas como o que é raça no Brasil e como opera o racismo em nosso território conduz, de um ponto de vista prático, em mudanças efetivas, seja em análise, seja para outros fins.

Para o autor, a concepção de raça no Brasil, ancorada em um neolamarckismo, é mais “sofisticada” de que a dos EUA. Ao passo que para os americanos uma gota de sangue é mais que suficiente para produzir “afro-americanos”; os brasileiros acreditam herdar características de todos os seus ancestrais, classificando e sendo classificados, assim, por meio da aparência física, trazendo como resultado um grande arco-íris de cores. Por conta dessa maneira de classificar, torna-se problemática a solidariedade entre grupos de uma sociedade acostumada a ver-se como uma coleção de indivíduos de diversas origens, divididos por contornos de classe. Daí a necessidade implicada no movimento negro de existir uma “comunidade negra consciente de si”. Natural, então, que seu primeiro objetivo seja convencer a população de que as diversas cores não são nada além de uma ilusão que mascara a verdadeira divisão da sociedade: brancos e pretos. Aí, de acordo com o autor, reside um dos fatores do “fracasso” do movimento negro: o conflito entre seus princípios segregacionistas e os anseios assimilacionistas da população.

Talvez seja útil, para fins argumentativos, pensar uma situação hipotética, onde o racismo apresenta-se diametralmente oposto: uma construção ideológica da superioridade preta. Os pardos provavelmente buscariam modos de escurecer suas peles; de usar cosméticos para modificar o tipo capilar; buscariam seguir os rumos da cultura do grupo dominante. No caso do racismo de marca; dependendo do lugar, da classe do pardo, de seus elementos intelectuais e demais traços bem aceitos, uns teriam permissão para fazer parte do grupo de pretos. Buscariam a identidade preta, e não a branca, por um motivo: haveria ganhos reais em identificar-se aos pretos.

Por outro lado, os brancos reclamariam que a ilusão das diversas cores mascara a realidade: a dominação de pretos sobre brancos. Buscariam criar a “consciência branca” e buscar adesão dos pardos.

Podemos extrair desse contrafactual, sem precisar prolongá-lo, duas coisas: o grupo intermediário tende a identificar-se com o grupo hegemônico (partindo dos ganhos dessa manobra), e a ser identificado pelo discriminado, que o utilizaria como tropa auxiliar de seu exército. Em resumo, essa história virtual nos ajuda a tornar conhecidos os jogos de poder nos usos da categoria pardo.

Ora, estando sua arbitrariedade desvelada e sua facticidade enquanto arbitrário cultural legítimo inculcado posta (tomando o “mito da democracia racial” não como uma inverdade, mas sim como um sistema ordenado de pensamento que norteia as vidas dos brasileiros) surgem duas opções: a primeira é recategorizar como uma das estratégias de criar uma (nova) consciência racial, buscando superar os abismos de poder; assumindo, com isso, o ônus de enfrentar um sistema de pensamento por completo. A segunda consiste em assumir a estratégia de convencer os pardos de que são alvos, embora em menor intensidade, do mesmo sistema de discriminação; que sua dignidade completa só será alcançada quando os traços negros que carregam em seus corpos não forem mais considerados inferiores, e que portanto, é mais produtivo para o grupo intermediário lutar contra o racismo de que buscar ascender individualmente.

Dessa forma, acredito ser possível afirmar com segurança que o racismo no Brasil adota uma linha valorativa com diversas cores, e que há uma intersecção com a classe. Assim, outras formas de desigualdade podem “clarear” ou “escurecer” uma pessoa. Isso ajuda a entender como o *conjunto B* é mais afetado: suas vestimentas, sua forma de falar, a forma como usam seus corpos, sua pobreza indisfarçável. O *conjunto A*, embora seja jocoso dizer, parece uma

réplica da classe média: falam sobre teatro, cinema, literatura e frequentam ambientes de produção desse “arbitrário cultural dominante”. São, em maior ou menor medida, bons falantes da língua normativa. Imitam em cada músculo os movimentos da classe média, que para esses são automáticos. Aprendem a se vestir da mesma maneira que eles. Vimos inicialmente que, embora existentes, as diferenças de renda não são gritantes, mas apenas um dos conjuntos – por via dos bens simbólicos – consegue dissimular a sua condição de classe.

Sobre as configurações de consumo, é importante frisar que o *conjunto B*, no qual nove pessoas foram abordadas e cinco sofreram algum tipo de abuso policial – índices altos, se comparados aos do *conjunto A*, no qual apenas três foram abordados e dois foram vitimados – é o mesmo bloco de entrevistados em que encontramos menor preocupação em evitar a polícia, os vizinhos e as pessoas em geral; menor controle parental, intervalos de uso menores, e consumo em ambientes que oferecem maior risco.

Fábio foi abordado em um ponto de venda de drogas, que provavelmente já era de conhecimento da polícia. Ulisses e Humberto estavam em dois locais centrais em São Lourenço da Mata: na Igreja Matriz e uma praça no centro da cidade, cercada por estabelecimentos comerciais. Por causar danos ao comércio, em um caso, ou por desagradar religiosos e moradores do entorno da igreja, em outro, é esperado que a polícia busque afastar os usuários desses ambientes com maior intensidade do que o fazem em locais isolados. Marcelo foi abordado com um grupo de amigos em uma rua, em um caso, e em uma praia, em outro. Dois locais abertos e descobertos. Jonas, ao ser abordado, não cooperou com a polícia, que queria obter informações.

O desinteresse anteriormente mencionado em conduzir até a delegacia, por não haver penas restritivas de liberdade, que leva muitos policiais a “resolverem” a situação *na rua*, também pode gerar desinteresse em alguns policiais – em determinadas circunstâncias – levando-os a não tomar qualquer medida enérgica: não há denúncias por parte da vizinhança, não há suspeita da existência de atividade de tráfico na localidade; o consumidor apresenta postura cooperativa; está evidente que se trata apenas de porte para consumo, etc. Esses elementos podem levar a uma simples advertência e apreensão da droga no local. Temos quatro situações desse tipo no *conjunto B*: Ernesto, Coringa, Igor e Maria, sendo os dois primeiros pretos, os dois últimos pardos.

No *conjunto A* encontramos três situações: Douglas, que é branco e filho de policial, sofreu uma obtenção de ganhos ilícitos por parte dos agentes envolvidos na situação. Everton,

que é preto, foi pego em uma região do Recife em que há bares e boates, sendo comum pessoas circularem com maconha ali. Os policiais advertiram, apreenderam a droga e liberaram-no. Wagner foi abordado em uma praça em Camaragibe, acompanhado de amigos. O grupo mentiu para os policiais, que de acordo com os entrevistados, mostraram-se avessos a isso.

O racismo está presente, inegavelmente. No entanto, não na forma de associação direta entre traços físicos e práticas desviantes, como apontaram os entrevistados. O racismo brasileiro é mais complexo do que isso.

Para alguns fins de pesquisa, buscar compreender as justificativas dos agentes é frutífero. No entanto, a proposta desse texto é compreender os efeitos configuracionais sobre o consumo de maconha. Essa visão panorâmica não poderia estar presente entre os entrevistados, estando cada um deles dentro de uma teia muito específica.³¹ Pretos e pardos são alvos principais das polícias e do sistema de justiça, mas também são eles que compõem as parcelas mais pobres de nossa população. O tema da raça persiste, mas agora em termos diacrônicos, o que escape dos limites desse estudo empírico.

³¹ Espero que o leitor, já cansado a essa altura, tenha compreendido a importância, dentro dessa proposta, dos quadros inacabáveis e cansativos.

6. Considerações finais

O *Conjunto A*, se comparado ao *B*, iniciou o consumo mais tarde. Merece destaque que, no *Conjunto B*, há entrevistados que iniciaram o consumo com nove e onze anos. O intervalo de quatorze até os quinze anos engloba a maioria deles. Apenas dois iniciaram com dezoito anos ou mais. Esse primeiro elemento já demonstra que os controles exercidos pelas famílias, vizinhança, instituições de ensino e outros, tiveram menor alcance entre os que atingiram níveis mais baixos de ensino.

Essa fragilidade dos controles sociais sobre o *Conjunto B* também se mostrou presente na frequência de uso; mais baixa no *Conjunto A* tanto no momento em que iniciaram a prática, quanto durante a realização da pesquisa.

A maioria dos entrevistados do *Conjunto A* permanece consumindo acompanhados dos mesmos amigos com os quais iniciaram a prática: sete dos dez. O *Conjunto B* apresentou menor estabilidade. Isso se deve a muitos fatores: vários foram alvo de violência policial – tendo um deles sido preso, inclusive –, o que motivou alguns a praticarem de forma isolada. Alguns consomem com outras pessoas. Não só os contornos do consumo de maconha, mas suas vidas, de modo geral, são menos estáveis: entram mais cedo nos mundos do trabalho (entre esses, precarizados, como regra geral); entram em relacionamentos mais cedo, deixando a casa dos pais e passando a pertencer a novas vizinhanças, construindo outras teias de relações.

Quanto aos locais de consumo, o *Conjunto A* demonstrou maior cautela em toda a sua trajetória de consumo, optando, em sua maioria, por locais privados (sem circulação de desconhecidos e distante dos olhares estranhos). Em alguns casos, em locais com circulação de estranhos, mas fechados, como bares, shows, etc. O *Conjunto B* consumia, em sua maioria, quando iniciaram a prática, em locais com circulação de estranhos e visíveis a todos, como em ruas e praças (seis dos dez). Na ocasião da pesquisa, a maioria deles passou a consumir em ambientes privados, como em casa ou na casa de amigos (seis dos dez).

Sobre a motivação dos encontros, o *Conjunto A* apresentou a amizade como o principal: todos os entrevistados. No entanto, dois afirmaram se encontrar com vistas ao consumo, eventualmente. Já no *Conjunto B*, quatro afirmaram consumir sozinhos; dois motivados pela amizade; três pela amizade e o consumo; e um apenas para usar a substância. Nesse sentido, a aplicação do conceito de sociabilidade, tal como nos termos de Georg Simmel, encontrou aplicação consistente apenas entre os entrevistados com nível de escolaridade mais elevado.

A motivação do consumo apresenta leves diferenças entre os dois blocos de entrevistas. No *Conjunto A*, dos dez, nove apontaram a sensação de tranquilidade/relaxamento; nove apresentaram a interação e diversão entre amigos; e apenas um por motivações religiosas/introspectivas.³² No *Conjunto B*, seis apontaram a sensação de tranquilidade/relaxamento; três a atividades relacionadas ao lar como escutar música, ver filmes, jogar videogame ou conversar com o cônjuge; dois a interação e diversão entre amigos e um por fins religiosos. Esses elementos reforçam os apontamentos feitos anteriormente sobre a sociabilidade.

Sobre a percepção do caráter transgressor/não transgressor da maconha, nos dois conjuntos quase todos a tomam como algo comum, assim como o tabaco e o álcool (sete dos dez no *Conjunto A* e nove dos dez no *Conjunto B*). Embora sempre percebidos de maneiras distintas.

Sobre a avaliação do álcool, tabaco, cocaína, *crack* e outras drogas em relação à maconha, foi encontrada uma tendência nos dois *Conjuntos* em perceber a maconha de forma positiva, enquanto que as demais não. Mas isso ocorreu por motivos distintos: para o *Conjunto A*, a ênfase recaiu no fato de ser uma substância natural, enquanto que as demais não, podendo causar danos à saúde. O *Conjunto B* apresentou como elementos de suas avaliações negativas dessas drogas (exceto a maconha), o fato delas causarem descontrole e dependência. Os entrevistados dos dois blocos vivem realidades muito distintas. Os mais vulneráveis criticaram as outras drogas sempre buscando identificá-las a possíveis outras práticas delituosas, buscando se distanciar delas e do estigma associado. Esse mesmo medo da rotulação negativa não foi encontrado entre os entrevistados com ensino superior completo ou em andamento.

Sobre a necessidade/não necessidade de manter em segredo a prática, o *Conjunto A* se mostrou muito mais empenhado em ocultar sua prática do que o *Conjunto B*, seja entre familiares, vizinhança ou pessoas em geral. A respeito das estratégias para evitar a polícia, os primeiros também se mostraram muito mais empenhados do que os segundos.

Sobre o estigma, apenas dois entrevistados do *Conjunto A* informaram sentir recair sobre eles rotulações negativas. Já no *Conjunto B*, seis se sentem estigmatizados. Desse modo, prevaleceu no primeiro bloco de entrevistas o *consumo oculto*, enquanto que no segundo, o *consumo estigmatizado*.

³² Categorias não excludentes.

Sobre as abordagens policiais, percebemos um grande abismo entre os dois blocos de entrevistas: no *Conjunto A*, dos dez entrevistados, apenas três foram abordados, tendo sido observadas duas ocorrências de abusos policiais: uma obtenção de vantagens ilícitas pelos agentes, em um caso, e violência física, em outro. No *Conjunto B*, dos dez entrevistados, nove foram abordados pela polícia; desses, cinco foram vítimas de algum tipo de abuso legal, como extorsão ou, na maioria dos casos, violência física e humilhações.

Os entrevistados do *Conjunto B* apontaram o racismo como tendo sido a causa dessas abordagens e violências sofridas. No entanto, os resultados da pesquisa só permitem corroborar com isso parcialmente. Como anteriormente discutido, o racismo no Brasil encontra-se na fronteira com outras formas de desigualdade. Os dois conjuntos possuem composições raciais semelhantes. Dois elementos ajudam a explicar o dado discrepante: o *Conjunto A* consegue dissimular sua condição de classe, ao passo que o *B* não. Estando raça/etnia e classe interseccionados, o racismo se mostrou atenuado para os primeiros, e mais agudo para os segundos. O outro ponto que explica está na maneira como conduzem suas práticas: o conjunto com maior nível de escolaridade busca manter em segredo de forma intensa, enquanto que os com níveis baixos de escolaridade se mostraram pouco preocupados quanto a isso. Além disso, os primeiros possuem grande preocupação em desenvolver mecanismos para evitar a polícia, enquanto que os segundos não. Dessa forma, há duas configurações operando nesses dados sobre abordagem/violência policial: a do racismo em nosso país e as relativas a condução do consumo entre os entrevistados.

Feitas essas considerações, acredito que devemos refletir sobre aspectos mais gerais envolvendo os mundos das drogas. Como apontou Maria Lucia Karam (2008), a nova lei parte de uma “ânsia repressiva” e acaba implicando em uma série de excessos do Estado, como quando equipara o fornecimento gratuito ao tráfico, mesmo não sendo uma relação comercial. Outros pontos se destacam, como o financiamento ou custeio ao tráfico, com pena mínima superior à prevista para um homicídio. Ou a pena mínima para os tipos básicos de crimes identificados ao tráfico, que tiveram suas penas aumentadas de três para cinco anos.

Quanto ao consumo, embora pareça ter havido grandes avanços, com as penas não privativas de liberdade, quando observamos de forma atenta, percebemos que, na prática, pouco foi modificado. A anterior Lei 6.368/76 previa detenção de seis meses a dois anos, enquadrando-se, dessa forma, na definição de infração penal de menor potencial ofensivo,

passível, portanto, da aplicação da Lei dos Juizados Especiais (Lei 9.099/95), que prevê a imposição negociada e antecipada de penas não privativas da liberdade. (*Ibid.*, p. 116).

E por fim, é importante observar que a linha que divide a atividade do tráfico da atividade do consumo é, para o consumidor, perigosamente obscura. Em seu artigo 28, parágrafo segundo, a Lei 11.343/06 não delimita com precisão o que caracteriza o porte para tráfico ou para consumo, destacando apenas que caberá ao juiz determinar, tomando como métrica a quantidade da substância apreendida, “as condições em que se desenvolveu a ação”, o local, circunstâncias sociais e pessoais e os antecedentes do acusado.³³

Fora que a força do Estado e os investimentos na área concentram-se na atividade repressiva; dificultando, dessa maneira, a estruturação de políticas de saúde pública e programas assistenciais capazes de garantir a integridade física e bem-estar; mesmo sendo uma das metas desse preceito legal. O Estado, tendo em sua tutela os direitos básicos de cada cidadão, e mesmo tendo conhecimento do potencial letal e compulsório de muitas dessas substâncias, negligencia o atendimento devido. Ao invés disso, os coloca diante dos guetos urbanos e, no limite, das forças policiais, dos tribunais e das prisões; sujeitos, em cada passo, a violências de toda sorte.

Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN, 2019., p. 30) no ano de 2017, 54% da população prisional é formada por jovens³⁴, considerados até 29 anos. No indicador raça/etnia, a população prisional é formada por 46,2% de pardos, 35,4% de brancos e 17,3% de pretos. Somados, pardos e pretos totalizando 63,6%. (*Ibid.*, p. 31). De acordo com dados da PNAD Contínua 2017, o total de pardos e pretos na população brasileira é de 55,4%, havendo, então, uma diferença de 9,2% entre as duas populações. (PNAD, 2017, *apud* INFOPEN, 2019. p, 32). Além disso, o levantamento mostrou a persistente presença da baixa escolaridade entre os presos, concentrados em formações abaixo do ensino médio. 51,3% possuem o ensino fundamental incompleto, enquanto que o percentual de presos com o ensino superior completo é de 0,5%. (*Ibid.*, p. 34 - 34).

Sobre o perfil dos crimes, o levantamento mostrou que crimes contra o patrimônio são responsáveis pela detenção de 234.866, seguido pelo grupo de drogas, que contabiliza 156.749 detenções; crimes contra a vida totalizam 64.048 detidos. (*Ibid.*, p. 45). Entre as três categorias

³³ BRASIL, Lei nº 11.343. 23 de agosto de 2006.

³⁴ Segundo classificação do Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013).

de crimes mais presentes entre a população carcerária brasileira, o tráfico de drogas é o único no qual evidencia-se a maior frequência feminina.

Essa é a face predominante entre a população carcerária no Brasil: jovens, pretos ou pardos e com baixa escolaridade. Dessa população, aproximadamente um terço responde por tráfico. O que indica que essa tem sido uma das prioridades repressivas no país.

De acordo com Salo de Carvalho (2015), embora as leis brasileiras não expressem de forma nítida o racismo, o nosso sistema de justiça é herdeiro da criminologia racista, que possui fortes raízes no Brasil. Para ele, como também para outros autores (ADORNO, S., 1996; MONTEIRO, M. F., CARDOSO, G. R., *op. cit.*) a juventude negra e pobre é a vítima preferencial da seletividade criminalizante das agências penais. Nesse aspecto, entretanto, embora o presente texto esteja em acordo parcial com ele, enfatizo que a composição: faixa etária, raça e classe não são capazes de fornecer uma relação causal com o encarceramento, devendo ser observados diversos outros elementos, que podem variar enormemente em diferentes regiões do país, como também no tempo.

Como saída para as distorções causadas por essa lei, merece destaque a necessidade de que o Supremo Tribunal Federal avance no debate sobre a inconstitucionalidade do porte para consumo pessoal e que realize o devido filtro constitucional, julgando a ilegitimidade do art. 28 da Lei 11.343/06, estabelecendo critérios diferenciadores entre as condutas previstas no art. 33, e corrigindo a aplicação indevida de penas elevadas sobre condutas sem qualquer finalidade mercantil, em respeito ao princípio da proporcionalidade, e buscasse manter o respeito ao princípio da proibição da dupla incriminação (*ne bis in idem*). (MONTEIRO, M. F., CARDOSO, G. R., *op. cit.*, p. 637).

Se o Estado brasileiro tem a democracia como valor, medidas urgentes devem ser tomadas. A não observância de nosso ordenamento jurídico em abordagens policiais; os presídios superlotados, com índices de letalidade preocupantes – agravados com a pandemia do novo coronavírus –; seletividade do sistema de justiça; inconsistências graves na Lei de Drogas; empenho insuficiente no controle de crimes contra a vida; quantidade desmedida de pessoas detidas aguardando julgamento. Esses, dentre incontáveis outros elementos, representam um grande desacordo entre o Brasil e os direitos humanos. É ferida a dignidade, os corpos e, no limite, são aniquilados. Não cabe aos “operadores da lei” decidir quem tem acesso a garantias legais, muito menos sobre quem deve viver, quem pode morrer.

7. REFERÊNCIAS

ADORNO, S. **Racismo, criminalidade e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparativa**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 18, p. 1-22, 1996.

ALCÂNTARA JR, José. **Georg Simmel e a Sociabilidade**. in: Tedesco et al: Georg Simmel e as Sociabilidades do Morderno, Passo Fundo, Ed. Universitária de Passo Fundo, 2006.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70., 1977.

BASTOS, Francisco Inácio Pinkusfeld Monteiro et al. (Org.). **III Levantamento Nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira**. Rio de Janeiro. Documentação Complementar II: FIOCRUZ/ICICT, 2019. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/34614/4/III%20LNUD%20Suplemento_II.pdf>>. Acessado em: 10/08/2020.

BECKER, H. S. **Outsiders**. Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A “juventude” é apenas uma palavra**. In: Questões de sociologia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

_____. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BRANDÃO, M. D. **O ‘problema público’ da maconha no Brasil**: Anotações sobre quatro ciclos de atores, interesses e controvérsias. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. v. 7 – n. 4. Dezembro, 2014.

BRASIL, **Lei nº 11.343**. 23 de agosto de 2006.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional – **Sistema Integrado de Informação Penitenciária** (Infopen). Brasília, 2019. Disponível em: <<<http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>>>. Acesso em: 10/08/2020

CARLINI, E A. et. al. **I Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil**: estudo envolvendo as 107 maiores cidades do país: 2001. São Paulo. CEBRID – Centro Brasileiro de Informações Sobre Drogas Psicotrópicas: UNIFESP –

Universidade Federal de São Paulo, 2002. Disponível em: << <https://www.cebrid.com.br/wp-content/uploads/2012/10/I-Levantamento-Domiciliar-sobre-o-Uso-de-Drogas-Psicotr%C3%B3picas-no-Brasil-2001.pdf>>>. Acessado em: 10/08/2020.

_____. **A história da maconha no Brasil**. Jornal de Psiquiatria. v.55 n. 4 Rio de Janeiro, 2006.

_____. *et. al.* **II Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil**: estudo envolvendo as 108 maiores cidades do país: 2005. São Paulo. CEBRID - Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas Psicotrópicas: UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo, 2006. Disponível em: << http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cuidados_prevencao_drogas/obid/publicacoes/Livros/II-Levantamento-Domiciliar-sobre-o-Uso-de-Drogas-Psicotr%C3%B3picas-no-Brasil.pdf>>. Acessado em 10/08/2020.

_____. **Pesquisas com maconha no Brasil**. Revista Brasileira de Psiquiatria. Vol. 32. Maio, 2010.

CARROLL, Lewis. **Aventuras de Alice no País das Maravilhas; Através do Espelho e o que Alice encontrou por lá**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

DAUDELIN, J. RATTON, J. L. **Mercados de drogas, guerra e paz no Recife**. Tempo Social - Revista de Sociologia da USP. Vol. 29. N. 2. Agosto, 2017.

DICK, Philip K. **Androides Sonham com Ovelhas Elétricas?** São Paulo: Aleph, 2019.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro, Zahar, 1994.

_____. **Escritos & ensaios**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

ELIAS, Norbert. SCOTTSON, L. John. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FRY, Peter. **A persistência da raça**: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África Austral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FUNDAJ. GASPAR, L. **Usina Tiúma**. Disponível em <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=135&Itemid=1>> Acesso em 29/05/2020.

GEERTZ, Clifford. **Um Jogo Absorvente**: Notas sobre a Briga de Galo Balinesa. In: A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

Governo censura pesquisa da Fiocruz sobre uso de drogas no Brasil. G1, Rio de Janeiro, 29/05/2019. Disponível em: <<<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/05/29/governo-censura-pesquisa-da-fiocruz-sobre-uso-de-drogas-no-brasil.ghtml>>>. Acessado em: 10/08/2020.

GRILLO, C. C. **O “morro” e a “pista”: Um estudo comparado de dinâmicas do comércio ilegal de drogas**. Dilemas - Revista de Estudos de Conflito Social. Vol. 1 N. 1. Setembro, 2008.

GROSSI, Miriam Pillar. **Na busca do “Outro” encontra-se a “si mesmo”**. In: GROSSI, Miriam Pillar (Org). Trabalho de campo & subjetividade. Florianópolis: Claudia Lago, 1992.

IBGE Cidades. **Panorama**. Disponível em: <<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/sao-lourenco-da-mata/historico>>> acesso em 29/05/2020.

JR. Heitor Frúgoli. **Sociabilidade urbana**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

KARAM, M. L. **A Lei 11.343/06 e os repetidos danos do proibicionismo**. In: LABATE, B. C. At al (Orgs.) Drogas e Cultura: novas perspectivas. Salvador: EDUFBA, 2008.

MAGNANI, José Guilherme. **De perto de Dentro**: notas para uma etnografia urbana. Revista Brasileira de Ciências Sociais - Vol. 17 n° 49, junho/2002

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do pacífico ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MCRAE, E.; SIMÕES, J. A. **Rodas de fumo**: o uso da maconha entre camadas médias urbanas. Bahia: Editora UFPE, 2000.

MELO, Ricardo Bandeira de. **Bandas de rock e outras festas**: sociabilidade de jovens em São Lourenço da Mata. Recife, Revista Idealogando, v. 1, n. 2, p. 83-101, nov, 2017.

MISSE, Michel. **Crime, Sujeito e sujeição criminal**: aspectos de uma analítica sobre a categoria ‘bandido’”, Lua Nova, n. 79, p. 15-38. (2010)

MONTEIRO, F. M.; CARDOSO, G. R. **A seletividade do sistema prisional brasileiro e o perfil da população carcerária. Um debate oportuno.** Civitas. Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 93-117, 2013.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil:** identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NOGUEIRA, Oracy, **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem:** Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. São Paulo: Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1. Novembro, 2006.

PIRES, Álvaro P. **Amostragem e pesquisa qualitativa:** ensaio teórico e metodológico. In: POUPART, J. *et al.* A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos. 4ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SIMMEL, G. **Questões Fundamentais em Sociologia.** Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2006.

VELHO, G. **A dimensão cultural e política dos mundos das drogas.** In: ZALUAR, A. (org.) Drogas e Cidadania: repressão ou redução de riscos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

_____. **Nobres e Anjos:** Um estudo de tóxicos e hierarquia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

_____. **Observando o familiar.** In: NUNES, Edson de Oliveira (org). A aventura sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. **Sociabilidades.** Estudos Históricos, n. 28, Rio de Janeiro, CPDOC, ED. FGV, 2001.

VERÍSSIMO, Marcos. **A nova lei drogas e seus dilemas.** Apontamentos para o estudo das de desigualdade presentes nos interstícios do ordenamento jurídico-penal brasileiro. Civitas, Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 330-344, maio.-ago. 2010.

WEINER, Anette. **La richesse des femmes ou comment l'esprit vient aux hommes.** Paris, Editions du Seuil, 1983.

ZALUAR, A. **A Máquina e a revolta.** 1ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1985.

_____. **A criminalização das drogas e o reencantamento do mal.** *In:* ZALUAR, A. (org.) *Drogas e Cidadania: repressão ou redução de riscos.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.